



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA (PPGHIS)**

**FUNDO DOCUMENTAL LADEÍSSE SILVEIRA:
DA CONSTITUIÇÃO DE ARQUIVOS PARTICULARES À TRANSFORMAÇÃO EM
ACERVOS PÚBLICOS EM REDENÇÃO (CE)**

ESTER ARAÚJO LIMA DA SILVA

Foz do Iguaçu

2022

FUNDO DOCUMENTAL LADEÍSSE SILVEIRA:
DA CONSTITUIÇÃO DE ARQUIVOS PARTICULARES À TRANSFORMAÇÃO EM
ACERVOS PÚBLICOS EM REDENÇÃO (CE)

ESTER ARAÚJO LIMA DA SILVA

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em História.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Afonso Cristovão dos Santos.

Coorientador: Prof. Dr. Robério Américo do Carmo Souza.

ESTER ARAÚJO LIMA DA SILVA

FUNDO DOCUMENTAL LADEÍSSE SILVEIRA:
DA CONSTITUIÇÃO DE ARQUIVOS PARTICULARES À TRANSFORMAÇÃO EM
ACERVOS PÚBLICOS EM REDENÇÃO (CE)

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em História.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Pedro Afonso Cristovão dos Santos
UNILA

Coorientador: Prof. Dr. Robério Américo do Carmo Souza
UNILAB

Profa. Dra. Rosangela de Jesus Silva
UNILA

Profa. Dra. Mabel Meira Mota
UFBA

Foz do Iguaçu, 30 de junho de 2022.

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - PTI

S586

Silva, Ester Araújo Lima da.

Fundo Documental Ladeísse Silveira: da constituição de arquivos particulares à transformação em acervos públicos em Redenção (CE) / Ester Araújo Lima da Silva. - Foz do Iguaçu, 2022.

139 f.: il., color.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História, Programa de Pós-Graduação em História. Foz do Iguaçu - PR, 2022.

Orientador: Pedro Afonso Cristovão dos Santos.

Coorientador: Robério Américo do Carmo Souza.

1. Fundo Documental. 2. Arquivo. 3. Unilab. 4. Redenção. 5. Ceará. I. Santos, Pedro Afonso Cristovão dos. II. Souza, Robério Américo do Carmo. III. Título.

CDU 930.253:326.8

Assim, os arquivos públicos, olhar de homens sobre homens, calavam as mulheres.

Michelle Perrot

AGRADECIMENTOS

Agradeço antes de tudo aos ensinamentos de minha mãe, Francisca Araújo, que embora não tenha tido a oportunidade de estudar e tampouco compreender a importância desse processo, sempre contribuiu de outras formas porque, segundo ela, “o mundo ensina”.

À minha irmã Luzia Araújo e ao meu companheiro Jeovane Ferreira por terem acompanhado de perto minha trajetória pessoal e acadêmica ao longo desses anos.

Aos meus amigos Leonardo Leal e Juliana Santos, que tive a oportunidade de conhecer através da Unilab, instituição de ensino que tem transformado a vida de vários estudantes de baixa renda, como a nossa.

Ao Programa de Assistência Estudantil e aos projetos de extensão da Unilab pelo apoio financeiro durante toda minha graduação, pois foram essenciais para o ingresso no mestrado.

Aos professores da Unilab, especialmente, ao Prof. Dr. Américo Souza pelo incentivo dado ao longo dessa caminhada.

As minhas colegas de mestrado Izeth Beltrão e Caroline Ferreira que foram essenciais durante a minha passagem na cidade de Foz do Iguaçu e na Unila.

Ao meu orientador Prof. Dr. Pedro Afonso pelo incentivo e parceria na realização deste trabalho.

Agradeço a experiência exitosa vivenciada ao cursar o mestrado na Unila, particularmente através das trocas de saberes com demais colegas e professores.

Ao Programa de Bolsas de Demanda Social (DS/Unila) pelo financiamento desta pesquisa, pois contribuiu de forma crucial para a minha permanência no programa.

RESUMO

A presente dissertação objetiva analisar o processo de constituição, transformação e desafios diante do tratamento, organização e preservação do Fundo Documental Ladeísse Silveira, salvaguardado no âmbito do Núcleo de Documental Cultural - Ladeísse Silveira (NUDOC) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), localizada no município de Redenção, estado do Ceará. Ladeísse Silveira nasceu em 1941 na zona rural de Redenção, na localidade de Serrinha Bela, distrito de Guassí. Entre os anos de 1960 e 1965, mudou-se para a área urbana do município onde consolidou sua carreira enquanto professora, pesquisadora e servidora pública municipal, dedicando grande parte de sua vida a investigar a história local de Redenção, reunindo assim diferentes arquétipos documentais que reforçam o pioneirismo da abolição da escravatura ocorrido em 01 de janeiro de 1883. Com seu falecimento em 2015, iniciou-se a construção de uma rede institucional com o intuito de negociar a doação de seus arquivos pessoais para a Unilab, possibilitando sua transformação em um arquivo público de pesquisa documental, pleito este ocorrido em meados de 2016. Sua coleção possui uma tipologia documental que vai desde a composição de documentos públicos a documentos particulares. Frente a esse cenário, analisamos as etapas do pleito de doação e montagem do arquivo, dando sentido à constituição de um fundo documental público no âmbito universitário.

Palavras-chave: Fundo Documental. Arquivo. Unilab. Redenção. Ceará.

ABSTRACT

The present dissertation aims to analyze the process of constitution, transformation and challenges facing the treatment, organization and preservation of the Ladeísse Silveira Documental Fund, safeguarded within the scope of the Cultural Documental Nucleus - Ladeísse Silveira (NUDOC) of the University of International Integration of Afro-Brazilian Lusophony (Unilab), located in the municipality of Redenção, state of Ceará. Ladeísse Silveira was born in 1941 in the rural area of Redenção, in the town of Serrinha Bela, district of Guassí. Between 1960 and 1965, she moved to the urban area of the municipality where she consolidated her career as a teacher, researcher and municipal public servant, dedicating much of her life to investigating the local history of Redenção, thus bringing together different documentary archetypes that reinforce the pioneering spirit of the abolition of slavery that took place on January 1, 1883. With his death in 2015, the construction of an institutional network began with the aim of negotiating the donation of his personal files to Unilab, enabling its transformation into a public archive of documental research, which took place in mid-2016. Its collection has a very wide documentary typology that ranges from the composition of public documents to private documents. Faced with this scenario, we analyzed the stages of the donation and assembly of the archive, giving meaning to the constitution of a public documentary fund at the university level.

Keywords: Documentary Fund. File. Unilab. Redenção. Ceará.

RESUMEN

La presente disertación tiene como objetivo analizar el proceso de constitución, transformación y desafíos frente al tratamiento, organización y preservación del Fondo Documental Ladeísse Silveira, resguardado en el ámbito del Núcleo Documental Cultural - Ladeísse Silveira (NUDOC) de la Universidad de Integración Internacional de Lusofonia afrobrasileña (Unilab), ubicada en el municipio de Redenção, estado de Ceará. Ladeísse Silveira nació en 1941 en la zona rural de Redenção, en el municipio de Serrinha Bela, distrito de Guassí. Entre 1960 y 1965 se trasladó al área urbana del municipio donde consolidó su carrera como docente, investigadora y funcionaria pública municipal, dedicando gran parte de su vida a investigar la historia local de Redenção, reuniendo así diferentes arquetipos documentales. que refuerzan el espíritu pionero de la abolición de la esclavitud que tuvo lugar el 1 de enero de 1883. Con su muerte en 2015, se inició la construcción de una red institucional con el objetivo de negociar la donación de sus archivos personales a la Unilab, posibilitando su transformación en un archivo público de investigación documental, que tuvo lugar a mediados de 2016. Su fondo tiene una tipología documental muy amplia que va desde la composición de documentos públicos hasta documentos privados. Ante este escenario, analizamos las etapas de la donación y montaje del archivo, dando sentido a la constitución de un fondo documental público a nivel universitario.

Palabras clave: Fondo Documental. Archivo. Unilab. Redenção. Ceará.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1** – Mapa do Ceará com destaque na região do Maciço de Baturité..... 21
- Figura 2** – Mapa de localização da Unilab nos municípios de Redenção e Acarape no Ceará..... 23

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1	– Evento de inauguração da Unilab no Campus da Liberdade.....	22
Fotografia 2	– Foto de Ladeísse Silveira em seu Título de Eleitor.....	49
Fotografia 3	– Honorato Gomes da Silveira avô de Ladeísse.....	50
Fotografia 4	– Entrevista com Sra. Neísse Silveira, irmã de Ladeísse.....	52
Fotografia 5	– Reunião de orientação e primeiros testes de digitalização com o telefone celular.	75
Fotografia 6	– Documentos do acervo já higienizados, catalogados e arquivados..	76
Fotografia 7	– Carta do pesquisador Luiz Felipe Pinheiro Guerra à Ladeísse.....	102
Fotografia 8	– Postais colecionados por Ladeísse.....	103
Fotografia 9	– Modelo de correspondência.....	103
Fotografia 10	– Festejos sobre o centenário da abolição.....	104
Fotografia 11	– Higienização e remoção de fitas dos documentos.....	112
Fotografia 12	– Alunas das redes de ensino de Redenção representavam escravizadas africanas.....	116
Fotografia 13	– A representação do recebimento dos 15 mil réis para a libertação dos escravizados.....	116
Fotografia 14	– Representação do engenho, moendo cana de açúcar e distribuindo caldo.....	117
Fotografia 15	– Ladeísse Silveira em entrevista ao jornal O Povo.....	117
Fotografia 16	– Leitura e transcrição do Livro de Atas de 1881.....	118

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	– População escravizada na Vila de Acarape em 1872.....	35
Tabela 2	– Quantitativo de escravizados em Acarape entre 1871 e 1881.....	36

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Exemplo da ficha catalográfica para a identificação dos documentos.....	91
Quadro 2 – Exemplo da ficha catalográfica preenchida.....	93
Quadro 3 – Levantamento das séries existentes no fundo.....	95
Quadro 4 – Amostra dos materiais existentes no fundo.....	97
Quadro 5 – Relatório sobre o estado de conservação dos documentos existentes no acervo.....	105
Quadro 6 – Inventário e localização dos documentos do “Armário 1”.....	113

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APEC	Arquivo Público do Estado do Ceará
BHU	Bacharelado em Humanidades
CE	Ceará
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DS	Demanda Social
FGV	Fundação Getulio Vargas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ILAACH	Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
NOBRADE	Norma Brasileira de Descrição Arquivística
NUDOC	Núcleo de Documentação Cultural Ladeísse Silveira
PAES	Programa de Assistência Estudantil
PIBEAC	Bolsas de Extensão, Arte e Cultura
PPGHIS	Programa de Pós-Graduação em História
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão, Arte e Cultura
REUNI	Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SEPLAG	Secretaria do Planejamento e Gestão
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. REDENÇÃO, O ROSAL DA LIBERDADE	20
1.1 NOTAS SOBRE A ESCRAVIDÃO NO CEARÁ	25
1.2 REDENÇÃO E O PIONEIRISMO DA ABOLIÇÃO NO CEARÁ	32
1.3 A MULHER COMO CONSTRUTORA DA MEMÓRIA PÚBLICA: UMA BIOGRAFIA DE LADEÍSSE SILVEIRA.....	42
2. FUNDO DOCUMENTAL LADEÍSSE SILVEIRA: TRAJETÓRIA E CONSTITUIÇÃO	56
2.1 A ORGANIZAÇÃO DO FUNDO DOCUMENTAL	59
2.2 DA CRIAÇÃO DO NUDOC À METODOLOGIA DE TRABALHO.....	68
3. PROBLEMATIZANDO O ACERVO DE LADEÍSSE SILVEIRA	80
3.1 ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: DESAFIOS DA CLASSIFICAÇÃO E RECONHECIMENTO DAS TIPOLOGIAS DOCUMENTAIS DO ARQUIVO.....	81
3.2 DAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO	105
3.3 O QUE MOSTRAM OS ARQUIVOS? TEMÁTICAS TRANSVERSAIS	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	123
ANEXOS	130
ANEXO A - RESOLUÇÃO Nº 56/2018/CONSUNI – DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E APROVAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DO ÓRGÃO COMPLEMENTAR, VINCULADO AO INSTITUTO DE HUMANIDADES, DENOMINADO NUDOC – NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO CULTURAL LADEÍSSE SILVEIRA	131
ANEXO B – ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 56-2018 – REGIMENTO INTERNO NUDOC	132
ANEXO C – NOTÍCIA VEICULADA NO SITE OFICIAL DA UNILAB ACERCA DA OFICIALIZAÇÃO DA DOAÇÃO DO ACERVO DA COLEÇÃO LADEÍSSE SILVEIRA	138

INTRODUÇÃO

Esta dissertação, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), tem como escopo central discutir a constituição, as transformações e os desafios diante do tratamento, organização e preservação do Fundo Documental Ladeísse Silveira que, por sua vez, encontra-se salvaguardado no Núcleo de Documentação Cultural que leva seu nome, no âmbito da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (doravante, Unilab), localizada no município de Redenção – Ceará.

Este estudo e suas problematizações parte da experiência de atuação no projeto de extensão intitulado “*Tratamento e catalogação da coleção particular de Ladeísse Silveira para montagem de acervo público de pesquisa documental*”, realizado na Unilab entre os anos de 2018 e 2019. Durante o segundo semestre de 2017, quando cursava Licenciatura em História na Unilab, concluí a componente curricular de “*Laboratório de Ensino, Fontes e Métodos I*”, e que tinha como objetivo impulsionar uma formação teórico-prática para o desenvolvimento de trabalho com fontes primárias alinhando-as à pesquisa e o ensino de história.

Coincidentemente, no mesmo período, tomei conhecimento de um processo seletivo para ingresso de novos bolsistas no projeto citado, tendo em vista que os bolsistas anteriores que desenvolveram os trabalhos iniciais de organização do arquivo concluiriam o curso de graduação em meados de junho de 2018 e, portanto, não poderiam continuar às atividades. Ao concorrer o processo de seleção e ter obtido aprovação, participei em janeiro de 2018 de um treinamento teórico-metodológico, juntamente com os demais bolsistas, com o intuito de conhecermos as especificidades do acervo e assim darmos continuidade as etapas de organização, limpeza, catalogação e digitalização do arquivo pessoal da Sra. Ladeísse.

Um dos desafios desse processo foi deslocar para o campo prático a teoria discutida e aprofundada na componente de laboratório, visto que não tinha experiência concreta no trabalho direto com a criação e manutenção de arquivos como esse. Isso, pois a única experiência que tinha à época foi com o manuseio de fontes históricas e materiais bibliográficos utilizados na

construção da pesquisa final da graduação.

Durante a atuação no projeto de extensão, objetivamos desenvolver trabalhos relacionados à temática do arquivo e realizar oficinas de formação para professores do Ensino Fundamental. Outro foco mantido foi sobre o uso de documentos como fonte de pesquisa e material didático para o ensino de história, a exemplo de se pensar a cidade como fonte de pesquisa e realizar processos de releitura dos patrimônios históricos do município.

Com o intuito de ampliar a experiência do arquivo e pensar as possibilidades de pesquisa que sua documentação pode trazer, passei a construir o projeto de mestrado com base nos trabalhos desenvolvidos no processo de montagem do arquivo e que apontam para a trajetória de constituição do Fundo Documental Ladeísse Silveira.

O fundo documental em questão origina-se do acervo particular da Sra. Maria Ladeísse Silveira (1941-2015), que em vida esforçou-se em reunir documentos textuais e imagéticos sobre a história do município de Redenção, com foco no pioneirismo da abolição da escravatura na então província do Ceará e no Império do Brasil, em 1883.

Ladeísse tinha sob sua guarda diferentes documentos como Atas de Registros Eleitorais, artigos de jornais, entre outros. Sua intenção, manifestada por amigos e familiares, era produzir um arquivo que permitisse “provar” o pioneirismo abolicionista de Redenção e, assim, preservar e enaltecer a memória desse fato. Ladeísse também manteve em vista a elaboração de uma apostila acerca da história local para suprir essa lacuna sobre a história do município. Após seu falecimento, o acervo passou à Unilab, que, por meio de projetos de pesquisa, ensino e extensão, tem organizado e catalogado os arquivos.

Este estudo permite o exame de várias temáticas que se entrelaçam à história local, memória coletiva, patrimônio e arquivística. Enquanto pesquisadora, Ladeísse orientou-se pela ideia de “prova”, da capacidade de um arquivo em ratificar um fato histórico ao mesmo tempo organizador da identidade histórica de Redenção. Nessa atividade, sua busca e coleta de documentos revelam aspectos interessantes da constituição de arquivos pessoais com potencial para ser comparado a outros casos no Brasil, como destacam Eduardo Murguía e Tânia Registro (2006), evidenciando os tênues

limites entre o público e o privado na constituição desses arquivos, bem como uma ampla noção e prática de história, para além da academia e instituições de Estado.

Enquanto funcionária pública, Ladeísse Silveira se ocupou também de cerimônias de comemoração do marco abolicionista, monumentalizando o fato histórico enquanto memória coletiva e patrimonial local. Deste modo, o aspecto no qual nos deteremos, diz respeito aos desafios da organização e preservação de acervos no contexto das universidades públicas brasileiras com especial atenção a universidades de constituição recente, como a Unilab. Entre os problemas levantados estão: Quais são as principais potencialidades da absorção de acervos particulares pelas universidades públicas, em termos de pesquisa, ensino e extensão? Quais foram as etapas de organização do acervo percorridas no caso do Fundo Documental Ladeísse Silveira? Quais são as principais dificuldades para manutenção do acervo?

Esta é uma pesquisa de cunho bibliográfico e documental. Por isso, diante da problematização proposta, se faz necessário traçar um percurso metodológico que englobe a análise de fontes e leituras temáticas que serão postas em diálogo ao longo do percurso investigativo. Primeiramente, o método a ser utilizado consiste em uma análise densa da literatura disponível sobre a temática proposta. Isto possibilitará a construção do conhecimento teórico que auxiliará na análise dos resultados.

Em seu desenvolvimento, o método utilizado implica na realização de uma análise dos arquivos disponíveis no Fundo Documental Ladeísse Silveira, logo e preliminarmente, a abordagem será de caráter documental. Para Gil (2007) a pesquisa documental se vale do conjunto de materiais que não receberam tratamento analítico, ou que, porventura, podem ser reelaborados de acordo com os objetivos de uma determinada pesquisa. Mas, conforme salienta Fonseca (2002) existe uma diferença entre a pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica, pois muito embora na maioria das vezes estas caminhem juntas torna-se difícil estabelecer uma distinção entre elas.

Para o autor, define-se como pesquisa bibliográfica a utilização de fontes e materiais produzidos, elaborados e disponíveis em livros, bibliotecas e artigos científicos. Já a pesquisa documental, por sua vez, se utiliza de fontes mais “diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas

estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, etc” (FONSECA, 2002, p. 32) – o que configura o Fundo Documental Ladeísse Silveira.

Assim, conforme Gil (2007), a pesquisa documental obtém algumas vantagens em relação a outras modalidades de pesquisa, acerca da sua utilização enquanto fontes históricas, já que, não prevê “altos custos” para a sua execução, possibilitando ao pesquisador melhor aproveitamento e análise do material e não necessita necessariamente do contato com demais sujeitos na pesquisa.

No entanto, nos servimos também, para compreender a trajetória de vida da Sra. Ladeísse Silveira, de entrevistas semi-estruturadas – que consiste em um roteiro previamente elaborado, contudo o diálogo poderá ser estendido para além deste – com membros de sua família, com destaque para sua irmã, Neísse Silveira. Para compreender os trâmites percorridos até a criação e institucionalização do NUDOC, realizamos entrevista com a sua coordenação.

Para discutir esses pontos, faremos o seguinte trajeto: primeiramente, contextualizamos historicamente o episódio da abolição no Ceará, lançando luz sobre o município de Redenção, também conhecido como Rosal da Liberdade ou Berço das Auroras, pioneiro nesse movimento em 1883.

Redenção, anteriormente conhecida como Villa de Acarape, está situada na região do Maciço de Baturité, a 55 km de distância da capital Fortaleza, Ceará. Por sua vez, destacou-se no cenário nacional e cearense pelo pioneirismo no processo de abolição da escravatura, ocorrida em 01 de janeiro de 1883 – ao libertar 116 cativos que ainda permaneciam sob tal regime. Este pleito é anterior à abolição formal por parte da então Província do Ceará, ocorrida em 25 de março de 1884 (GIRÃO, 1984), e cinco anos antes da abolição da escravatura a nível nacional através da Lei Áurea, em 1888.

Este feito histórico fomentou, por parte de seus habitantes e das autoridades municipais daquela época, o empenho coletivo em construir uma memória oficial acerca do fim da escravidão em Redenção, potencializando assim os diálogos com as memórias, narrativas e as experiências sociais deste pioneirismo, o que corroborou para a ressignificação do próprio nome do município, bem como o gentílico de “*redencionistas*”, e também ao surgimento de um ideário de uma “*sociedade redentora*” – o que faz intrínseca relação ao

“brado da liberdade” que aqui teve início (SILVA, 2004, p. 15).

Diante dessa conjuntura histórica alguns personagens se destacaram eximamente ao enfatizar em suas trajetórias de vida e também no campo político-social este marco e pioneirismo, a exemplo da Sra. Maria Ladeísse Silveira, por meio da salvaguarda e também construção de documentos e materiais que versão sobre esse tema central. Para o fechamento desse capítulo apresentamos ainda as aproximações com esse objeto de estudo, alinhando tanto os elementos subjetivos como o interesse que foi sendo construído para o debate acerca desta questão. E, por fim, trazemos à baila o recorte e o percurso teórico-metodológico que embasa e direciona o andamento da pesquisa.

No segundo capítulo, discutimos de forma mais central o Fundo Documental Ladeísse Silveira. Essa discussão envolve elementos que vão desde a construção de uma biografia que dá conta de sublinhar a sua trajetória de vida, assim como os aspectos relacionados à organização do Fundo Documental, seus percursos, entraves e a criação do Núcleo de Documentação Cultural Ladeísse Silveira, no âmbito da Unilab.

Para o fechamento da pesquisa trazemos à baila o terceiro capítulo com foco na discussão sobre os arquivos que compõem o acervo de Ladeísse. Nos debruçamos ainda sobre as classificações, tipologias, condições de conservação e principalmente as temáticas que se transversalizam na sua coleção particular, com foco específico sobre a abolição da escravidão e aspectos políticos relacionados ao município de Redenção.

1. REDENÇÃO, O ROSAL DA LIBERDADE

*Redenção o teu nome na história
É luzeiro de etéreo fulgor
Faz lembrar tão brilhante vitória
Que nos enche de orgulho e de amor
Quando a pátria gentil de Iracema
Quis seus filhos cativos livrar
Tu tiveste esta glória suprema
De o primeiro grilhão rebentar
De teu solo se ergueu, sobranceiro
Um punhado invencível de heróis
Desprendendo este brado altaneiro
"não queremos escravos entre nós".*

(Hino Oficial de Redenção, autoria Vital Bizarria).

O hino oficial do município de Redenção, trecho em epígrafe, sinaliza os aspectos centrais que focaremos neste capítulo inicial, portanto, os caminhos para delinear um panorama acerca da sua trajetória de formação, bem como o cenário escravista e abolicionista que são particulares à sua história. Esse panorama, por sua vez, servirá como pano de fundo para discutirmos não só tais aspectos, mas especialmente os elementos que se conectam a Sra. Ladésse Silveira e os arquivos por ela salvaguardados, já que direta ou indiretamente associam-se ao panorama abolicionista que, como veremos, qualifica Redenção como pioneira no cenário nacional.

Foi exatamente nessa terra onde nasci em março de 1995. Desde então, cresci no alto da Serra de São Bento, um pequeno povoado localizado aproximadamente 10 km de distância da sede do município e situada ao lado de serras como Boa Vista, Serra Verde e tantas outras. Essas localidades, em grande parte, além de se distanciarem significativamente do centro urbano de Redenção, são excetuadas de equipamentos públicos básicos, sendo necessário possuir transporte próprio ou ainda utilizar um pau-de-arara¹ para o deslocamento até a sede do município, para assim acessar o hospital

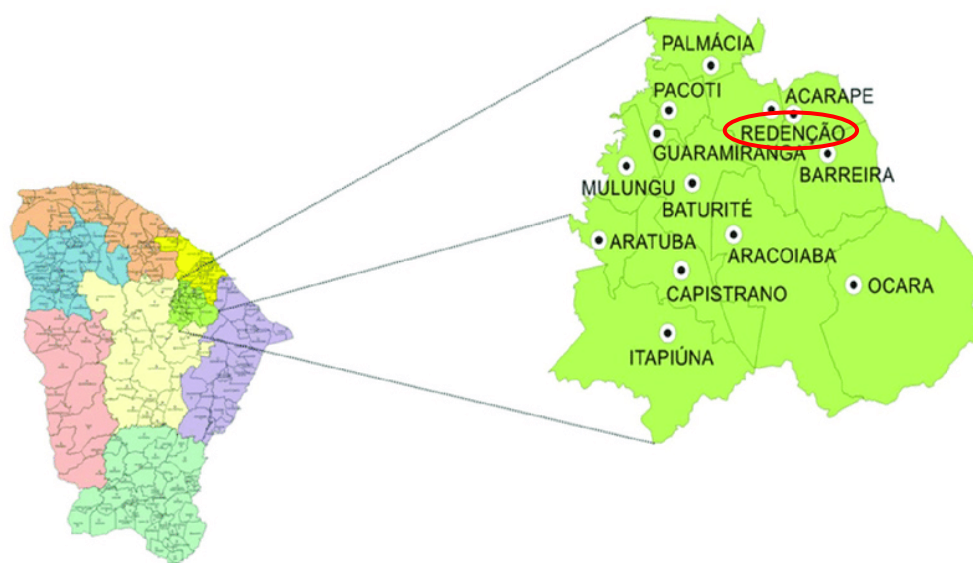
¹ Meio de transporte coletivo adaptado em caminhões para o transporte de passageiros. Essa forma de veículo é muito comum em regiões onde o acesso aos meios de transporte urbano é escasso. Apesar de a sua utilização ser comum para o deslocamento entre as serras e o centro de Redenção, tendo em vista a inexistência de outras possibilidades de deslocamento, esse é um meio transporte irregular e proibido.

municipal, postos de saúde, supermercados, bancos, feiras, bem como escolas de ensino fundamental e médio.

Refletindo acerca do ensino básico, considero que ele apresentava lacunas quanto aos aspectos históricos locais, tendo em vista que apesar das localidades mais distantes terem prioridade no acesso ao transporte escolar que nos levava até as instituições de ensino no centro do município, não recorde de ter aprendido sobre a história de Redenção, em especial, as temáticas da escravidão e o abolicionismo que lhes são tão fundamentais. Levo a crer também que devido à dificuldade no deslocamento entre o meio rural e o urbano praticamente o único contato mais direto com a sede do município ocorria face à necessidade de ir à escola ou ainda para realizar a compra dos gêneros alimentícios para o mês ou mesmo ida à igreja.

A compreensão desses pontos históricos só se tornaram evidentes durante o ensino médio, circunstância em que os professores comentavam a respeito das futuras instalações da Unilab. Por sua vez, a universidade citada é uma instituição de ensino superior pública federal e internacional, criada no âmbito da implementação do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), no governo Lula, tendo sede no município de Redenção, localizado na região do Maciço de Baturité (mapa da figura 01).

Figura 1 – Mapa do Ceará com destaque na região do Maciço de Baturité



Fonte: Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG).

A escolha de Redenção para sediar a Unilab está intrinsecamente relacionada ao fato de ter sido a primeira cidade a abolir a escravidão no Brasil², aspectos que versaremos com aprofundamento neste capítulo. Logo, sua missão institucional está fincada na formação profissional, cooperação solidária entre povos e na integração entre o Brasil com os países que fazem parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), tais como Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste e Portugal³. Sua Comissão de Implantação foi instituída em outubro de 2008, sendo oficialmente criada pela Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010 – mesmo ano de criação da Unilab – e que completará em 2022, 12 anos de existência.

Fotografia 2 – Evento de inauguração da Unilab no Campus da Liberdade



Fonte: Unilab.

Uma particularidade quanto a Unilab é que ela está localizada tanto no Maciço de Baturité, como também no Recôncavo Baiano. No Ceará, a Universidade conta com o Campus da Liberdade (figura 02), onde foi o início institucional com as atividades letivas no dia 25 de maio de 2011; o Campus das Auroras, entre os municípios de Redenção e Acarape, inaugurado em 26

² Durante a assinatura da lei de criação da Unilab, o então Presidente Lula frisou em seu discurso que esse marco histórico simbolizava uma forma do país pagar uma dívida histórica em relação aos povos africanos, contudo, em parceria e solidariedade. Ver detalhes em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/unilab>

³ Disponível em: https://unilab.edu.br/sobre-a-unilab/?_ga=2.186988396.599531758.1651272120-1994357914.1634586603. Acesso em: 20 jan, 2022.

de novembro de 2014 e também a Unidade Acadêmica dos Palmares, no município de Acarape, inaugurada em 20 de novembro de 2012. Já na Bahia, a Unilab está localizada no município de São Francisco do Conde e as atividades acadêmicas ocorrem no Campus dos Malês, inaugurado em fevereiro de 2013⁴.

Figura 2 – Mapa de localização da Unilab nos municípios de Redenção e Acarape no Ceará



Fonte: Adaptado de Google Maps.

Recordo, nitidamente, de um episódio ocorrido em 2011, diante da chegada dos primeiros estudantes oriundos dos países parceiros da Unilab e também da ocasião de sua inauguração, circunstância em que fomos levados pela escola para participar da cerimônia. Um fato marcante ocorrido nesse dia foi em relação à constatação da presença negra, não somente dos estudantes advindos dos países africanos, mas também na própria cidade. Em meio à euforia da sessão de fotos com os estudantes africanos, um dos participantes da cerimônia convidou um estudante também negro para fazer um registro fotográfico. Nesse momento, ele foi questionado a respeito de sua nacionalidade. Sua resposta talvez tenha soado com estranheza ou decepção, quicá, tendo em vista que alegou ser dali mesmo, nascido e criado em Redenção.

O fato ocorrido naquele momento tem ecoado por muitas décadas no

⁴Disponível em: https://unilab.edu.br/nossos-campi/?_ga=2.10647536.599531758.1651272120-1994357914.1634586603. Acesso em: 20 jan, 2022.

Ceará, a respeito do não reconhecimento da presença negra, o que em situações como essa são lidas socialmente como fato equidistante. Contudo, perceber o cenário da escravidão, da abolição e acerca da população negra no Ceará e em Redenção só se tornou evidente a partir de 2014, quando então fui aprovada no Bacharelado em Humanidades na Unilab. Foi a partir do ingresso no ensino superior e dos inúmeros debates sobre essa temática nas aulas e eventos acadêmicos que passei a me interessar por essa trajetória e também interpretar os fatos que ocorriam ao meu redor, como o próprio desconhecimento dessa trajetória.

Deste modo, instigada a compreender questões situadas nesse bojo temático realizei a pesquisa para conclusão do referido curso⁵ com foco na análise dos monumentos públicos criados em homenagem a determinados marcos históricos e sua contribuição para a construção de uma memória oficial acerca da abolição da escravidão em Redenção, o que me levou posteriormente a conhecer os arquivos pessoais de Ladeísse. Por essa razão, antes de avançarmos com o enfoque deste estudo, faz-se necessário adentrar nos aspectos mais históricos sobre a escravidão e abolição no Ceará e em Redenção, apontando os meandros que dão sentido ao tema central desta dissertação.

⁵ A pesquisa intitulada “*Narrativas pós-abolicionistas: a história escrita dos monumentos históricos*”, defendida em 2016, sob orientação do Prof. Dr. Américo Souza, buscou refletir a construção dos monumentos históricos da cidade de Redenção e que foram erguidos com o propósito de aludir à memória da abolição que constitui os fundamentos históricos da cidade. Os monumentos em questão foram o Busto da Princesa Isabel, Obelisco, Painele Negra Nua e a Estátua do Vicente Mulato, elementos que por sua vez fazem parte do cenário pós-abolicionista do município. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/2823>.

1.1 NOTAS SOBRE A ESCRAVIDÃO NO CEARÁ

Ao analisarmos a trajetória de formação do Brasil veremos de forma bastante nítida que a violência da escravidão, seja em relação aos povos originários ou mesmo dos povos africanos é, inegavelmente, um elemento ligado à gênese da sociedade brasileira. Isto, pois o processo escravista marcou profundamente as relações sociais, políticas e econômicas de nossa população, fato este que ecoa fortemente ainda nos dias atuais, dando sentido as mazelas produzidas nesse período e que são reproduzidas no cotidiano.

Em particular, no que diz respeito à escravidão envolvendo a população negra africana, apontam Carlos Rafael Caxilé, Lia Machado Fialho e José Rogério Santana (2014), que desde meados do século XVI até 1850, o número de escravizados trazidos forçosamente para o Brasil alcançou cerca de 3.600.000 africanos, de distintas origens, representando 38% do percentual de cativos trazidos para as Américas.

Já segundo Luiz Felipe Alencastro (2018), os primeiros desembarques de africanos escravizados no país ocorreram por volta de 1560, sendo direcionado especificamente para a capitania de Pernambuco. Contudo, salienta o autor que mesmo diante desse marco inicial, a data mais comumente acionada para designar o início do tráfico é 1550. Do mesmo modo, 1850 é tido como referência para o fim do tráfico para o Brasil, no entanto, entre 1851 e 1856 foi constatado o desembarque deste público ainda em condição cativa, o que põe evidentemente em dúvida tal alegação (ALENCASTRO, 2018).

Diante disso, há inúmeras controvérsias quanto ao número exato de africanos introduzidos no país, seja de forma legal ou ilegalmente. Por isso, ainda na perspectiva de Alencastro (2018), o quantitativo de africanos inseridos no Brasil nessa conjuntura escravista, especificamente entre 1500 e 1850, pode ter ultrapassado os 4,8 milhões de africanos. Todavia, ainda sustentam muitos pesquisadores da temática que esse quantitativo pode ter alcançado os 10 milhões, correspondendo a 40% de cativos trazidos para o país. Se por um lado há incertezas sobre um quantitativo oficial, de outro, não restam dúvidas

de que por mais de três séculos vivenciou-se uma intensa mortandade, exploração e violência contra essa população.

Esse panorama mais sucinto leva-nos à percepção de que, sob uma análise mais contextual e regionalizada, podemos notar os meandros desse pleito e a presença africana no Ceará. Sobre isso, Caxilé, Fialho e Santana (2014), afirmam que as informações sobre a presença dessa população no Ceará são incertas e vagas. No entanto, é possível encontrar, mesmo que de forma historicamente fragmentada, múltiplos indícios da presença africana em diferentes regiões e momentos históricos do Ceará como, por exemplo, a referência feita por Frei Vicente de Salvador nas expedições realizadas pelos portugueses, em 1604, razão em que ocorreram conflitos com os indígenas, onde “num desses combates, que se deu na serra da Ibiapaba [...] frei Vicente remeteu a presença de ‘crioulos da Bahia’, compondo a expedição portuguesa” (CAXILÉ, FIALHO E SANTANA, 2014, p. 23).

Além deste, os autores citando o médico e historiador Barão de Studart, destacam que em 1742 aportou em Fortaleza uma embarcação vinda da Costa da Guiné com escravizados africanos. Ainda sobre esse aspecto, os autores citando Mattoso (2003), destacando a ocorrência de quatro ciclos de importação de africanos para o Brasil, quais sejam:

O primeiro deles foi no século XVI, chamado ciclo da Guiné, teve início na África ao norte do Equador e trouxe para o Brasil negros uolofs, mandingas, sonrais, mosis, haússas e peuls. O segundo ocorreu no século XVII, chamado ciclo do Congo e de Angola, com a chegada de negros bantus da África equatorial e central. O terceiro ciclo foi o da Costa da Mina, em que ingressaram novamente na colônia os negros sudaneses, dominando todo o século XVIII. A partir desse século, finaliza um ciclo propriamente baiano, o da baía e Benin. Já no século XIX, chegam indivíduos africanos de diversas etnias sendo predominantemente os de Angola e Moçambique. (MATOSSO, 2003, *apud* CAXILÉ, FIALHO e SANTANA, 2014, p. 19).

Os dois episódios anteriormente citados descrevem um cenário marcado pela presença de escravizados africanos, contudo, põe em evidência a necessidade de se compreender elementos mais contextuais que levem à compreensão dessa inserção no Ceará, dentro dos grandes ciclos referidos. Quanto a este ponto, faz-se importante ponderar outra especificidade no trato dado a análise do cenário escravista cearense, pois ele é demarcado pela ausência do tráfico direto com o continente africano, conforme sublinha a

pesquisadora Analucia Bezerra (2009).

É contundente a afirmativa de que não houve tráfico direto de mão-de-obra escrava da África para o Ceará. A ausência de relações com o tráfico atlântico tem comumente justificado a fragilidade dos estudos sobre a escravidão, por conseguinte sobre a composição étnica do contingente Negro transferido compulsoriamente para as fazendas de gado ou para os escassos plantéis encravados nas pequenas fazendas de cana-de-açúcar cearenses. Ademais, a expansão inexpressiva dessa empresa tem trazido plausibilidade ao argumento, defendido pela historiografia de uma época, de que o Ceará sofre pouca influência da cultura africana. (BEZERRA, 2009, p. 89).

Como se pode observar, não houve na trajetória de formação do Ceará relações diretas com o continente africano no sentido de possibilitar a inserção de escravizados, o que segundo Bezerra (2009) justifica a fragilidade de dados e de estudos mais contundentes sobre o cenário da escravidão. Além disso, há um conjunto de elementos que estão atrelados a esse fator e que deram subsídios para a construção de um pensamento equivocado acerca da pouca ou nula influência africana na construção histórica do povo cearense.

É importante notar que além da não existência de um tráfico direto com África, fatores econômicos e geográficos também compuseram essa conjuntura. Sobre as origens da escravidão no Ceará, aponta Pedro Alberto de Oliveira Silva (2011), que o fato da capitania não ter tido condições favoráveis à exploração da cana-de-açúcar fez com que o início de sua colonização fosse tardia, condição essa que só veio ocorrer no período de declínio do ciclo açucareiro no século XVII. Para o autor, um conjunto de fatores físico-geográficos fez com que o pleito colonizador ocorresse somente no início desse século.

A insubmissão dos indígenas aos invasores trouxe represálias sangrentas. Foram organizadas, então, guerras de extermínio, sendo os sobreviventes aproveitados como mão-de-obra cativa. A criação de gados não exigia muita força de trabalho, e os colonos não possuíam condições econômicas para adquirir escravos negros. (SILVA, 2011, p. 26).

Quem ratifica as ideias apresentadas por Silva (2011) é Simone de Souza no livro *Uma nova história do Ceará*. Como argumenta a autora, a ocupação da capitania do Ceará por parte dos europeus ocorreu de forma tardia em comparação à forma como essa conquista se deu na região litorânea.

Logo, tanto a indústria açucareira como a pecuária só ganharam força a partir do século XVI e XVII, respectivamente. Assim, a terra e sua conquista por parte dos europeus pôs em relevo o acirramento de conflitos com a população indígena, como visto logo acima.

A terra, para os povos indígenas, não era vista como um meio de produção, na perspectiva mercantil; ao contrário, deveria ser o espaço de liberdade e da possibilidade de viver sem serem constrangidos pelos brancos. Para comprovar esse fato, destacamos na solicitação do chefe indígena elementos que acentuam a diferença que estamos buscando estabelecer. Nela percebe-se o que justifica a posse da terra é a referência à ancestralidade. A solicitação foi feita de forma coletiva e não faz qualquer menção à geração de lucro ou coisa do gênero. Ao contrário, foi solicitada para garantir a sobrevivência do grupo indígena sem ser incomodado pelos brancos. (SOUZA, 2000, p. 24).

Mesmo diante desse cenário onde os conflitos eram evidentes, Silva (2011) enfatiza que o crescente processo de ocupação e conquista de regiões da capitania do Ceará levaram à descoberta de ouro na região do Cariri, sul da capitania, razão que motivou a criação da “Companhia do Ouro das Minas de São João dos Cariris”, em 1756, empreendimento que não obteve êxito, culminando com sua extinção dois anos após sua criação (1758). Apesar do pouco tempo de existência da Companhia, alguns fatores positivos puderam ser observados nessa região, como o aceleração da ocupação da região sul e o desenvolvimento da indústria açucareira, fazendo surgir “um comércio ativo de rapadura e gado com as capitanias vizinhas, principalmente Pernambuco, fato que veio a contribuir para a introdução de escravos negros.”. (SILVA, 2011, p. 28).

A notícia de haver ouro naquela região, a mais fértil da Capitania, levou muita gente para ali. A presença de “pretos” foi bem notada, e chegou a se formar “*mocambos de negros fugidos*” naquela zona. O contrabando que existia realizado por eles, constituiu-se uma evidência da importância que tiveram. Em 1757, por exemplo, foram presos como contrabandistas, entre pessoas brancas, um negro do padre Antônio Correa Vaz, outro chamado Bento da Rocha, que era escravo de um morador de Jacobina, e uma negra forra chamada Josepha Maria, moradora no “Morro Dourado”. (SILVA, 2011, p. 50, grifo do autor).

Para Caxilé, Fialho e Santana (2014), as expedições em decorrência da criação da Companhia do Ouro, conforme visto anteriormente, são

consideradas como o episódio que demarca a entrada oficial de negros na capitania do Ceará. Isso pois, com o exercício da mineração foram introduzidos “sessenta e nove escravos negros [...]. Após a extinção da Companhia, em 1758, voltaram eles para o poder de seus senhores não se tendo notícia de seus destinos” (SILVA, 1979, p. 332).

Até a primeira década do século XVIII, excetuando os escravos empregados na mineração do Cariri, não entraram grandes grupos de negros no Ceará. Fato comprovado pelo ofício expedido pelo governo Barba Alardo de Meneses, em 25 de outubro de 1810, ao ministro da Marinha e Domínio Ultramarinos, que lhe solicitou por ordem real, a remessa anual de mapas demonstrativos dos escravos vindos para o Ceará oriundos da África. [...]. **Os negros escravos que vieram para a Província do Ceará, especialmente, na primeira metade do século XIX, saíam das regiões vizinhas, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Maranhão e Bahia [...].** (CAXILÉ, FIALHO E SANTANA, 2014, p. 26, grifo nosso).

Podemos ressaltar, por um lado, que o processo escravista no Ceará possuía desde seus primórdios características particulares que a diferenciava em relação a outras províncias, sendo um deles o fato de que tais escravizados eram oriundos de capitanias próximas como Pernambuco, Rio Grande do Norte, Maranhão e Bahia (CAXILÉ, FIALHO E SANTANA, 2014). Por essa razão é que o historiador Raimundo Batista Aragão aponta em seu livro *História do Ceará* que essa província possuía um contingente de escravizados que, diferentemente de outras regiões, apresentava pouca expressividade numérica. Logo, justifica o autor que alguns elementos merecem destaque na análise dada a este ponto, em especial, a estrutura econômica vigente à época.

Raimundo Batista Aragão afirma que:

Era responsável por essa situação a própria estrutura econômica, calcada na pecuária e em incipiente agricultura ou simples feudos domésticos em que o trabalho escravo fugia às características de lucratividade. A indústria canavieira, tão abundantemente explorada em outras Províncias, ficava restrita a pequenas faixas produtivas, pouco rentáveis ou, mais precisamente, destinada a produção de rapaduras. [...] Além disso, o negro era “mercadoria” de alto preço, muitas vezes conservado como indicador de “status”, ranço feudal que passava de pai para filho. Por essas razões, **o Ceará não ultrapassou à casa dos trinta e cinco mil escravos, sendo que por ocasião do evento abolicionista esse limite seria ainda bem menor**, considerando-se, ainda, a prática de comercialização do negro para o sul do País. (ARAGÃO, 1987, p. 223, grifo nosso).

Segundo Aragão (1987), no Ceará, o quantitativo de escravizados não

ultrapassou 35.000 mil, sendo este um dado também considerado incerto, haja vista que outros pesquisadores apontam a presença de 40.000 escravizados. Complementando a assertiva de Aragão, Bezerra (2009), enfatiza que há pelo menos cinco fatores que sintetizam essa pouca expressividade quanto à presença de escravizados africanos.

[...] o número reduzido de escravos Negros no Ceará se deve pelos menos a cinco razões, a saber: **a) o povoamento tardio da capitania cearense; b) a sua dependência da capitania do Pernambuco; c) a mão-de-obra cativa indígena abundante; d) uma atividade econômica centrada na pecuária favorecida pelas condições ambientais; e e) o preço do cativo Africano, incompatível com o numerário do colonizador.** Na verdade, a escassez de dinheiro teria sido um fator de introdução do comércio colonial atlântico, centrado na exportação de gêneros agrícolas e importação de mercadorias européias, excluindo assim o tráfico negreiro. (BEZERRA, 2009, p. 90, grifo nosso).

Quanto à ocupação da capitania do Ceará, o historiador José Hilário Ferreira Sobrinho (2011) afirma que, no que diz respeito ao sertão, esse processo ocorreu de forma bastante célere, fazendo com que em 1775, o Ceará tivesse 61.474 habitantes, alcançando em 1808 uma população equivalente a 125.878. Ainda para o autor, citando os censos populacionais de 1804, 1808 e 1813, o percentual da soma de “[...] pardos, mulatos livres, pretos e pardos cativos, pretos livres e cativos é superior à da população branca livre [...]”. (FERREIRA SOBRINHO, 2011, p. 55). Outro fator importante é o fato de que a concentração de “homens de cor” se mostrava bem superior à população branca especialmente nas áreas onde a pecuária se inseriu robustamente (FERREIRA SOBRINHO, 2011).

Sobre este ponto, Silva (2011) destaca o fato de que o tipo de trabalho escravo exigido, seja nos serviços domésticos, pecuária ou mesmo lavouras, garantia a sobrevivência destes escravizados em detrimento daqueles que se ocupavam na indústria canavieira. Deste modo, “a salubridade do clima, existente na maioria do território cearense, era muito propícia ao crescimento de sua população, incluindo-se a escrava” (SILVA, 2011, p. 53). Obviamente, este fato não anula de forma alguma os efeitos característicos da escravidão sobre a vida destes sujeitos escravizados, mesmo que se evidencie outras possibilidades de trabalho forçado que não tenha tido relação direta com a indústria açucareira.

Por essa razão, esse fator ímpar na história acerca da escravidão no Ceará produziu, na perspectiva do antropólogo Alex Ratts, um senso comum que reverberou nos séculos seguintes e que em certa medida ainda tem ecoado na atualidade, acerca da não existência de negros – e também indígenas – no Ceará. Como cita, “[...] o discurso mais constante se refere à pequena quantidade de escravos no Ceará colonial. Defende-se que a escravidão teria sido branda, já que predominavam os serviços domésticos [...]” (RATTS, 2009, p. 18).

Segundo Ratts (2009),

O mito da escravidão branda tem sido contestado por alguns pesquisadores como Eduardo Campos, em seu trabalho *Revelações das condições de vida dos cativos no Ceará*, baseado nos anúncios de jornais que retratavam escravos fugidos com marcas inquestionáveis de violência. No entanto, pouquíssimos estudos têm focado o período entre a abolição e os tempos atuais. (RATTS, 2009, p. 18, grifo do autor).

Corroborando com as ideias de Ratts (2009), o historiador Airton de Farias em seu livro *História do Ceará: dos índios à geração Cambeba*, traz à baila um aspecto importante sobre o mito da escravidão branda ao considerar a deturpação criada pela historiografia ao criar um imaginário onde “o escravo era um íntimo da casa, da família, muito tratado, servindo com humildade e sem constrangimento” (FARIAS, 1997, p. 100), haja vista que estes eram tratados de forma desumana e repressiva.

Há registros de cativos condenados à morte na forca, enterrados vivos, espancados, esfolados, violentados sexualmente, queimados, estrangulados, sem contar as amputações de seios, de orelhas, de dedos, vazamento de olhos etc. Escravos chegavam a ser entregues às autoridades públicas, para a ‘devida punição’, como normalmente acontecia na Casa de Detenção de Fortaleza (onde hoje se encontra o centro de turismo). (FARIAS, 1997, p. 100).

Além disso, faz-se necessário pontuar que há relações muito contundentes com os trabalhos científicos realizados no bojo historiográfico cearense, já que parte desse senso surge também, segundo Franck Ribard e Eurípedes Funes (2020), pelo fato de que,

Muitos historiadores, em particular do Instituto Histórico do Ceará, num olhar equivocado sobre a sociedade cearense, inebriados pela ideia de nação tão cara aos intelectuais da virada do século XIX para

o XX, enalteciam a presença de migrantes europeus, que garantiam a homogeneidade étnica da nação, e o sentimento da fidalguia, negando assim a outras etnias, principalmente à negra, um lugar nessa história. (RIBARD e FUNES, 2020, p. 19).

Destarte, sublinham Ribard e Funes (2020) que estes historiadores construíram uma narrativa que nitidamente desqualificaram africanos e seus descendentes, bem como enfatizou que em decorrência dos inúmeros aspectos já sublinhados quanto à escravidão no Ceará, esta teria então ocorrido de forma branda, algo que se perpetuou significativamente no imaginário cearense, negando-se mais uma vez as atrocidades da escravidão.

A presença de mão de obra escravizada no Ceará se fez presente em todos os campos de trabalho, seja no espaço rural ou urbano, marcada pela existência de escravarias pequenas, de um a cinco escravizados. Em 1883, às vésperas da extinção da escravidão, a população escravizada já demonstrava uma queda acentuada, mas a proporcionalidade em relação à ocupação dos escravos continuava predominando os sem ocupação definida, que constituíam uma massa de trabalhadores aptos a qualquer tipo de atividade. (RIBARD e FUNES, 2020, p. 21).

Independentemente desse contexto que aponta para o cenário escravista cearense e os aspectos que o tornou bastante distinto no cenário nacional, ratificamos o pensamento de Ferreira Sobrinho (2011), pois “é inegável [...] que essa presença marcou profundamente as relações de produção que se consolidaram no sertão e nos centros urbanos cearenses, nos séculos XVIII e XIX [...]”. (FERREIRA SOBRINHO, 2011, p. 60).

Nesse sentido, na contramão dos aspectos inerentes ao cenário escravista no Ceará, há um elemento insurgente que merece destaque: a abolição da escravatura. Esta, por sinal, demarca um episódio ímpar da trajetória histórica do município de Redenção e do próprio Ceará, que são pioneiros neste aspecto, mas que merecem atenção para a percepção dos cenários e sujeitos envolvidos nesse pleito, conforme analisaremos a seguir.

1.2 REDENÇÃO E O PIONEIRISMO DA ABOLIÇÃO NO CEARÁ

Segundo Farias (1997), a abordagem sobre o processo abolicionista no Brasil reveste-se de mitos e distorções, particularmente quando esse fato é

atrelado à benevolência da Princesa Isabel e o marco histórico da assinatura da Lei Áurea em 13 de maio de 1888. Sobre esse fato, é pertinente enfatizar que há várias décadas o Movimento Negro tem tecido fortes críticas à forma como esse processo foi inconcluso, não dando conta de múltiplos aspectos ligados à vida da população negra, ao passo que também tem ressignificado a data, considerando-o como o Dia Nacional de Denúncia Contra o Racismo.

Ratificando o pensamento de Farias (1997), “a abolição foi fruto da brava e heróica resistência negra [...], da mobilização de parcela da sociedade, e das mudanças ocorridas no Brasil e no mundo nos séculos XVIII e XIX” (FARIAS, 1997, p. 99). É preciso convir que não somente um, mas uma série de elementos confluiu para a concretização da abolição da escravidão.

Afirma Airton Farias que,

Ao mesmo tempo, o Brasil passou a não depender tão-somente da mão-de-obra cativa. A expansão da cafeicultura, o surto industrial, o fim do tráfico negreiro com a **lei Euzébio de Queirós** (1850), as imigrações, a opção de parte da elite pelo trabalho assalariado, enfim, as mudanças sucedidas no país na segunda metade do século XIX fizeram entrar em decadência a escravidão. [...]. Logo, surgiu um movimento para acabar com essa exploração aviltante e desumana. Trabalhadores livres, intelectuais, estudantes, militares, setores da classe média e populares engajaram-se na campanha abolicionista. Jornais eram fundados, clubes libertários organizavam-se; comícios, passeatas, manifestos. Mulheres realizaram leilões, bailes e quermesses com o fim de arrecadar dinheiro para a compra de cartas de alforria. Militares recusavam-se a capturar negros fugidos; jangadeiros e ferroviários negavam-se a transportar escravos; o país estava mobilizado. (FARIAS, 1997, p. 99-100, grifo do autor).

Tendo em vista o conjunto de transformações vivenciadas à época, associadas ainda ao engajamento de diferentes sujeitos em prol da extinção da escravidão, essa conjuntura nacional culminou com um feito memorável, haja vista que, segundo Farias (1997), quatro anos antes da promulgação da Lei Áurea, portanto, em 1884, o Ceará abolia definitivamente a escravidão em seus domínios territoriais. Nesta perspectiva, “[...] Acarape (atual Redenção) entrou para a história do País como o primeiro núcleo urbano a libertar seus escravos [...] a primeiro de janeiro de 1883 [...]”. (FARIAS, 1997, p. 104).

Vale salientar que anteriormente, o atual município de Redenção denominava-se “Vila de Acarape” ou simplesmente “Acarape”. Acerca do significado desse nome, o historiador Raimundo Girão no livro *A abolição no Ceará* explica que:

Foi o professor e jornalista Perboyre e Silva que a qualificou assim. A pequena vila do Acarape, no centro da planície que o rio Pacoti verdecera em cana-de-açúcar e pomares abundantes, oferecia-se como oásis florido, terno recanto de aprazimento aos olhos dos que a procuravam fugindo à agrestia do sertão combusto. A etimologia opina seja indígena o nome, síntese de dois elementos mórficos: *acará* peixe e *pe* caminho ou canal [...]; ou, segundo a interpretação de José de Alencar, “caminhos das garças”, em língua tupi. (GIRÃO, 1984, p. 159, grifo do autor).

Seja seu significado atrelado à ideia de um “caminho dos peixes” ou mesmo “caminho das garças”, conforme visto em Girão (1984), importa considerar que em suas origens mais remotas a Vila de Acarape tem sua formação a partir de um povoado constituído entorno de um distrito policial criado em 18 de março de 1842 na província de Baturité e que, em seguida, adquiriu nova categoria através do ato provincial nº 1.242, de 05 de dezembro de 1868⁶, onde se constituiu a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Acarape. Conforme informações disponibilizadas no site da Arquidiocese de Fortaleza⁷ o perímetro que constituía a freguesia era bem extenso.

Ao sul – o rio Choró, na fazenda Bananeiras de cima na de João Saraiva, seguindo rumo direito a fazenda Poços, no rio Aracoiaba; e daí em linha reta ao sitio Olho d’Água, em seguida aos sitios-Faisca ou Boqueirão de Antonio Moreira, ao sitio Lagis ou Antonio Ribeiro, serra dos meninos, S. Miguel, Cortuinho, e sitio- Palmeiras, de José Francisco; e daí para o poente e freguesia de Canindé, fraldando as serras; para o norte a fazenda Cé, fraldando as serras; para o norte a fazenda Cuz, servindo de extrema a estrada de Canindé para os Pocinhos; e daí a estrada para o poente, digo para a fazenda Forquilha, donde seguirá em linha reta ao sitio Baú, até onde passa a estrada de Baturité, na ponte, seguindo esse mesmo de leste a Morada- Vaijotas, no rio Pacoty, e daí na mesma linha a fazenda – Cavalaria de Inacio Carneiro, em direção ao rio Choró; na fazenda de Francisco dos Santos Gomes Pimenta, continuando os restos dos limites do nascente pelas antigas extremas com a freguesia do Cascavel até o sul, e sendo por nos sentenciados os atos da criação na forma de direito. (LEI PROVINCIAL DE 05 DE DEZEMBRO DE 1868).

Essa grande extensão de área territorial, juntamente com a abundância hídrica em circunstância do Rio Pacoti, tornou-a propícia ao desenvolvimento de atividades econômicas ligadas principalmente ao cultivo de cana-de-açúcar e também a instalação de engenhos, fato que Girão (1984) menciona ao

⁶ Sobre os aspectos históricos e administrativos ligados ao município de Redenção, acessar: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/redencao/historico>

⁷ Disponível em: <https://www.arquidiocesedefortaleza.org.br/regioes/regiao-serra-nossa-senhora-da-palma/paroquias-da-regiao/paroquia-nossa-senhora-da-conceicao-redencao/>

destacar as características da Vila de Acarape. Segundo Anna Emília Barbosa, José Hilário Ferreira Sobrinho e Marisa Moura (2011), os primeiros engenhos de rapadura surgiram na região por volta de 1740. Esse fator impulsionou, mais tarde, a concentração de mão-de-obra escravizada.

Deste modo, o conjunto de fatores ligados à realização dessas atividades econômicas fez com que Acarape se desmembrasse da província de Baturité, alcançando sua elevação na condição de Vila, conforme lei provincial nº 1.255, de 28 de dezembro de 1868, assinada pelo então Presidente da Província do Ceará, Diogo Velho Cavalcante Albuquerque (BARBOSA, FERREIRA SOBRINHO e MOURA, 2011). Segundo a lei referida, § 2º, a povoação de Acarape seria toda a extensão da freguesia, conforme visto anteriormente a partir dos dados da Arquidiocese de Fortaleza.

Conforme destaca a pesquisadora Joanna Cavalcante Pinheiro Farias (2018), ao abordar a presença de cativos na Vila de Acarape e em Baturité, o Recenseamento da Província do Ceará datado de 1872 indicava a presença de 11.865 habitantes, sendo que deste quantitativo 140 eram escravizados, com o detalhe de que havia uma distribuição proporcional destes sujeitos no que diz respeito ao seu gênero.

Tabela 1 – População escravizada na Vila de Acarape em 1872

	PARDOS	PRETOS	TOTAL
HOMENS	30	40	70
MULHERES	28	42	70
TOTAL	58	82	140

Fonte: Recenseamento da Província do Ceará (1872), adaptado de Farias (2018).

Além desse quadro que sintetiza a presença nítida de escravizados, Farias (2018) destaca também o número de cativos por moradores na Vila de Acarape entre 1877 e 1881. Conforme aponta a autora, a partir dos dados do inventário *post-mortem* do Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC), pelo menos 04 moradores detinham a posse de cativos, quais sejam: a) Tenente-coronel Francisco Ferreira da Silva, 1877 – 2 cativos; b) Rosa da Conceição,

1879 – 3 cativos; c) Capitão Antônio Ribeiro de Lima, 1880 – 9 cativos e d) Maria Josefa da Conceição, 1881 – 1 cativo (FARIAS, 2018).

Já Barbosa, Ferreira Sobrinho e Moura (2011), descrevem que a situação dos cativos cearenses em Acarape entre 1872 e 1881, estava configurada da seguinte forma:

Tabela 2 – Quantitativo de escravizados em Acarape entre 1871 e 1881

Escravos matriculados para 1872	136
Registrados por entrada	26
Registrados por saída	67
Falecidos	05
Alforriados por títulos gratuitos	08
Alforriados por títulos onerosos	02
Escravos existentes em agosto de 1881	80

Fonte: Adaptado de Barbosa, Ferreira Sobrinho e Moura (2011).

Apesar do quantitativo de cativos em Acarape apresentarem distinções numéricas, não há como desvencilhar-se da nítida presença de escravizados. Infere Farias (2018) que o quantitativo de escravizados sob o poder militar é significativo, mesmo havendo moradores que também detivessem recursos para a compra de escravizados, como se pode notar. Um dado pertinente a ser mencionado diz respeito ao fato de que no mesmo dia de criação oficial de Acarape em 1868, uma lei estadual foi aprovada com o intuito de autorizar o Presidente da Província a aplicar anualmente um valor equivalente a quinze mil réis na libertação de cativos, preferencialmente do sexo feminino (IBGE)⁸.

Diante dessa conjuntura marcada pela elevação de Acarape à condição de vila, estrutura-se sua organização política, contudo, somente em agosto de 1871 é que se instaura a primeira Câmara Municipal, contando com os seguintes membros, conforme Silva (2004):

- **Presidente:** Tenente-Coronel Simeão Teles de Menezes Jurumenha.
- **Vereadores:** José Joaquim de Araújo

⁸ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/redencao/historico>. Acesso em: 05 fev, 2022.

Félix Nogueira de Souza
Francisco Ernesto de Oliveira
Honorato Gomes da Silveira.

- **Suplentes:** José Martins Souto Maia, Antônio Ferreira dos Reis.
- **Substitutos:** Francisco Ferreira da Silva, Cassiano Antônio de Oliveira.

Exerceu um papel importante no movimento escravista em Acarape o Tenente-Coronel Simeão Teles de Menezes Jurumenha, o primeiro presidente da Câmara Municipal. Simeão, que possuía origem portuguesa, foi tanto um escravocrata como abolicionista. Foi exatamente em sua propriedade que ergueu-se um dos engenhos importantes da região, conhecido como sítio Engenho Livramento, em 1750, iniciando a produção de aguardente por volta de 1873 – data em que encerrou seu governo na Câmara Municipal.

A seu respeito, aponta Farias (2018) que,

De qualquer modo, **Jurumenha fora um dos maiores proprietários de escravizados de vila de Acarape**. Nos dados acessados para este trabalho, **seu nome se repete como comprador de cativos** no já citado livro de escrituras de compra e venda, além de que, **de fora o responsável em libertar, em 1881, nove cativos, sendo sete destes dadas alforrias gratuitas e sem condições [...]**. (FARIAS, 2018, p. 70, grifo nosso).

Sobre este aspecto, Eylo Fagner Silva Rodrigues apresenta divergências quanto às alforrias expedidas por Jurumenha, pois “este senhor não concedeu alforrias gratuitas e sem condições para todos os seus escravos” (RODRIGUES, 2012, p. 123). Argumenta Rodrigues que estas liberalidades não ocorreram na totalidade dos escravizados, tendo em vista que duas delas, cujos nomes são Maria e Joana, não obtiveram a mesma condição dos demais. A alforria de Maria, por exemplo, ocorrida em 19 de agosto de 1881, foi condicionada a prestação de serviços domésticos, na condição de “criada”, pelo resto da velhice. Já o caso de Joana, coube uma indenização de sua parte equivalente a 300 mil réis (RODRIGUES, 2012).

Além disso, Tshombe Miles aponta em seu livro *A luta contra a escravatura e o racismo no Ceará*, os principais aspectos sobre o passado escravista e abolicionista no Ceará. Para Miles (2011), o movimento abolicionista no contexto cearense não ocorreu de forma isolada, mas sim,

vinculado ao movimento abolicionista nacional. Além disso, parte significativa dos abolicionistas cearenses possuía um nível educacional elevado, assim como pertenciam à classe média de sua época.

Destarte, “a organização abolicionista mais importante a surgir no Ceará foi a Sociedade Cearense Libertadora. Foi fundada em Dezembro de 1880, como um ramo de outra organização chamada Perseverança e Porvir (...)” (MILES, 2011, p. 169). Essa última organização, objetivou alcançar a libertação de escravizados através da sua compra, diga-se, de sua carta de alforria conforme visto anteriormente.

Sobre a Sociedade Cearense Libertadora Caxilé (2006) afirma que,

O surgimento da Sociedade Cearense Libertadora foi fruto das mudanças que ocorreram na província do Ceará a partir da segunda metade do século XIX. A criação da Santa Casa de Misericórdia, em 1861, a criação da Biblioteca Pública, em 1867, a instalação da estrada de ferro Fortaleza-Baturité, em 1873, a implantação do plano urbanístico do engenheiro Adolpho Herbster, em 1875, como também a criação da Academia Cearense de Letras, da Academia Francesa, do Instituto Histórico e Geográfico e de algumas agremiações literárias são características significativas dessa época. Nesse cenário emergiram novas forças sociais: uma elite intelectual composta de letrados e profissionais liberais, dentre eles funcionários públicos, advogados, professores, médicos e farmacêuticos. É importante observarmos que as mudanças ocorridas na província do Ceará, a partir da segunda metade do século XIX, não estavam acontecendo isoladamente. Outras províncias do Brasil imperial, principalmente depois de 1850, passaram por transformações sociais, políticas e econômicas onde as cidades, suas capitais, constituíram-se como as sínteses dessas transformações. A urbanização exigiu um complexo quadro administrativo que foi preenchido por burocratas, bacharéis, engenheiros e médicos. (CAXILÉ, 2006, p. 29).

A criação da Sociedade Cearense Libertadora também estava atrelada a efervescência dos acontecimentos mais amplos ocorridos em cenário nacional. Destarte, um ano antes de sua criação, quando ainda denominava-se Sociedade Perseverança e Porvir, esta era composta principalmente por comerciantes obstinados a comprar cartas de alforrias de escravizados. Já com a fundação da Sociedade Cearense Libertadora, que também criou um jornal de grande relevância à época, portanto, O Libertador, objetivava “libertar escravos seja por que meio for” (FARIAS, 1997, p. 102).

Sobre o processo abolicionista em Acarape, faz-se importante frisar alguns elementos particulares. Segundo Barbosa, Ferreira Sobrinho e Moura (2011), em 1º de janeiro de 1883, o escrivão das rendas gerais na então Vila de

Acarape, Manuel Fernandes de Araújo, realizou uma visita à Fortaleza para o recolhimento de saldos referentes à tesouraria da Fazenda. Na ocasião, vislumbrou-se com o crescente levante do movimento abolicionista, cujo marco da época estava no movimento dos jangadeiros.

Acerca desse movimento, sublinha Aragão (1987), que o papel desempenhado por Chico da Matilde, impactou significativamente no movimento abolicionista no Ceará com a greve dos jangadeiros e a interdição da entrada de escravizados nos portos. Logo, “Chico da Matilde era o nome de guerra do popular Francisco José do Nascimento, preto alforriado às suas próprias custas [...] passaria à história com o nome de ‘Dragão do Mar’”. (ARAGÃO, 1987, p. 225).

Neste sentido, ao retornar à Acarape, Manuel Fernandes teria conversando com Joaquim Agostinho Fraga e Antônio da Silva Matos sobre o movimento abolicionista, circunstância em que teriam concordado em se mobilizar contra a escravidão. Esse pleito corroborou para a criação da Sociedade Redentora Acarapense, fundada em 1882, que segundo Silva (2004) era composta por Gil Ferreira Gomes (Presidente), Antônio da Silva Ramos (Procurador), Henrique Pinheiro Teixeira (1º secretário), R.A Gomes Carneiro (2º secretário), Pe. Luis Bezerra da Rocha (tesoureiro) e Deocleciano Ribeiro de Menezes (Delegado).

Deste modo,

Antonio da Silva Matos alforriou os três escravos que possuía. O exemplo foi imitado, espontaneamente, por outros senhores: **Simeão Teles de Meneses Jurumenha, Gil Ferreira Gomes de Maria e Emiliano Cavalcante. Com a divulgação desses atos, não demorou muito para que os membros da Sociedade Cearense Libertadora, de Fortaleza, chegassem à Vila de Acarape.** Como ainda faltava algum dinheiro para a compra das alforrias de uns cativos a serem libertos, os abolicionistas completaram, contribuindo com uma boa quantia para que todos fossem libertos. [...] **A notícia de que a Vila de Acarape havia libertado seus cativos chegou à capital, Fortaleza, e se espalhou em todas as direções. Enquanto isso, em Acarape, se organizava uma sessão da Câmara da Vila para comemorar a conquista alcançada.** No dia da solenidade, os representantes da Sociedade Cearense Libertadora embarcaram no trem das 7 horas da manhã na Estação Ferroviária João Felipe, em Fortaleza, em direção à vila redentora. Chegaram às 10 horas e 30 minutos. (BARBOSA, FERREIRA SOBRINHO e MOURA, 2011, p. 59, grifo nosso).

Seis anos após esse episódio histórico, Acarape deixou de ser vila,

passando oficialmente a ser município. Assim, através da Lei Provincial nº 2.167, de 17 de agosto de 1889, a então Vila de Acarape passou a denominar-se Redenção. A mudança de nome, como já referido, faz alusão ao pioneirismo da abolição da escravatura. Além deste, Redenção também é conhecido como “Berço das Auroras” ou ainda “Rosal da Liberdade” (BARBOSA, FERREIRA SOBRINHO e MOURA, 2011).

Alguns anos antes, um dos membros do grupo abolicionista de Acarape, Deocleciano Ribeiro de Menezes, sugeriu que o nome da cidade passasse a se chamar Redenção, por ter sido a primeira cidade brasileira a abolir os escravos. A sugestão de Deocleciano foi aceita. (BARBOSA, FERREIRA SOBRINHO e MOURA, 2011, p. 63).

Já no plano legal e efetivo, é a lei sancionada pelo Presidente Sátiro de Oliveira Dias, em 19 de outubro de 1883, contudo, sendo promulgada em 25 de março de 1884, que abolia definitivamente a escravidão no Ceará. Número esse que àquela altura chegava a 30 mil escravizados (FARIAS, 1997). Em seu discurso histórico durante a festa da sociedade cearense abolicionista no Rio de Janeiro, Tristão de Alencar Araripe enfatizou esse marco histórico ocorrido em Acarape.

Sim, a “Libertadora Cearense” resolveu fazer as manumissões por municípios, e o primeiro escolhido foi o da Vila do Acarape, que adquiriu invejável glória, e inscreveu o seu nome circulado de luminosa aureola os fastos da emancipação da nossa terra. No dia 1.º de Janeiro de 1883 a “Libertadora Cearense” celebrava a primeira festa da redempção, e no meio de indescritível entusiasmo o município do Acarape declarava ao mundo, que não possuía escravos, e era terra de cidadãos. (ARARIPE, 1884, p. 29-30)

Infere Farias (1997), que o pioneirismo é válido, porém, há elementos que são alvo de questionamentos, tendo em vista a forma mitificada que envolve esse episódio, especialmente ao negar a participação, luta e resistência negra e atenuar a violência e exploração (FARIAS, 1997). Dois fatores consideráveis para o declínio da escravidão no Ceará estão nos intensos episódios de secas (ARAGÃO, 1987) e também na venda de escravizados para outras províncias, episódio que demarca o tráfico interprovincial que, entre 1871 e 1881, alcançou a venda de 7 mil escravos (FARIAS, 1997).

Uma crítica contundente levantada pela historiadora Larissa Gabarra

(2020), no que concerne ao contexto abolicionista, particularmente ao sistema escravocrata no Maciço de Baturité é que este ocorreu em meio a um pleito de restituição financeira aos proprietários de cativos, a partir do Fundo de Emancipação. Não se criou nenhuma condição ou política mais ampla no sentido de abarcar essa população negra agora livre.

Aproveitou-se do fundo estatal para reescravizar negros e negras, podendo aproveitar-se do soldo mais uma vez. Ou seja: nenhum proprietário que mantinha gente escravizada libertou seu escravizado por um sentimento humanitário para com o homem ou a mulher naquela situação desumana, mas porque seria recompensado materialmente pela perda da propriedade. Sem capital para investimento e com um excedente de escravizados adquiridos para o plantio e colheita do algodão, a venda dos escravizados, fosse pelo Fundo de Emancipação ou para o tráfico interno do Ceará para o sudeste do Império, recuperava o capital investido que, livre, poderia ser utilizado para novos investimentos. Assim, a abolição da escravidão prematura da província do Ceará foi resultado da crise financeira, principalmente do Maciço de Baturité, e o novo investimento econômico foi, nesse caso, os engenhos de cachaça, que demandavam muito menos mão de obra e poderiam ser feitos nas zonas urbanas (GABARRA, 2020, s/p).

Para a autora, o episódio abolicionista ocorrido em Acarape nada mais foi que a venda de 103 escravizados ao governo provincial cearense (GABARRA, 2020). Mesmo diante das circunstâncias apresentadas, o fato é que o episódio abolicionista ocorrido em Redenção fomentou o estabelecimento de diversos “lugares de memória”, conceito de Pierre Nora (1984) para designar lugares que fomentam a função de alicerçar memórias coletivas, como é o caso, e que espraiam-se propositalmente por diferentes espaços do centro urbano de Redenção com o objetivo de demarcar de maneira eterna tal feito.

Para Nora, tais lugares de memórias são simplesmente “restos”, ou melhor, locais que salvaguardam estes “restos”, portanto, “museus, arquivos, cemitérios, santuários, associações, são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade” (NORA, 1984, p. 13). Assim, os espaços citados, dentre outros, tem como escopo (re)criar um sentimento de que a memória não dá-se espontaneamente, e é por isso que se faz necessário “criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, [...] porque essas operações não são naturais”. (NORA, 1984, p.13).

Em Redenção, bons exemplos são os monumentos do Busto da

Princesa Isabel, o Obelisco, Painel Negra Nua, a Estátua do Vicente Mulato (último escravizado liberto em Acarape), além do Museu Senzala Negro Liberto, Museu Memorial da Liberdade entre outros. Tal aspecto, por sinal, é também absorvido pelo comércio local, a exemplo dos Supermercados Abolição e Redenção, pelos nomes de ruas e avenidas e o nome dos *campi* acadêmicos da Unilab. Há ainda nessa mesma perspectiva o papel exercido por uma redencionista, Ladeísse Silveira, que através da organização de distintos documentos deu origem a seus arquivos pessoais que, como veremos adiante, salvaguarda episódios emblemáticos dessa trajetória.

1.3 A MULHER COMO CONSTRUTORA DA MEMÓRIA PÚBLICA: UMA BIOGRAFIA DE LADEÍSSE SILVEIRA

Ao longo dos últimos séculos tem-se discutido no âmbito historiográfico, assim como em outros campos do conhecimento, a escassez de fontes históricas e/ou de produções bibliográficas produzidas pelas mulheres, ao passo em que também temos visto nas últimas décadas uma vertiginosa produção que tem tratado sobre a invisibilidade feminina não só no âmbito dessas produções bibliográficas como também no campo científico.

Tal assertiva pode ser identificada nos estudos realizados por Virginia Woolf (1985) em *Um teto todo seu*, Rachel Soihet (1997) em *História das mulheres*, Michelle Perrot (2005) no livro *As mulheres ou os silêncios da história* e em Ana Paula Simioni e Maria Eleutério em *Mulheres, arquivos e memória* (2018).

Virginia Woolf, por exemplo, ao realizar uma busca de materiais e foliar diversos livros salvaguardados nas bibliotecas das universidades inglesas constatou as lacunas existentes quanto às produções ligadas a uma escrita feminina. Ao se deparar com tal problemática, passou a construir uma série de questionamentos na tentativa de compreender as razões para a existência imperativa de um universo dominado pela escrita literária masculina e o olhar destes sobre as mulheres, conforme elencado pela autora:

Têm vocês alguma noção de quantos livros são escritos sobre as mulheres em um ano? Têm alguma noção de quantos são escritos por homens? Estão cientes de serem, talvez, o animal mais discutido do universo? Para lá eu fora, com um caderno de anotações e um lápis, na intenção de passar a manhã lendo, imaginando que ao final

da manhã teria transferido a verdade para meu caderno de anotações (WOOLF, 1985, p. 34).

Woolf (1985), ao dar prosseguimento às suas análises, percebeu que as produções sobre a vida das mulheres partiam de diferentes olhares masculinos desde “ensaístas agradáveis” a “homens sem diplomas”. Logo, para a autora, tal constatação não lhe soou como novidade, haja vista que a partir da sua pesquisa foi possível perceber naquele momento que as mulheres não possuíam o hábito de escrever sobre os homens. Segundo ela, isso era bom, tendo em vista que não existia tempo hábil na vida de qualquer pesquisador (a) para se debruçar sobre as diferentes leituras e percepções sobre o que os homens escreveram sobre as mulheres ou vice-versa. Porém, o que persistia em sua mente era um questionamento, afinal, “por que são as mulheres, a julgar por esse catálogo, tão mais interessantes para os homens que os homens para as mulheres?” (WOOLF, 1985, p. 36).

Com base em suas anotações, foi possível perceber as ausências, os silenciamentos e a manutenção da condição social da mulher, pois segundo Woolf (1985) as dificuldades de se encontrar materiais produzidos por mulheres nessas bibliotecas estavam atreladas a algumas condicionalidades, a exemplo do fato delas nunca escreverem sobre suas vidas e o seu cotidiano.

A mulher jamais escreve sobre a própria vida e raramente mantém um diário – existe apenas um punhado de suas cartas. Não deixou peças ou poemas pelos quais possamos julgá-la. O que se deseja, pensei [...], é uma massa de informações: com que idade ela se casava; quantos filhos, via de regra, tinha; como era sua casa; se ela dispunha de um quarto próprio; se preparava a comida; seria provável que tivesse uma criada? Todos esses fatos estão em algum lugar, presumivelmente nos registros e livros contábeis paroquiais; a vida da mulher média elisabetana deve estar espalhada em algum lugar, disponível para alguém que se preste a recolhê-la e dela fazer um livro (WOOLF, 1985, p. 57).

A questão anteriormente enfatizada se deve ao fato que ao analisarmos a narrativa historiográfica percebemos um processo nitidamente marcado pela dominação masculina e que esta inviabilizou – e na atualidade ainda produz seus efeitos – a participação das mulheres no processo de escrita da história, considerando também que no cerne destas discussões quem detinha total influência eram os “reis e príncipes; profetas, missionários, padres; guerreiros e colonizadores” e que “foram erguidos como protagonistas de narrativas

monopolizadas” (SIMIONI; ELEUTÉRIO, 2018, p. 20). Aos homens lhes foi dado o direito de dominação e escrita da história, enquanto as mulheres ficaram cada vez mais as margens deste processo, sendo-lhes atribuído o papel de manutenção e “reprodução da ordem” (SIMIONI; ELEUTÉRIO, 2018, p. 20) dentre eles, dedicar-se aos cuidados da casa, dos filhos e da família, ponto este que perdura até os dias atuais.

Uma das críticas contundentes levantadas por Ana Paula Simioni e Maria Eleutério (2018) ao processo de “tradição historiográfica” é que à medida que se tem a valorização de um “protagonismo masculino” no âmbito das produções bibliográficas reforça-se a existência de uma lacuna histórica sobre as narrativas produzidas pelas mulheres e que um dos desafios para o ofício “do historiador” e seus trabalhos com as fontes históricas é justamente lidar com “a *ausência de fontes* sobre elas” (SIMIONI; ELEUTÉRIO, 2018, p. 21, grifo das autoras), apontamentos estes também enfatizados nos estudos da historiadora e pesquisadora Rachel Soihet (1997).

Levando em consideração a invisibilidade feminina e a ausência da participação da mulher na vida pública é possível destacar que a história, assim como os arquivos, se constitui de um processo seletivo que privilegia determinados acontecimentos em detrimento de outros. Segundo Michelle Perrot (2005) o século XIX vai ser o marcador social que divide ambas as esferas, portanto, o “público” e o “privado”. Tal assertiva é essencial para compreendermos que muito embora não fosse à intenção de ocasionar uma “repartição dos sexos” (PERROT, 2005, p. 34) é evidente a fissura entre esses dois mundos, logo, a participação do homem na vida pública, no âmbito da política e economia enquanto que as mulheres, “traduziu-se por uma retirada [...] de certos locais: a Bolsa, o Banco, os grandes mercados, o Parlamento, os clubes, círculos e cafés, grandes locais de sociabilidade masculina” (PERROT, 2005, p. 34).

Os procedimentos de guarda no que se refere aos arquivos e a presença feminina dentro desta conjuntura é perceptível quanto à presença de volumes e mais volumes de documentação que privilegiam a vida pública e a participação dos homens no âmbito social. Assim, como nas discussões referenciadas por Woolf (1985) e suas observações sobre o quantitativo exacerbado de uma escrita masculina se comparada à feminina no âmbito das bibliotecas inglesas,

é imprescindível à crítica que Michelle Perrot (2005) realiza sobre os arquivos, ressaltando que estes são oriundos em sua maioria de “um olhar sobre homens, os arquivos públicos calam as mulheres” (PERROT, p. 35, 2005).

Fora dos padrões e requisitos da sociedade daquele período as mulheres aparecem de forma mais livre naquilo que Perrot (2005) destaca enquanto “arquivos privados”, pois as mulheres em sua grande maioria “foram as produtoras” destes materiais, a exemplo dos,

Livros de anotações da casa em que mantém os anais da família. Correspondências familiares de que elas são as escribas habituais, diários íntimos cuja prática é recomendada para as moças por seus confessores, e mais tarde por seus pedagogos, como um meio de controle de si mesmas constituem um abrigo para os escritos das mulheres, cuja imensidão é atestado por todos os fatores (PERROT, 2005, p. 35).

Um exemplo que necessita de destaque quando nos reportamos ao cenário de produção de uma escrita feminina no cenário brasileiro, levando em consideração ainda as questões que envolvem os aspectos raciais em que estamos cotidianamente envolvidos, está na produção da escritora e poetisa Carolina Maria de Jesus em seu clássico *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*. Carolina, nascida em 1914 em São Paulo, passou parte de sua vida dedicada à escrita de diários em que relatava a sua realidade enquanto moradora de uma das maiores favelas de São Paulo, neste caso a de Canindé. Seus diários revelavam a trajetória de quem foi preterida e que viveu às margens da vida, como afirmavam seus escritos. Entre o catar papel, ferro e outros materiais recicláveis e que vendidos possibilitavam a refeição do dia, Carolina escrevia nas horas vagas, com o objetivo final de “escrever um livro referente a favela. Hei de citar tudo que aqui se passa” (JESUS, 2014, p. 20).

Nesta perspectiva e oportunamente, ao passo que se tem uma produção feminina há também uma forte aceleração e destruição destes resquícios documentais, seja por quem os escreveu ou por terceiros. Conforme Rachel Soihet (1997) destaca, “não poucas foram aquelas que os rasgaram ou os queimaram, temendo ser objeto de zombadas” (SOIHET, 1997, p. 429). Já Perrot (2005) complementa esse processo e atribui a isso alguns fatores que também corroboraram para a escassez de fontes históricas sobre a presença feminina no âmbito da escrita e dos arquivos.

Estas destruições vêm dos acasos das sucessões e das mudanças de casa, de um gosto pelo secreto que cimenta a intriga familiar, mas também da indiferença de descendentes embaraçados pelos legados de seus predecessores que causam tanto estorvo: indiferença agravada pelo caráter subalterno dado a estes escritos das mulheres (PERROT, 2005, p. 36).

Como enfatizado por Perrot (2005), os escritos das mulheres foram subalternizados, assim como por bastante tempo estiveram ocultadas por detrás de pseudônimos masculinos, reforçando a invisibilização de suas próprias trajetórias de vida. Portanto, é nestes termos que, contextualizando um cenário histórico de predileção e dominação dos princípios historiográficos, que trazemos à baila as contribuições de uma mulher que não só escrevia como principalmente colecionava documentos, fotografias e outros materiais históricos que faziam alusão à história da sua cidade, Redenção. Abordar cenas da vida de Ladeísse Silveira faz-se necessário para ampliar as perspectivas de compreensão acerca da temática basilar deste estudo, o que nos permite enveredar por sua trajetória de vida, a partir da constituição de sua biografia.

Vejamos inicialmente que no artigo “A ilusão biográfica” Pierre Bourdieu (1986) enfatiza que para tratar sobre a história de vida de um determinado indivíduo faz-se necessário compreender a vida enquanto história. A vida, por sua vez, deve ser compreendida indivisivelmente a partir do “conjunto dos acontecimentos de uma existência individual concebida como uma história e o relato dessa história” (BOURDIEU, 1986, p. 183). Para o autor, a vida constituída enquanto um todo e organizada como uma história, em um tempo cronológico com pontos de partida e também de término, permite a partir de seu relato destacar “certos acontecimentos *significativos* e estabelecendo entre eles conexões para lhes dar coerência” (BOURDIEU, 1986, p. 184-185, grifo do autor).

No entanto, em “Grandezas e misérias da biografia” Vavy Pacheco Borges (2005) afirma que por bastante tempo biografia e história estiveram situadas em margens opostas de um mesmo percurso, pois alguns “autores acharam que contar a história de vida de alguém era algo distinto de uma ‘História’: as histórias das vidas” (BORGES, 2005, p. 205). Por essa razão, como já reforçado por Bourdieu, é importante reconhecer a vida também

enquanto história.

Desta forma, abordar sobre as “histórias de vida”, a exemplo da construção de uma biografia exige uma reflexão sobre a utilização da perspectiva biográfica nos estudos históricos. Afinal, o que seria conceitualmente uma biografia?

[...] oriundo do grego *bios* = vida e *graphein* = escrever, inscrever acrescido de *ia*, um formador de substantivo abstrato. No mundo antigo, o termo biografia como “relato de vidas” parece ter ocorrido pela primeira vez em Damásio, cerca de 500 d.C. Na língua francesa, o termo aparece somente no *Dictionnaire* de Trévoux, em 1721. Emile Littré, no *Dictionnaire de La langue française* (1800-1801), definiu: Biografia: espécie de história que tem por objetivo a vida de uma só pessoa”. (BORGES, 2005, p. 204, grifo do autor).

Segundo Borges (2005), acerca da contextualização do que viria a ser uma biografia, o percurso histórico quanto à preocupação em descrever a história de vida de um determinado sujeito tem suas raízes fincadas na Grécia Antiga, perpassando diferentes momentos da Humanidade. Como bem exemplifica a autora, ao esmiuçar essa trajetória partindo daquilo que o historiador François Dosse propõe, destaca pelo menos três fases importantes desse percurso.

Primeiramente, uma fase considerada como “idade heróica”, pois através dela a biografia possibilitaria o compartilhamento de valores às gerações seguintes. Por conseguinte, a segunda fase conhecida como “biografia modal”. Nesta fase, a biografia assume novas características, sendo orientada a uma tentativa de configurar cenários de ordem coletiva, enfatizando a relação tempo-espço da sociedade em que este sujeito está inserido. Já na última fase destacada pelo autor, aludindo ainda a uma “idade hermenêutica”, a biografia passa a ser um terreno fecundo de investidas para os/as historiadores/as.

Ainda na perspectiva de Borges (2005), diferentes mecanismos podem ser acionados na tentativa de realizar uma pesquisa cujo foco está na vida de um indivíduo e esta pode ocorrer “por intermédio das ‘vozes’ que nos chegam do passado, dos fragmentos de sua existência que ficaram registrados, por meio das chamadas fontes documentais” (BORGES, 2005, p. 212). Para a autora, a biografia além de tomar diferentes estratégias para sua realização,

pode ainda ocorrer de diferentes formas “desde um rápido (ou não) percurso da vida do biografado” – como é o caso – “até o tipo mais ambicioso, como um ‘mergulho na alma’ do biografado” (BORGES, 2005, p. 212-213).

Esse “mergulho”, conforme destaca a autora, seria a forma mais completa de construção de uma biografia, pois ela adentra com profundidade na intimidade da pessoa biografada. Ainda sobre esse mergulho, este pode ocorrer “basicamente por meio dos documentos da ‘escrita de si’ ou de ‘produção de si’, que podem nos revelar a intimidade do biografado” (BORGES, 2005, p. 214). Neste caso, a autora sinaliza para quatro pontos importantes que possibilitam esse mergulho na história de vida, podendo ocorrer através de alguns elementos, quais sejam:

Memória ou a tradição oral familiar; memórias, autobiografias, ego-história, correspondência (ativa e passiva), diários; entrevistas na mídia (orais, escritas ou em filmes, vídeos); os chamados objetos da cultura material: fotos, objetos pessoais, a biblioteca etc., [...] (BORGES, 2005, p. 2014)

Para se ter acesso as memórias de uma dada pessoa é possível recorrermos ao método de pesquisa de história oral que a partir do auxílio de um gravador é feito o registro da fala do entrevistado. Segundo Verena Alberti (1996) ao recorrermos a tal metodologia se faz necessário refletir se esta de fato é apropriada para o desenvolvimento de nossas pesquisas, haja vista que devemos evitar o “desperdício” (ALBERTI, 1996, p. 01) de tempo, dinheiro, trabalho e ao final do processo não conseguirmos responder nossos questionamentos de pesquisa. Em alguns casos, ressalta a autora, mesmo após a utilização desta metodologia tem-se a impressão de que nem todas as respostas foram atendidas da forma como objetivamos.

Levando em consideração o argumento apresentado e analisando uma entrevista realizada com a Sra. Neísse Silveira, irmã de Ladeísse Silveira, ainda no ano de 2018, me veio à mente alguns questionamentos que mesmo após a análise dos relatos de memória da entrevistada senti algumas ausências que não contemplaram por completo os elementos da trajetória de vida de Ladeísse e que possivelmente seja plausível de questionamentos por parte de outros pesquisadores. Esta inquietação foi amenizada ao passo em que Verena Alberti (1996) ao discutir em suas produções sobre a metodologia de história oral ressalta que esta não objetiva complementar as ausências, mas

sim trazer à baila os elementos que constituem “a recuperação do vivido” (ALBERTI, 1996, p. 01).

[...] a principal característica do documento de história oral não consiste no indeditismo de alguma informação, nem tampouco no preenchimento de lacunas de que se ressentem os arquivos de documentos escritos ou iconográficos, por exemplo. Sua peculiaridade e a da história oral como um todo – decorre de toda uma *postura* com relação à história e às configurações sócio-culturais, que privilegia a *recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu* (ALBERTI, 1990 *apud* ALBERTI, 1996, p. 01, grifo da autora).

Desta forma, objetivando “a recuperação do vivido” (ALBERTI, 1996, p. 01) teceremos a seguir a construção de uma breve biografia da Sra. Ladeísse Silveira, entrecruzando diferentes elementos desde a lembrança familiar, particularmente de uma de suas irmãs, Sra. Neísse Silveira, de entrevistas concedidas por Ladeísse em veículos de comunicação local/regional e também elementos do seu próprio acervo pessoal, como documentos pessoais, fotografias e de seu *curriculum vitae*. É, portanto, a junção destes elementos, conforme os apontamentos de Borges (2005), que possibilitarão o destaque que buscamos dar quanto a sua trajetória de vida.

Fotografia 2 – Foto de Ladeísse Silveira em seu Título de Eleitor



Fonte: NUDOC – Unilab, 2016.

Maria Ladeísse Silveira, filha de José de Arimatéia Silveira e Stela Rodrigues da Silveira, nasceu em 27 de dezembro de 1941 no Sítio Serrinha Bela, no distrito de Guassí, zona rural de Redenção e faleceu em 19 de junho de 2015 na zona urbana do respectivo município. Sua família apresenta-se como uma das mais tradicionais da região, especialmente no que concerne aos aspectos políticos, tendo em vista que seu avô, Honorato Gomes da Silveira,

nascido em Acarape em junho de 1831, foi um dos primeiros vereadores eleitos em 1871, na ocasião da criação da Câmara Municipal. Com seu falecimento em 1918, aos 87 anos, ocorreu uma eleição exclusiva para ocupar a vacância deixada por Honorato, razão em que seu filho e pai de Ladeísse, José de Arimatéia (conhecido como Batéa), assumiu como vereador.

Fotografia 3 – Honorato Gomes da Silveira avô de Ladeísse



Fonte: Blog Famílias de Baturité⁹.

Durante sua trajetória escolar, Ladeísse cursou o primário no município de Baturité, no Colégio Maria Auxiliadora – Salesianas¹⁰, entre 1953 a 1957. Ainda na mesma instituição cursou a 1^o e 2^o série (1958 a 1959), quando então foi à Fortaleza dar continuidade aos estudos no extinto Colégio Agapito dos Santos, onde cursou a 3^a série em 1960 e a 4^a série no Colégio Arminda de Araújo (1961). Ao concluir o primário e o ginásial, Ladeísse continuou seus estudos ainda na capital, desta vez no Colégio Rui Barbosa, onde ela se especializou enquanto técnica em contabilidade, entre 1962 a 1964.

Além da sua formação mais básica, Ladeísse realizou uma série de cursos de qualificação profissional em distintas áreas do conhecimento, mas principalmente nos campos da administração, contabilidade e secretariado. Vejamos alguns dos cursos realizados por Ladeísse:

1) Curso de Iniciação Profissional – Corte e Costura (Baturité – 1957);

⁹ Disponível em: <http://familiasdebaturite.blogspot.com/2012/12/honorato-gomes-da-silveira.html>

¹⁰ O Colégio Maria Auxiliadora foi fundado em 19 de março de 1932, em Baturité.

- 2) Curso de Iniciação Profissional – Arte Culinária (Baturité – 1959);
- 3) Curso Técnico de Contabilidade (Fortaleza – 1964);
- 4) Curso de Administração Municipal (Recife – 1968);
- 5) Curso sobre Elaboração Orçamentária (Rio de Janeiro – 1969);
- 6) Curso de Psicologia do Desenvolvimento Pessoal (Recife – 1970);
- 7) Curso de Orçamento e Contabilidade (Recife – 1970);
- 8) Curso de Alfabetização Funcional (Redenção – 1971);
- 9) Curso de Noções Gerais da Análise de Contas (Fortaleza – 1971);
- 10) Curso de Administração de Pessoal (Fortaleza – 1975);
- 11) Curso de Secretariado / Organização (Fortaleza – 1975);
- 12) Curso de Secretariado / Etiqueta Social (Fortaleza – 1975);
- 13) Curso de Secretariado / Redação Comercial (Fortaleza – 1975)¹¹.

Com uma numerosa qualificação profissional, Ladeísse chegou a exercer atividades profissionais enquanto professora, contadora e servidora pública. Em 1965 a 1970, lecionou concomitantemente como professora primária no Patronato Pio XI e no Grupo Escolar Padre Saraiva Leão, ambos no município de Redenção. Em 1967, assumiu a função de secretária na Prefeitura Municipal de Redenção, bem como em 1968 exerceu a função de contadora da Cooperativa Agropecuária de Redenção e também no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia da 9ª Região, em 1973. Paralelamente, dedicou-se a contribuir com o município por outros meios, sendo secretária da Associação e Proteção a Maternidade e a Infância em Redenção (desde 1968), Tesoureira do Mobral¹² em Redenção (1971) e Presidente do Grupo da Amizade (1975 e 1976).

Conforme visto, em 1967 Ladeísse foi convidada pelo prefeito Dr. José Alberto Mendonça de Souza¹³ a ocupar o cargo de gestão municipal na função de secretária na qual desempenhou e coordenou diversas atividades, a exemplo da organização dos desfiles cívicos na cidade, razão pela qual sempre

¹¹ Todas as informações relacionadas ao seu percurso educacional e profissional foram extraídas do Currículo Vitae escrito por Ladeísse Silveira e presente no NUDOC.

¹² O Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) foi instituído em 1968, com o objetivo de alfabetizar jovens e adultos.

¹³ O Prefeito Dr. José Alberto, que foi eleito durante quatro mandatos, exerceu a função entre 22/12/1945 a 22/03/1945, 06/01/1948 a 1951, 25/03/1959 a 25/03/1963 e 23/03/1967 a 25/03/1971 (SILVEIRA, 2018).

buscava fazer alusão à história local, com ênfase na abolição da escravatura.

Além disso, foi uma das fundadoras do jornal *O Libertador*¹⁴ em Redenção – criado em 21 de abril de 1983 – e do *Lar Irmã do Calvário* (hoje inexistente) direcionado ao acolhimento de idosos. Por fim, destacou-se ainda como pesquisadora, atividade esta que resulta grande parte dos documentos e arquivos que hoje compõem o seu acervo.

Ladeísse ocupou grande parte de sua vida neste último ofício, construindo referências advindas de seu interesse na história do município de Redenção, o que lhe garantiu a alcunha de “guardiã” ou ainda de “dona da história de Redenção” (PROFESSORA..., 2006). Isto, pois, a partir de suas investigações, buscou construir um aporte teórico consistente sobre o contexto histórico de Redenção já que, “como não encontrou o passado nos livros, foi atrás dele saindo a campo ‘para conversar com os mais antigos’, e resgatar com eles a memória que se está perdendo” (PROFESSORA..., 2006, p.01).

Fotografia 4 – Entrevista com Sra. Neísse Silveira, irmã de Ladeísse.



Fonte: NUDOC – Unilab, 2018. Da esquerda para direita: o coordenador do projeto de extensão Américo Souza, Sra. Neísse Silveira, Ester Araújo e Leonardo Leal.

Sobre este ponto, em entrevista realizada com uma de suas irmãs, a Sra. Neísse Silveira, esta enfatizou a trajetória de Ladeísse e os percursos trilhados por ela no sentido de construir tais aportes, que eram desenvolvidos após o expediente na prefeitura.

¹⁴ Este jornal difere daquele de nome homônimo editado pela *Sociedade Cearense Libertadora*. Este foi criado por membros do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), em 1983, visando procurar potencial jornalístico local e intercâmbio cultural em Redenção.

Sra. Neísse Silveira: [...] Aí ela era assim, isso vinha desde que ela toda vida se doou demais pra Redenção. Ela passou muito tempo, ela indo pra Fortaleza pesquisar pra, pra fazer a apostila de Redenção. Por que Redenção não tinha nada, o que tem hoje agradeça a Ladeísse que ela ia pra, como é o nome? Pro arquivo, viu? Aí ela chegou a fazer, depois eu vou mostrar pro sinhô. Ela tinha assim, tudo que você perguntasse de Redenção, ela sabia! **(Entrevista realizada com a Sra. Neísse Silveira em 17 de setembro de 2018).**

Conforme destaca sua irmã, Ladeísse mesmo ausente da sala de aula continuou desenvolvendo suas pesquisas, inclusive junto ao acervo do Arquivo Público do estado do Ceará, com o intuito de construir uma “apostila”, o que futuramente poderia se tornar um livro sobre a história de Redenção – o que a Sra. Neísse por diferentes vezes presenciou a partir das inúmeras reuniões que realizou com amigos mais próximos para discutir tais encaminhamentos.

Sua atuação na constituição de um acervo e as perspectivas de escrita de uma história de Redenção remete a uma escrita da história popular, não acadêmica, especialmente associada à história local, presente em diferentes contextos nacionais ao longo do século XX. Distintas relações entre memória popular e história podem surgir de iniciativas como essa, estudadas pela historiografia de diferentes países como fez Raphael Samuel para o caso da Inglaterra, observando uma explosão de iniciativas populares de cultivo da memória no país nesse período, muitas vezes sob a forma de empreendimentos de história local (SAMUEL, 1994).

Ainda segundo sua irmã, o hábito de pesquisar, comprar livros e especialmente o de colecionar documentos, intensificou-se a medida em que Ladeísse passou a se inserir como funcionária na Prefeitura Municipal de Redenção, haja vista que este órgão não possuía departamentos e/ou funcionários responsáveis por manter a guarda e preservação dos documentos oficiais, fotografias e outros arquivos da prefeitura. Ladeísse amalhou documentos importantes como, por exemplo, o Livro de Compra e Venda de Escravos – atualmente sob salvaguarda do Museu Memorial da Liberdade.

Sra. Neísse Silveira: Aí, Rio Grande do Norte quis dizer que quem libertou os escravos foi a Redenção de lá [...] ela pegou o livro assinado pela (...), porque eu não sei, agora se o sinhô me perguntar onde é que tá esse livro eu não sei. Porque esse livro deu tanta confusão porque ela tinha muito cuidado que alguém roubasse, aí ela dizia, olha: o único documento que Redenção tem pra provar que foi aqui que a Princesa Isabel assinou a Lei (...).

(...) Aí esse livro ela tinha muito medo que alguém roubasse, aí ele era no cofre, no cofre ela não deixava, a não ser assim, por exemplo, parece que uma vez ela levou pra fora do município, tá? Mas era com muito cuidado, ela tinha cuidado que ela disse assim: se roubarem isso aqui, pronto! Redenção não, aí num tem mais o que provar, né? Isso aqui é uma prova.

(...) Era porque a prefeitura, a prefeitura todo mundo entrava, todo mundo mexia! Tanto que, esse livro era trancado no cofre porque ela tinha muito medo! E num tinha, aí corra da prefeitura se acabava. **(Entrevista realizada com a Sra. Neísse Silveira em 17 de setembro de 2018).**

Essa movimentação existente entre o público e o privado que é estabelecida por meio da dinâmica de atuação da Sra. Ladeísse Silveira, na função de secretária ao mesmo tempo em que desenvolvia pesquisas no âmbito do arquivo, compõem sua coleção particular no tocante à temática histórica e abolicionista em Redenção. Logo, faz-se necessário destacar alguns produtos que foram construídos por ela ao longo de seu ofício como pesquisadora. Dentre eles, destaca-se o volume de cópias sobre o histórico da cidade de Redenção que foram escritos e reescritos em diferentes momentos versando sobre o fim da escravidão no município, frequentemente rememorado e apresentado em eventos públicos e datas celebrativas.

As atividades que Ladeísse Silveira realizou com os estudantes quando ocupava o cargo de professora também compõem o arquivo de referências sobre o histórico da cidade que ela produziu. Por exemplo, o protocolo cerimonial do centenário de emancipação política do município de Baturité e Redenção (1868-1968) que ela organizou e registrou todo à mão, abrangendo desde os preparativos da festa aos convidados que estariam presentes na cerimônia. Constam ainda no acervo recortes de jornal organizados em dossiês sobre o cinquentenário e centenário e demais marcos celebrativos sobre a memória oficial do fim da escravidão no município, além de cartas e textos escritos por Ladeísse.

Assim, um dos potenciais históricos deixados por ela é o acervo e suas diferentes tipologias documentais, bem como a apostila¹⁵ sobre a trajetória histórica do município, fruto de suas investigações – que está sob a tutela da

¹⁵ Em setembro de 2018 quando nos dirigimos à residência da Sra. Neísse Silveira, ela nos informou a cerca da apostila produzida por Ladeísse e foliou todo o material durante a entrevista. Em seguida, a equipe do Nudoc pediu permissão para fazer uma cópia do material e esta foi anexada ao fundo como material complementar, permanecendo o documento original sob a guarda da família.

família. Logo, essa conjuntura que alia aspectos profissionais e acadêmicos é que vão constituir o arquivo público de pesquisa documental após a doação à Unilab e que servirá de base para outras análises e abordagens, em seus limites e possibilidades de estudo sobre a cidade de Redenção.

2. FUNDO DOCUMENTAL LADEÍSSE SILVEIRA: TRAJETÓRIA E CONSTITUIÇÃO

Neste capítulo, pretendemos alinhar duas perspectivas analíticas fundamentais para este estudo. Por um lado, trata-se de uma explanação que aborda conceitos importantes como "arquivo pessoal" e "fundo documental", e por outro lado, a articulação deste debate com o tema da investigação, ou seja, o Fundo Documental Ladeísse Silveira. Tal abordagem requer delinear os elementos que levaram à sua constituição. No plano teórico, o debate sobre arquivos pessoais e fundos documentais é bastante amplo, centrando-se em produções como Bellotto (2006), Paes (2004), Silva e Santos (2012) e Oliveira (2012).

Para Bellotto (2006), um arquivo pessoal pode consistir principalmente de um “conjunto de papéis e material audiovisual ou iconográfico resultante da vida e da obra/atividade estadistas, políticos, administradores, líderes de categorias profissionais, cientistas, escritores, artistas etc.” (BELLOTTO, 2006, p. 266). Essa mesma perspectiva é delineada através dos estudos de Oliveira (2012) e suas percepções sobre a constituição de um “arquivo pessoal”. Para a autora, os documentos que são salvaguardados por seus titulares refletem a trajetória de vida desses sujeitos e as atividades por eles desempenhadas na sociedade. Logo, segundo Oliveira (2012), um arquivo pessoal pode ser compreendido como “um conjunto de documentos produzidos, ou recebidos, e mantidos por uma pessoa física ao longo de sua vida e em decorrência de suas atividades e função social” (OLIVEIRA, 2012, p. 33).

Segundo Silva e Santos (2012) os arquivos pessoais como instrumento de pesquisa “nem sempre foram reconhecidos como arquivos na literatura nacional e internacional. [...] Não há regras [...], e não há uma legislação que normalize procedimentos de guarda e uso de documentos de origem privada” (SILVA; SANTOS, 2012, p. 07).

Para os autores e autoras citadas, uma das dificuldades enfrentadas pelos arquivistas se dá no processo de organização destes materiais, haja vista que para entender o conjunto de documentos que deu origem a coleção se faz necessário um trabalho de investigação sobre os elementos que compõe a trajetória de vida do detentor do arquivo para facilitar o processo de

classificação dos materiais.

Os documentos que caracterizam e constituem os arquivos pessoais compõem o que chamamos de fundo, sendo este “A principal unidade de arranjo estrutural nos arquivos permanentes, constituída dos documentos provenientes de uma mesma fonte geradora de arquivos” (PAES, 2004, p. 26).

O conceito de fundo baseado no princípio arquivístico visa agregar “documentos gerados, recebidos e/ou acumulados por pessoas físicas ou jurídicas, documentos necessários à sua criação, constituição, funcionamento e ao exercício pleno das atividades que justificam a existência da entidade” (BELLOTTO, 2006, p. 162). Ou seja, o fundo se constitui desses arquivos de uma ou mais fontes geradoras (PAES, 2004) que resultam das atividades que foram desempenhadas no viés pessoal, familiar ou nas esferas públicas ou privadas durante a execução de uma dada atividade (BELLOTTO, 2006), a exemplo do Fundo Documental da Sra. Ladeísse Silveira que se origina a partir da doação de seus arquivos pessoais à Unilab.

A utilização do arquivo por parte de historiadores, ou para fins de constituição de memória social, depende da compreensão dos processos de constituição do próprio arquivo: sua avaliação e aquisição; a seleção do que será mantido; seu processamento, arranjo e descrição; e sua disponibilização pública. Nesse sentido, o presente estudo sobre a incorporação do acervo de Ladeísse Silveira como fundo documental pela Unilab insere-se num conjunto mais amplo de estudos que procura problematizar os arquivos, o que por muito tempo foram considerados como “neutros” por parte dos historiadores que os utilizavam.

Como aponta Terry Cook (2009), o desenvolvimento das disciplinas da história e da arquivística, desde o século XIX, foi marcado pela separação entre ambas e por uma relação de subordinação do arquivista em relação ao historiador. Cook destaca como os primeiros manuais de arquivística europeus, entre o final do século XIX e início do século XX, propunham um papel neutro por parte do arquivista, apenas servindo o historiador, e apresentando-o a um arquivo supostamente desprovido de subjetividade e escolhas.

Elizabeth Yale (2015) pondera como, nas últimas décadas, o arquivo passou a ser problematizado pelos historiadores, especialmente, de reflexões da teoria crítica, particularmente Jacques Derrida, em *Mal de arquivo: uma*

impressão freudiana (2001 [1995]), e Michel Foucault, em *A arqueologia do saber* (2008 [1969]). Notadamente a partir dos anos 1980, os arquivos, como mostra Yale, receberam atenção de historiadores e arquivistas sob diversos aspectos: a história material dos arquivos; as relações entre arquivo e colonialismo (particularmente estimulante para os estudos recentes, como STOLER, 2009; DIRKS, 2015; e BHATTACHARYA, 2019); o papel de pessoas comuns na organização dos arquivos; a relação entre arquivos e identidades coletivas (nacionais ou comunitárias), e sua patrimonialização (KETELAAR, 2007); as funções cívicas dos arquivos; a importância dos arquivos para demandas de direitos humanos e a problematização dos arquivos pessoais (como o caso estudado aqui). Um estudo importante de reflexão sobre o arquivo, por parte dos historiadores, emblemático desta revisão, é *O sabor do arquivo*, de Arlette Farge, publicado originalmente em 1989 (2009).

Em particular quanto aos arquivos pessoais, desde o início chegaram a suscitar debates sobre seu estatuto como arquivos, sob a alegação de que a definição de arquivo deveria conter um conteúdo público (CAMARGO, 2009, e IUMATTI; NICODEMO, 2018). A tomada desses arquivos como objeto de estudo significou mudanças na concepção de cidadão público, o sujeito histórico que merece ter seus papéis guardados (YALE, 2015, p. 351). Todas essas vias apontam para uma ampliação do estudo dos arquivos para além de sua relação com os Estados nacionais constituídos modernamente no século XIX (YALE, 2015, p. 355) – com grande quantidade de estudos, inclusive, voltados para o início da modernidade, séculos XV, XVI e XVII.

Construiu-se, dessa maneira, uma “história social dos arquivos” (WALSHAM, 2016). Estudos de arquivos em perspectiva global têm possibilitado a comparação de diferentes casos e a identificação do arquivo como um tema global e/ou transnacional, articulando fenômenos que possuem essa natureza, como a formação dos Estados nacionais modernos, suas políticas de memória e celebrações cívicas e as trajetórias de indivíduos que, em diversos contextos, foram responsáveis pela produção e criação de arquivos (BURTON, 2005; BLOUIN e ROSENBERG, 2006). Torna-se de caráter global, a partir do século XIX, em especial, a “febre de arquivo” que identificou Derrida, a necessidade, sentida em diferentes contextos, de guardar para a posteridade materiais que assegurem, que comprovem, uma identidade

e uma memória histórica. A memória garantida pelo arquivo assegura também que outras versões da história sejam impossibilitadas (DERRIDA, 2001).

Este breve apanhado historiográfico sugere os caminhos que o presente estudo buscará explorar: a problematização do arquivo e a necessidade da compreensão de sua constituição (de sua própria história) antes de seu uso como fonte; a vinculação do arquivo a temas e instituições globais e transnacionais ligados a identidades coletivas (YALE, 2015, p. 336); a atenção a indivíduos particulares como criadores de arquivos, escapando à associação contínua entre arquivo e Estado. A problematização sugerida por autores como Terry Cook e Tom Nesmith (2002) aponta para a importância da compreensão da subjetividade na constituição dos arquivos.

No caso dos arquivos particulares, indica a necessidade de compreensão da biografia e psicologia do formador do acervo. Estudando, como faremos na última seção, alguns dos critérios e condições de transformação de uma coleção particular em fundo documental, percebemos, como assinala Cook, o arquivista como co-criador do arquivo. A utilização do acervo como fonte de estudo pelos historiadores depende da escrita da história do próprio arquivo, focada em seu contexto, para além de seu conteúdo, centro do interesse do historiador (COOK, 2009, p. 518-519).

Desse modo, os tópicos a seguir buscam apresentar os elementos que se entrelaçam a história de vida da Sra. Ladeísse Silveira e os motivos que levaram a formação de seus arquivos pessoais. Para entender este processo nos deteremos também aos trâmites percorridos para a formalização do processo de doação do arquivo junto à Unilab, observando as etapas e desafios frente a sua organização e preservação para disponibilização à pesquisa e os seus usos no ensino de história local. Logo, se faz necessário trazer à baila uma discussão sobre arquivos pessoais e as metodologias empregadas para manutenção deste acervo em âmbito institucional.

2.1 A ORGANIZAÇÃO DO FUNDO DOCUMENTAL

Lançar luz sobre o Fundo Documental Ladeísse Silveira, requer à mobilização de algumas reflexões teóricas bastante pertinentes que ao serem transversalizadas constituem os elementos conceituais basilares desta

pesquisa. Dentre estes, buscamos alinhar neste trabalho um cruzamento de feixes reflexivos que formam um tripé central, a saber: memória, arquivo e documento.

A partir de um olhar mais amplo sobre o Fundo Documental Ladeísse Silveira podemos inferir que a memória ocupa uma posição central nesta discussão, haja vista que sua coleção traz à baila elementos peculiares que realçam o cenário da abolição da escravidão no município de Redenção, sublinhando não apenas sua história, narrativas e mobilizações, mas também o marco sobre seu pioneirismo na luta pela liberdade.

Neste sentido, acionamos primeiramente o conceito de memória por considerar que este está indissociavelmente vinculado ao acervo na medida em que circunscreve trajetórias de vida, interesses e mobilizações coletivas, entorno de uma temática central, perpassando o bojo da memória local que, sendo este um processo individual e também coletivo, reforça seu caráter social conforme apontam os estudos de Lovisolo (1989), Artières (1998), Nora (1993), Halbwachs (2003) e Bosi (2003).

A memória, segundo Halbwachs (2003), constitui-se como um relevante fio condutor que possibilita (re)desenhar acontecimentos que tiveram um grau elevado de importância para uma trajetória individual e/ou coletiva que, “no momento em que examina seu passado, o grupo nota que continua o mesmo e toma consciência de sua identidade através do tempo” (HALBWACHS, 2003, p. 108). Ela ainda é importante, conforme Lovisolo (1989), para reforçar o pertencimento a uma sociedade, tornando-se fundamental para sua valorização e também para o reconhecimento de ações de caráter coletivo, como a ênfase dada ao pioneirismo da abolição.

Concomitante a estas ideias, o conceito de Nora (1993) acerca dos “lugares de memória”, possibilita a ampliação e o estreitamento dos debates entre memória e arquivo, já que a primeira não surge naturalmente, ou seja, não é uma ação tão fluida ou espontânea assim, por esta razão requer mecanismos específicos para o seu acionamento. É, portanto, diante desta dinâmica entre esquecer e/ou lembrar que se faz oportuno salvaguardar elementos que favoreçam a este acionamento e assim criar formas para tal. Um forte exemplo deste pleito está na criação de arquivos ou núcleos documentais.

Nesta perspectiva, um arquivo pode ser compreendido, segundo a Lei dos Arquivos de 1991, como um conjunto de documentos que foram produzidos e “recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação” ou a natureza (BRASIL, 1991, p. 01) – como ocorrido no caso da coleção particular da Sra. Ladeísse Silveira.

Já Pedrão (2013) citando Heymann (2012) sublinha uma nova abordagem sobre o conceito de arquivo onde estes “devem ser considerados como construções sociais com a capacidade de revelar valores e padrões de comportamentos daqueles que são retratados por eles” (HEYMANN, 2012 *apud* PEDRÃO, 2013, p. 11). De acordo com as ideias de Heymann (2012) torna-se importante frisar a diferença entre os arquivos de caráter público e os pessoais, haja vista que a coleção pessoal de determinados arquivos depende do propósito e da intenção de cada sujeito em acumular, pois este exige um longo processo para sua realização (HEYMANN, 2012 *apud* PEDRÃO, 2013).

A reunião desses arquivos ou o ato de colecionar documentos é uma maneira de perpetuar determinadas lembranças que foram guardadas enquanto um momento importante da trajetória pessoal daquele sujeito que transita e/ou transitou entre o público e o privado, a exemplo, da Sra. Ladeísse Silveira que se utilizava da guarda documental como elemento de construção identitária enquanto mulher redencionista e a “identidade que será lembrada” (RIBEIRO, 1998 *apud* PEDRÃO, 2013, p. 13) na sociedade em que ela viveu.

Sublinha Bellotto (2006), é imprescindível atentar para o fato de que os arquivos permanentes, portanto, aquele conjunto de documentos custodiados em caráter definitivo em função de seu valor, sejam organizados enquanto um fundo documental. Vejamos que, de um lado, há uma concepção entorno do conceito de documento que o define enquanto uma “unidade de registro de informações, em qualquer suporte ou formato, suscetível de consulta, estudo, prova e pesquisa” (ARQUIVO NACIONAL, 2005 *apud* SANTOS; LUZ; AGUIAR, 2016, p.103), e de outro, a de fundo documental que se refere a um conjunto de documentos que foram produzidos, reunidos e/ou doados a uma instituição (BELLOTTO, 2006), neste caso à Unilab.

Destarte, para entendermos os trâmites que levaram a doação do acervo

particular da Sra. Ladeísse Silveira junto à instituição, fez-se necessária a realização de uma entrevista com o coordenador do projeto de extensão¹⁶ que deu origem ao arquivo, Professor Américo Souza, docente da Unilab. Na tentativa de compreendermos as etapas de constituição, montagem e os sujeitos envolvidos neste processo, a entrevista seguiu um caráter semiestruturado – com base em um roteiro previamente elaborado – sendo realizada à distância através da plataforma *Skype* em outubro de 2020, tendo em vista o cenário de distanciamento social em decorrência da pandemia provocada pelo novo coronavírus, causador da COVID-19.

O contato do Prof. Américo e sua aproximação com a família de Ladeísse se deu em decorrência de três motivos que segundo ele foram de suma importância para este pleito: 1) a sua aprovação no concurso para professor efetivo da Unilab, sendo ele um dos primeiros docentes a ministrar aulas na primeira turma do Bacharelado em Humanidades¹⁷ (doravante, BHU) no final de 2012; 2) Sua indicação para assumir o cargo de Coordenação do curso referido, o que por sua vez levou-o a ter contato com uma demanda maior de estudantes e que para além das burocracias do curso estes levavam propostas para se pensar a história local do município de Redenção; 3) Com base nesta experiência e por meio dos incentivos que ele proporcionava a turma para que os graduandos ao finalizar o BHU ingressassem na terminalidade de História, é que a estudante Valdelia Freitas levou até ele a ideia de constituição de um arquivo na Unilab, conforme citado por ele abaixo em entrevista:

Prof. Américo Souza: Pronto! É, eu fui um dos primeiros professores do Bacharelado em Humanidades. A primeira turma que entrou nós éramos um núcleo pequeno, professores de história só tínhamos eu e Prof. Fernando Afonso porquê o meu concurso tinha quatro vagas, mas era uma banca muito caxias, muito dura e só aprovou três, aliás, só aprovou um e ficaram três vagas ociosas, só aprovou a mim. Fernando já era professor da casa antes do BHU existir ele já era professor, ele veio pra ocupar um cargo de gestão, de pró-reitor e aí o concurso abriu. É, quatro vagas em todas as áreas, né? Porque o curso tinha muitas turmas e a única área que não preencheu foi a

¹⁶ O presente professor criou o projeto de Extensão “Tratamento e catalogação da coleção particular de Ladeísse Silveira para montagem de acervo público de pesquisa documental”.

¹⁷ O presente curso segue um caráter interdisciplinar e que ao final de dois anos o estudante escolhe ingressar em uma das terminalidades, dentre elas, História, Pedagogia, Antropologia ou Sociologia.

área de História. Por que isso é relevante? Porque aí o que aconteceu, como só passei eu da História e Fernando tinha o cargo de Pró-reitor e eu tive que assumir, Fernando só pode assumir uma turma e eu tive que assumir três turmas. Então, como eu assumi as três das quatro primeiras turmas do BHU eu acabei tendo um contato com todos os alunos praticamente. E logo depois, ainda no primeiro semestre do BHU eu fui indicado para coordenação. Então, eu já tinha contato com três turmas, virei coordenador, passei a ter contato com todo mundo. Por que isso é relevante? Porque esse contato me aproximou de vários estudantes. Os estudantes traziam muitas coisas para mim. Traziam solicitações, traziam muitas reclamações, mas traziam também ideias. E aí nesta conversa é que ainda ali, o curso começa em setembro de 2012. **No início de 2013, em janeiro, uma estudante da primeira turma do curso a Valdelia Freitas. É, chegou pra mim dizendo que eu devia conversar com uma senhora chamada Ladeísse Silveira. A Valdelia me procura porque nas minhas aulas em todas as turmas eu falava muito da importância que a gente tinha como sendo a primeira turma do Bacharelado em Humanidades que mais tarde ia ingressar nos outros cursos de terminalidades do BHU.** Eu um pouco tentando puxar as pessoas para ingressarem na área de História que era um pouco o desafio da época, tentar cativar os alunos pra fazer História. Eu disse olha: a geração de vocês é fundamental que vocês se ocupem em descrever a história de Redenção, a história de Acarape, a história da região do Maciço, pois existe pouca coisa escrita, ainda há muito pra se estudar da história local. Eu repetia isso várias vezes em sala. **A Valdelia me procurou e disse: olha, tem uma senhora aqui que ela conhece muito da história de Redenção e ela tem muitos documentos. Acho que o senhor deveria ir lá falar com ela. Eu posso marcar a reunião e tudo.** E aí no começo eu não me dispus a ir, pois eu estava muito atarefado na coordenação do curso. O curso havia iniciado recentemente e eu fiquei um pouco adiando, adiando e aí quando foi é... no segundo semestre de 2013, a Valdelia me procurou de novo. E aí as coisas estavam mais tranquilas. Tá, vamos marcar a reunião! Só que aí teve uma triste coincidência com a dona Ladeísse estava já muito doente. **(Entrevista realizada com o Prof. Américo Souza em 06 de outubro de 2020, grifo nosso).**

Quando o professor Américo se organizou para conversar com a família de Ladeísse por volta do segundo semestre de 2013, a mesma não pode lhe receber, pois estava bastante debilitada em termos de saúde e a família não permitiu a visita e, conseqüentemente, ocorreu à impossibilidade de acesso à documentação. Em 2015 veio à notícia de que a Sra. Ladeísse havia falecido e o resultado disso foi que o professor Américo e sua equipe de estudantes nunca conseguiram conversar a respeito desses materiais. Diante do ocorrido a estudante Valdelia Freitas entrou em contato com a família e também com o professor Américo para tentar articular a doação desses materiais para a Unilab, pois a família não sabia o que fazer com o volume de documentos deixados por ela.

Depois de uma série de negociações com a família esta permitiu por volta do segundo semestre de 2015 que o professor Américo e três estudantes tivessem acesso à documentação. A partir deste contato, surgiu a elaboração do projeto de extensão intitulado “*Tratamento e Catalogação do acervo de Ladeísse Silveira*”.

Prof. Américo Souza: Nós tínhamos três estudantes do curso de História atreladas a esse projeto. A Valdelia Freitas que é a pessoa que teve a ideia original que chamou a atenção pra qualidade do acervo. A Syrlyane Queirós e a Geysa Danielle. Então, elas ingressaram nesse projeto e ao longo do segundo semestre de 2015 e começo do primeiro semestre de 2016 nós fizemos toda a higienização do acervo. O acervo estava bem maltratado como ela passou muito tempo doente [...], ela descuidou um pouco do acervo não tinha como cuidar do acervo e nem permitir que outras pessoas mexessem. Então, estava tudo muito sujo, maltratado, algumas coisas se perderam, atacadas por praga de cupim, por umidade. Então, nós fizemos uma higienização desse material e uma catalogação do quê que tinha (**Entrevista realizada com o Prof. Américo Souza em 06 de outubro de 2020**).

Ao se deparar com as condições do acervo, questionei-lhe se havia conseguido identificar algum ordenamento prévio do material realizado pela Sra. Ladeísse e as suas condições de acesso, portanto, se estavam em caixas, estantes ou em que situação encontrou seu acervo.

Prof. Américo Souza: Então, esse material ficava na sala da casa dela numa grande estante, uma estante que ia do chão até o teto e de uma parede a outra, ela devia ter, é... a gente nunca mediu a estante exatamente... mas devia ter cerca de quatro metros e meio à cinco metros de comprimento por uns dois e cinquenta de altura. **Uma estante de madeira dessas antigas, ocupava uma lateral inteira da parede. O acervo tava lá, sem nenhuma ordenação clara. Claro que devia ter uma ordenação, né? É, pra própria dona Ladeísse ela, ela totalmente conseguiria encontrar tudo, mas estava tudo muito misturado. O que havia era uma separação dos livros em relação aos documentos. Os documentos, nós tínhamos documentos públicos, documentos pessoais, é... fotografias, cartas, tudo muito misturado. A medida que a gente foi separando, limpando isso, organizando a gente foi separando em caixas a partir de uma lógica inicial que a gente estipulou de separar livros, documentos públicos, documentos pessoais, fotografias e, ah, documentos que eram públicos, mas que eram escolares que tinha um volume muito grande de documentos escolares provas, diários de classe e tal.** Então, essa foi a primeira triagem que a gente fez. A gente foi colocando tudo em caixas e foi deixando lá. A gente só mexia no acervo uma vez por semana, uma tarde por semana, quando a dona Evenisse podia ir e ela ficava fiscalizando o nosso trabalho. Ela ficava lá com a gente, eu e as bolsistas, para garantir que a gente não ia tirar nada do acervo. **A gente só retirava da estante, organizava, higienizava, acomodava nas caixas e tudo foi ficando lá.** Quando a gente concluiu isso, por

volta de março, março, abril de 2016, a gente **elaborou uma lista desse material todinho e a partir dessa lista eu procurei o professor Maurílio Machado que era então diretor do Instituto de Humanidades e Letras.** Não havia separado ainda e disse pra ele que queria pedir a doação de parte do acervo para universidade, **para formar um arquivo de pesquisa na área de Humanidades, fundamentalmente na área de História, mas não apenas na área de História.** O professor Maurílio Machado concordou. A gente elaborou uma lista do que é que interessava a universidade, fez uma solicitação formal assinada pelo professor Maurílio Machado e pelo então Reitor, Tomaz Gonzaga, era o Reitor da época, ex-reitor também da Universidade Federal de Minas Gerais, encaminhamos à família e depois a família respondeu concordando. **Foi feita a doação formal desse material para o Instituto de Humanidades e a única exigência da família é que o espaço que fosse receber, o órgão que fosse receber, teria que ser criado esse órgão não existia, recebesse o nome da dona Ladeísse.** A exigência para doar o material foi essa. **A gente fez um acordo, foi registrado em cartório, assinado pelo professor Maurílio Machado em nome do Reitor, pela dona Evenisse em nome da família e o material foi então doado para universidade. (Entrevista realizada com o Prof. Américo Souza em 06 de outubro de 2020, grifo nosso).**

No plano organizativo, vale notar que os arquivos que compõem o fundo documental chegaram de forma desordenada à instituição, sendo necessária a criação de um ordenamento com base nos princípios arquivísticos para a organização do acervo. Este procedimento justifica-se, pois dificilmente “um arquivo pessoal chegue a alguma instituição com alguma ordenação prévia [...] mais incomum ainda é encontrar algum tipo de material que espelhe alguma ordem inicial ou original que possa falar do arquivo ou sobre ele” (FRAIZ, 1998 *apud* PEDRÃO, 2013, p. 28).

Os critérios de organização utilizados para selecionar os documentos que iriam compor o arquivo na Unilab se deram a partir de dois critérios de seleção: 1) O aspecto temático e 2) a lógica do que seria trabalhado naquele momento. O material principal que a equipe compreendia que deveria ser doado e/ou estar presente na universidade eram os documentos públicos, a exemplo de documentos sobre a Câmara Municipal de Redenção, anteriormente, Acarape e que remontam o período do século XIX. Havia documentos da prefeitura que não poderiam estar sob a tutela da Sra. Ladeísse e que deveriam estar em um arquivo público. Destarte, a justificativa para a seleção e organização deste material pode ser simplificada nas palavras do professor Américo Souza “a gente precisa desse material” (SOUZA, 2020).

Prof. Américo Souza: Uma outra coisa que também interessou a gente é um acervo de livros com valor histórico, com valor de consulta também. A época a gente tinha uma preocupação também de atender possíveis interesses da área de Letras, então, ela tinha uma coleção de várias gramáticas que eram gramáticas que obedeciam diferentes acordos gramaticais desde a década de 1950. Então, era possível, por exemplo, fazer ali um estudo sobre as mudanças das regras de escrita no português do Brasil. Como na época o Instituto de Humanidades estava ligado com o Instituto de Letras a gente pensou que aquilo ali poderia interessar ao pessoal de Letras e aí a gente levou também por conta disso. Esses livros que incluem gramáticas, inclui livros de literatura e outros temas [...] **(Entrevista realizada com o Prof. Américo Souza em 06 de outubro de 2020).**

Neste sentido, diferentemente de outros acervos que, ao chegar às instituições públicas passam pelo crivo de arquivistas e de uma equipe da área, o acervo da Sra. Ladeísse não contou com o auxílio destes profissionais, pois naquele período existia apenas um único arquivista na Unilab e este estava lotado no município de São Francisco do Conde na Bahia. Os trabalhos seguiram sem muito apoio, sem nenhuma capacitação fornecida pela universidade, contando apenas com o auxílio das bolsistas e em alguns casos em interlocução com a Profa. Fernanda Pinheiro, também vinculada ao Instituto de Humanidades e Letras, à época. Uma das dificuldades no processo de montagem do arquivo e que foram elencadas pelo professor Américo Souza é que o mesmo deixou de ser apenas um usuário de arquivo para ser o agente que foi organizando e montando um arquivo, conforme citado por ele:

Prof. Américo Souza: Tanto que, eu até então, eu era um usuário de arquivo. Eu nunca tinha tido a experiência de montar um arquivo, de montar um acervo. Eu era a pessoa que chegava nos arquivos prontos e ia pesquisar. Eu não tinha conhecimento praticamente nenhum sobre isso e tive muitas dificuldades no começo, tive que estudar, tive que ler sobre isso, ainda assim, cometi alguns erros desse processo foi tudo um processo de distribuição dessa organização temática do acervo. A gente reinventou isso algumas vezes, pois ia percebendo que não funcionava. Nesse ponto, a professora Fernanda Pinheiro também deu uma ajuda. Pra gente um pouco, mas sobretudo eu acho o trabalho ganhou muita consistência a partir da sua atuação e da atuação do Leonardo **(Entrevista realizada com o Prof. Américo Souza em 06 de outubro de 2020).**

Pensando a criação de fichas e a organização do acervo com base nas informações contidas em cada documento foi pensado em manter a divisão deste material em três grandes blocos: a) material bibliográfico (os livros); b)

documentos e c) fotografias. Segundo o professor Américo, as fotografias foram organizadas em álbuns para futuramente consultar os familiares da Sra. Ladeísse e fazer o reconhecimento das pessoas, porém, até o presente momento não foi possível dar continuidade a esta etapa. Já os livros foram catalogados com base na ficha catalográfica existente no próprio material e a documentação seguiu o caráter divisório de “documentos públicos” e “documentos particulares”.

Prof. Américo Souza: [...] a **documentação pública** a gente foi dividindo documentação da prefeitura, documentação da câmara a partir das instituições essa foi a **divisão inicial que a gente adotou. Aos poucos a gente foi percebendo que ela precisava ser ainda mais fragmentada** que embora essa fragmentação desse muito mais trabalho pra montagem facilitaria imensamente o manuseio. A gente foi fragmentando em partes menores que aí a fragmentação atual você pode acessar pelo catálogo que você tem e tudo **(Entrevista realizada com o Prof. Américo Souza em 06 de outubro de 2020, grifo nosso).**

Em relação aos materiais para o manuseio dessa documentação e a organização do local para o processo de guarda, grande parte dos recursos para a montagem do arquivo foram custeados pelo próprio professor e em alguns casos pelos (as) bolsistas. Fisicamente, a Unilab dispôs de um mobiliário no gabinete de uso pessoal do docente onde desde então permanece a documentação doada pela família de Ladeísse no Campus das Auroras.

Prof. Américo Souza: Então, esse mobiliário e esse computador pertencem a universidade e foram lotados lá para o gabinete, para a estrutura do gabinete. **O que nós fizemos foi adaptar essa estrutura para receber o material eu retirei todo material pessoal que eu tinha lá, livros, documentos, tudo.** Eu retirei tudo que era meu particular dentro do gabinete e deixei toda a estrutura de mobiliário, os armários, os birôs e também o computador pra servir para o acervo. Então, a única coisa que era feita lá era isso, nada pessoal meu ficou mais lá e até hoje está assim. **Com relação ao material de consumo como: papel para embrulhar documentação, as pastas plásticas pra acondicionar o que tava mais frágil, lupa, pincéis para limpeza, luva, máscara, tocas, aventais para proteção dos estudantes ligados ao projeto, tudo isso teve que ser financiado de modo particular eu arqueei com boa parte disso, mas alguns estudantes também compravam uma coisa ou outra. Porque a gente não tinha recurso nenhum da universidade.** O processo de digitalização também aconteceu com recursos particulares eu já tinha uma câmera para isso [...] **(Entrevista realizada com o Prof. Américo Souza em 06 de outubro de 2020, grifo nosso).**

Diante do exposto é notável um refinamento de técnicas e organização que foram sendo adaptadas pelo coordenador do projeto de extensão e sua equipe de bolsistas de acordo com a necessidade daquele momento, visando à garantia do acesso a pesquisa e o trabalho com as fontes. É pensando esta perspectiva que nos debruçaremos a seguir sobre o processo metodológico para a consolidação das etapas de ordenamento do arquivo em que participei ativamente no âmbito da limpeza, higienização, organização e digitalização dos materiais pós-doação à instituição.

2.2 DA CRIAÇÃO DO NUDOC À METODOLOGIA DE TRABALHO

Com a formalização da doação da coleção particular da Sra. Ladeísse à Unilab e as exigências por parte da família, houve consenso de que o órgão que fosse receber a documentação tivesse o nome da mesma. Neste ínterim, alguns desafios foram lançados, a exemplo, da corrida pela criação e institucionalização de um núcleo responsável por receber toda a documentação doada. A época, segundo o professor Américo Souza, existia a promessa por parte da Reitoria que após a doação do material este seria alocado em uma sala cedida pela própria instituição. Na tentativa de usufruir deste espaço e dar prosseguimento as etapas para a montagem do arquivo, o mesmo teve que formular junto com os demais professores, Maurílio Machado e Daniele Ellery, o projeto de criação do Núcleo de Documentação Cultural Ladeísse Silveira (NUDOC/Unilab), conforme destaca abaixo:

Prof. Américo Souza: Então, a gente se apressou nos unimos eu, professor **Maurílio Machado**, a professora **Daniele Ellery** e **formulamos a criação do Núcleo de Documentação Cultural Ladeísse Silveira** para ser formalizado e a gente pudesse ter acesso a uma infraestrutura e financiamento da universidade. Esse projeto foi enviado para o conselho do Instituto de Humanidades. Os trâmites da universidade em novembro de 2016 e ele foi aprovado em março de 2017. Aprovado no **Instituto de Humanidades** ele foi encaminhado para o **Conselho Universitário** e ficou no Conselho Universitário durante **quase dois anos**. Ele **só foi aprovado em dezembro de 2018**. A gente ficou esse tempo todo insistindo para aprovação e sem a aprovação do núcleo a gente não tinha como solicitar nada a universidade. Quando ele foi aprovado em dezembro de 2018. Aí fevereiro de 2019, o Instituto de Humanidades nomeou uma coordenação pró-tempore que teria mandato até fevereiro de 2020 e aí teria que ser feito uma eleição. Em função da pandemia esse [mandato] foi prorrogado até setembro e aí em setembro se fez uma

eleição e agora já tem uma direção permanente. Bom, uma coisa eu possa dizer: **o núcleo não se restringe ao acervo da dona Ladeísse ele tem outras áreas também. Uma área de audiovisual e uma área de História Oral, mas o cerne que motiva a criação é o acervo.** Bom, nesse, **até essa criação do núcleo como a gente não podia solicitar nada formalmente na universidade o acervo ficou guardado no meu gabinete pessoal. Assim que sai a formalização da criação do núcleo a gente solicita o espaço só que aí não tinha mais espaço.** Todos os espaços da universidade estavam ocupados, não tinha mais espaço e disseram pra gente que a gente tinha que esperar. Então, **mesmo depois da criação o acervo segue guardado no meu gabinete particular porque não tem um espaço.** (Entrevista realizada com o Prof. Américo Souza em 06 de outubro de 2020, grifo nosso).

O docente ressaltou que a criação do núcleo propicia que este seja um espaço preferencialmente destinado para o recebimento de arquivos com viés histórico, antropológico e sociológico para a universidade. Levando em consideração estas especificidades e conforme sublinhado por ele acima, o núcleo não se delimita apenas a atender o acervo documental de Ladeísse, mas se estende também a outras áreas de interesse no recebimento de documentações que possam trazer à baila elementos da história local.

É nessa perspectiva que surge o NUDOC, como órgão complementar ao Instituto de Humanidades da Unilab e que foi criado para “agregar diferentes projetos numa perspectiva interdisciplinar, que vai manter sob sua salvaguarda os materiais que foram reunidos, produzidos como material de pesquisa” (SILVA; LEAL; ALMEIDA, 2018, p. 182).

Ainda segundo Silva, Leal e Almeida (2018), o NUDOC funciona sob duas perspectivas, primeiramente ao agregar a pesquisa e preservação de fontes no âmbito cultural em diálogo com a memória e, segundo, na perspectiva educacional a partir da formação no âmbito da pesquisa na área de Humanidades. Esse núcleo recebe o nome da Sra. Ladeísse Silveira em homenagem a seu protagonismo, pois por mais de cinco décadas colecionou, organizou e preservou documentos que fazem alusão à “memória cultural de Redenção” (SILVA; LEAL; ALMEIDA, 2018, p. 182).

A partir das repercussões na esfera local sobre a doação do acervo da Sra. Ladeísse, outras instituições entraram em contato com o professor Américo manifestando interesse em doar uma parte documental para o NUDOC, mas em decorrência da ausência de um espaço apropriado para recebimento de novos materiais não foi possível atender esta solicitação.

Prof. Américo Souza: Nós inclusive tivemos contatos iniciais com a **Diocese da cidade de Redenção que tem um acervo de livros de tombo que remontam o final do século XIX e que está com dificuldades de manter esse acervo.** O Arquivo do Seminário em Fortaleza não tem como receber já diz que não tem espaço para receber e a igreja está disposta a doar para gente. O ideal seria que se fosse para o Fundo da própria igreja até por uma questão de organização para facilitar a vida do pesquisador que todo o material está ali no mesmo lugar. Só que diante do fato de que a igreja não tem como, diz que não tem como receber isso em Fortaleza. No Arquivo do Seminário. E a Igreja tá com muita dificuldade de mantê-lo onde ele está, **nós nos dispusemos a receber, porém, não fizemos isso ainda por falta de espaço físico.** Quando essa sala for cedida a gente vai avaliar melhor isso e ver a possibilidade de receber essa doação. Porque **a perspectiva é que a gente transforme o NUDOC, e não só nisso, mas parte disso, como parte do NUDOC está voltada para arquivo que a gente transforme o NUDOC num arquivo público pra região do Maciço porque não há.** A gente não tem um arquivo histórico pra região e a ideia é que o NUDOC se torne isso. **(Entrevista realizada com o Prof. Américo Souza em 06 de outubro de 2020, grifo nosso).**

Desse modo, a perspectiva elencada pelo docente é que o NUDOC se torne referência como arquivo histórico sobre a região do Maciço de Baturité devido à escassez de materiais que abordem a história local e que estão sob cuidados particulares. Porém, para o atendimento desta demanda é necessária uma estrutura física e que até a data desta pesquisa não foi concedido por parte da instituição, o que conseqüentemente, acaba corroborando para o cenário de incertezas e descaso com a memória, a história local e até mesmo contribuindo para a deterioração dos materiais que já foram doados à instituição.

Prof. Américo Souza: [...] isso demanda uma estrutura física que a gente não sabe quando é que vai ter, pois a gente não pode pegar um material que está guardado de forma precária e levar para universidade pra ser guardado de forma mais precária ainda, só porque a gente quer ter esse material. É uma irresponsabilidade que não dá pra fazer. Então, a gente tá nessa luta para ter espaço, para ter estrutura porque há na região muito material extremamente rico pra pensar a história local e que está na mão de particulares, que tá até em alguns espaços públicos, mas mal arquivados e se deteriorando **(Entrevista realizada com o Prof. Américo Souza em 06 de outubro de 2020).**

Desse modo, pensando o arquivo, ele assume o papel de evidência e pode ser utilizado pelos historiadores como elemento de investigação do passado através de sua função como repositório de fontes históricas. A partir

dessas investigações é possível extrair informações e formular interpretações sobre esse passado para entender o presente e futuro (BITTENCOURT, 2014). Desse modo, a conservação dos documentos preserva a informação e possibilita que pesquisadores possam realizar suas análises e impressões sobre o material.

Segundo Barros (2010) citando Seignobos (1991) a relação dos arquivos com a história está atrelada a ideia de que “sem documento não há história” (SEIGNOBOS, 1991 *apud* BARROS, 2010, p. 72), pois é necessário realizar um processo de guarda dos resquícios do nosso tempo para que ocorra o acionamento de uma memória social. A manutenção e a preservação de documentos históricos possibilita a construção de uma narrativa histórica que se conecta ao passado.

Pensando a pesquisa, a formação, capacitação de professores e o acesso ao acervo doado à Unilab, observamos que a mesma não se apropriou das possibilidades que este material pode trazer para o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas. O acervo segue de forma reduzida ao simples projeto de extensão que surgiu para um fim e que não passou de esforços pessoais para a manutenção deste processo.

Diante de toda a burocracia e morosidade no processo de aprovação do núcleo nas instâncias superiores da instituição este segue, nas palavras do docente, em seu gabinete pessoal. Segundo ele “isso acaba criando uma relação personalista de que o acervo pertence a um professor quando ele pertence à universidade” (SOUZA, 2020). Suas expectativas quanto aos usos que se farão sobre esta documentação é o aumento no nível de consultas de modo frequente e que o acervo não cumpra apenas o papel de consulta, mas também a utilização deste espaço como “instrumento de capacitação para pesquisadores” (SOUZA, 2020). O docente cita ainda algumas possibilidades e usos que se pode fazer sobre esta documentação no viés da pesquisa e da capacitação, dentre elas:

Prof. Américo Souza: Nós temos no acervo alguns documentos do século XIX que são manuscritos que a gente pode pensar em **formação na área de paleografia**, a gente pode pensar em **formação na área de digitalização de documentos** que é algo que a gente deu uma expertise muito grande nos últimos anos. Então, **a gente pensa que esse acervo sirva como fonte de pesquisa, mas também como vetor para capacitação de jovens pesquisadores**

(Entrevista realizada com o Prof. Américo Souza em 06 de outubro de 2020, grifo nosso).

O processo que deu origem ao NUDOC e o ordenamento do arquivo como fonte de pesquisa documental, inicialmente enfrentou e enfrenta três grandes dificuldades: 1) Sua “ignorância” (SOUZA, 2020) no que diz respeito ao processo de montagem do arquivo. Ele ainda destaca que sabia usar bem um arquivo, mas o máximo que ele tinha conseguido fazer era organizar sua biblioteca pessoal. Soma-se a esse processo a inexperiência das estudantes que deram início ao projeto e a inexistência de professores na universidade que tivesse vivenciado em algum momento a montagem de um arquivo. 2) Questões logísticas. O acervo foi doado à instituição, mas não houve uma apropriação, conforme havia citado, por parte da mesma. Devido ser uma universidade recente e enfrentar muitas dificuldades principalmente relacionadas à infraestrutura. 3) A rotatividade de gestão na universidade.

Prof. Américo Souza: A universidade deveria hoje ter pelo menos o dobro dos prédios que ela tem. A gente não construiu várias coisas que deveriam estar construídas, então, falta espaço, essa é uma questão fundamental. Falta também recursos porque a gente vem desde 2016 que é quando o acervo é doado, você tem um processo de redução dos recursos pra área de educação do Governo Federal se vem desde o governo Michel Temer num processo de estrangulamento do orçamento para as universidades. O orçamento diminuiu muito, muita coisa que funcionava na universidade ou parou de funcionar ou reduziu o funcionamento, então, criar uma coisa nova se tornou cada vez mais difícil. Pra completar, você tem uma rotatividade de gestão dentro da universidade. Nós trocamos muito de Reitor. Desde a criação da universidade já tivemos... deixar eu fazer aqui as contas... Paulo Speller, Nilma Lino Gomes, Tomaz Gonzaga, Anastácio Queiroz e agora eu esqueci o professor da química que foi o quinto Reitor, aliás, professor da química não, professor da engenharia o Alexandre Cunha e estamos agora no sexto Reitor que é professor do curso de Letras, professor Roque. Então, são seis reitores em dez anos de universidade é muita mudança, ou seja, a gente não tem um Reitor, a média dos reitorados duram um ano e meio essa troca muito grande de gestão sempre montadas com interesse político externo. Pois a Unilab nunca teve a eleição de um Reitor, a escolha de um Reitor. Embora, tenha aqui dois reitores, os dois últimos sejam da casa, os quatro anteriores eram de fora, mas mesmo esses dois da casa eles não foram escolhidos pela comunidade. Eles não foram escolhidos, pois tinha um projeto que a comunidade acadêmica entendia naquele momento o seu melhor projeto para a instituição. Eles foram escolhidos por sua articulação externa com quem então dirigia o Ministério da Educação. Então, tudo isso somado cria um caldo extremamente tortuoso, cria uma situação de muita fragilidade para você construir, pôr de pé um projeto **complexo como é a organização de um arquivo e do Núcleo de Documentação, né?** (Entrevista realizada com o Prof.

Américo Souza em 06 de outubro de 2020, grifo nosso).

Esse conjunto de fatores que vai desde a inexperiência do coordenador do projeto a dificuldades institucionais que perduram não apenas com o acervo da Sra. Ladeísse, mas com demais projetos na instituição que ocasiona uma lentidão na execução dos trabalhos, que seguem sem muitos recursos. Tal assertiva está atrelada às crescentes restrições orçamentárias das universidades públicas durante a atual gestão federal, somando-se a precariedade da instituição e o desinteresse de apropriação dos materiais do acervo a partir de uma visão reducionista que o arquivo surge de um projeto e estagnou nesta fase.

Todavia, a constituição do arquivo pessoal da Sra. Ladeísse traz à baila elementos singulares ao contexto histórico da cidade onde ela viveu e que remonta também à sua trajetória de vida no âmbito de sua coleção particular. Logo, faz-se necessário apontarmos aqui a distinção entre arquivos pessoais e arquivos institucionais, haja vista que neste trabalho em particular aborda-se uma perspectiva mais teórica e prática acerca da constituição de arquivos pessoais e sua transformação em Fundo Documental – como é o caso do acervo da Sra. Ladeísse. Deste modo, nas palavras de Bellotto (2006), o arquivo pessoal pode ser definido como:

[...] o conjunto de papéis e material audiovisual ou iconográfico resultante da vida e da obra/ atividade de estadistas, políticos, administradores, líderes de categorias profissionais, cientistas, escritores, artistas etc. Enfim, pessoas cuja maneira de pensar, agir, atuar, viver possa ter algum interesse para as pesquisas nas respectivas áreas onde desenvolveram suas atividades; ou ainda, pessoas detentoras de informações inéditas em seus documentos que, se divulgadas na comunidade científica e na sociedade civil, trarão fatos novos para as ciências, a arte e a sociedade (BELLOTTO, 2006, p. 266).

Conforme destacado por Bellotto (2006) os arquivos pessoais são resultados das atividades da trajetória pessoal de uma dada pessoa, diferentemente dos arquivos institucionais que estão mais relacionados a “um conjunto de documentos homogêneo, resultado de uma atividade administrativa” (SANTOS, 2012, p. 29) e que, portanto, segue um caráter de organização mais específica nos preceitos de classificação da arquivística. Neste sentido, trazer uma abordagem acerca dos arquivos pessoais não é uma

tarefa fácil, pois requer um diálogo interdisciplinar com diversas áreas do conhecimento, o que se torna um desafio até mesmo para os próprios arquivistas, quanto mais para a autora que não advém dessa área específica e que esteve junto ao trato documental do acervo da Sra. Ladeísse.

Um ponto importante para o processo de trato e organização do acervo da Sra. Ladeísse Silveira está nas atividades realizadas no âmbito do projeto de extensão intitulado “*Tratamento e catalogação da coleção particular de Ladeísse Silveira para montagem de acervo público de pesquisa documental*”, que contou com o apoio da Pró-Reitoria de Extensão, Arte e Cultura (PROEX), para o desenvolvimento de ações ligadas ao projeto que foi financiado pelo Programa Institucional de Bolsas de Extensão, Arte e Cultura (PIBEAC/Unilab).

No desenvolvimento das atividades fez-se imprescindível para a atuação dos bolsistas um treinamento teórico-metodológico em conformidade com a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), para o manuseio da documentação durante todo o processo, desde a realização das etapas de separação dos documentos e sua higienização, organização e digitalização, cuja finalidade será, ao final, a disponibilização do acervo em uma plataforma *online*, transformando-o assim em um arquivo público de pesquisa documental.

Deste modo, a documentação que compõe o Fundo Documental Ladeísse Silveira corresponde às atividades que ela desempenhou enquanto professora, pesquisadora e secretária municipal, dando sentido assim a definição do próprio conceito de “fundo documental”, conforme Bellotto:

[...] o conjunto de documentos produzidos e/ou acumulados por determinada entidade pública ou privada, pessoa ou família, no exercício de suas funções e atividades, guardando entre si relações orgânicas e que são preservados como prova ou testemunho legal e/ou cultural, não devendo ser mesclados a documentos de outro conjunto, gerado por outra instituição, mesmo que este, por quaisquer razões, lhe seja afim (BELLOTTO, 2006, p. 128).

Em entrevista, o professor Américo Souza, coordenador do projeto de extensão referido, ressaltou que com a chegada do acervo à Unilab já havia a pretensão de digitalização de todo o material, porém, não possuía recursos suficientes para executar a proposta. Desse modo, o professor Maurílio Machado, então Diretor do Instituto de Humanidades e Letras, fez uma solicitação para a aquisição de um “*Scanner Planetário*”, o que naquela ocasião

era o mais adequado pelo fato de não emitir ondas de calor de modo a não comprometer ainda mais o estado de conservação dos documentos.

Prof. Américo Souza: Esse equipamento nunca foi comprado. A solicitação foi feita e nunca foi adquirido. E a gente não queria de forma alguma usar um Scanner comum que o Scanner comum danificaria o acervo. Então, a gente foi pesquisando e aí eu descobri que no arquivo histórico da Bahia-Salvador eles estavam usando com muita eficiência, com bons resultados, câmeras DSLR, câmeras profissionais para digitalizar por meio de fotografias. Aí eu já tinha uma câmera e fiz a aquisição de um tripé que tinha lá o movimento, mas o movimento de pelicano para poder fazer isso e começava a digitalizar com essa câmera (**Entrevista realizada com o Prof. Américo Souza em 06 de outubro de 2020**).

Ao dar início a essa etapa foi necessária uma nova adaptação, pois naquele momento seria inviável realizar o processo de digitalização com uma câmera fotográfica convencional, devido ao grande volume de páginas de alguns documentos presentes no acervo. A dificuldade deste processo seria que ao final a/o/s bolsista/s teriam que juntar todas as imagens em um único documento, organizá-las e transformá-las em um arquivo PDF. Foi nesse momento que surgiu a ideia de utilizar a ferramenta *Tiny Scanner*, sendo este um aplicativo para celular de alta eficiência e praticidade contribuindo no processo de digitalização de documentos inteiros, bem como a geração de arquivos já em PDF. Desse modo, foi realizado testes com um aparelho celular doado ao acervo com recurso do próprio professor e foi neste processo que teve início a digitalização da documentação.

Fotografia 5 – Reunião de orientação e primeiros testes de digitalização com o telefone celular.



Fonte: NUDOC – Unilab. Junho de 2018. Na direção da direita para a esquerda nos temos a atuação dos personagens: Willian de Almeida, Prof. Américo Souza e Leonardo Leal.

Fotografia 6 – Documentos do acervo já higienizados, catalogados e arquivados.



Fonte: extraída do 10º Boletim da PROEX – disponível em <http://www.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2018/07/10%C2%BA-Boletim-PROEX.pdf>

Diante dos ajustes para o processo de digitalização, o acervo, por sua vez, foi organizado a partir das seguintes fases:

1ª fase: Separação dos documentos por especificidades

A coleção agrega documentos textuais e imagéticos. As fotografias e postais foram higienizadas e organizadas em cadernos enquanto os jornais, revistas, manuscritos, cartas e outros documentos foram alocados em caixas enumeradas para serem analisados e descritos posteriormente.

2ª fase: Identificação e descrição dos documentos

Foi construída uma ficha catalográfica em formato Word para anexar as informações básicas do documento como: título, ano, quantidade de páginas, resumo do documento, tamanho e localização dos armários (1 ou 2 e as prateleiras em que estes estavam). Para acondicionar esses documentos,

foram anexadas junto a eles numa folha de papel almaço informações a lápis e o título do documento. Posteriormente, os mesmos foram acondicionados ora em pastas, caixas poliondas, papel alcalino ou ainda em sacos plásticos (transparentes).

3ª fase: Inventário

Organização dos documentos em tabelas, separados por localização dos armários, prateleiras, título do arquivo, ano, quantidade, acondicionamento, estado de conservação.

4ª etapa: Levantamento do quantitativo de arquivos

Após a conclusão do processo de leitura, higienização, organização e inventariado foi realizado um levantamento do quantitativo de documentos existentes no acervo e uma nova análise do estado de conservação, pois havia se passado aproximadamente dois anos desde a primeira edição do projeto ocorrido em 2016.

5ª etapa: Digitalização dos documentos

Com o auxílio de um tripé pelicano com braço giroscópio e um telefone celular, iniciamos o processo de digitalização dos documentos textuais a partir da ferramenta *Tiny Scanner* (aplicativo de digitalização). Essa fase ainda não foi finalizada, mas 70% dos arquivos se encontram digitalizados.

Torna-se importante frisar que os documentos foram catalogados, mas não de forma definitiva, pois com o processo de (re)análise foram identificados arquivos que precisam ser desmembrados e reinseridos no catálogo devido a seus conteúdos e por não terem relação com o que havia sido realizado inicialmente.

Uma fase importante a ser destacada e que corrobora para o processo de preservação, suprimindo, em partes, os cuidados diante de possíveis sinistros, pode ser percebida por meio da digitalização de todos os arquivos. Esse processo iniciado em 2018 objetivou também fornecer futuramente a sua disponibilização na íntegra, de forma gratuita e em plataforma *online*, para que tanto pesquisadores como professores da rede pública possam ter acesso,

utilizando-os em pesquisas acadêmicas ou ainda na sala de aula, no ensino de História.

Por isso, esforços foram empreendidos, mesmo com o equipamento inadequado disponível à época, para que ao final da digitalização tivéssemos um arquivo em alta qualidade de imagens a serem visualizadas tanto pelo aparelho celular como no computador, afinal “a noção de alta qualidade não se define unicamente pelo alto conteúdo informacional dos acervos e ou coleções digitais, mas também pela visualização do acesso” (SILVA, 2005, p. 11).

Em setembro de 2019, foi realizado um levantamento dos documentos existentes no arquivo da Sra. Ladeísse Silveira que necessitam urgentemente de uma intervenção de restauro. Através de uma tabela organizada em formato Word foram anexadas informações como título, localização e condições de preservação dos materiais pertencentes ao acervo. Somam o total de 23 documentos em estado crítico de conservação de páginas, capa e brochura. Porém, uma das problemáticas enfrentadas pelo projeto é que, mesmo após a institucionalização do NUDOC, este enfrenta dificuldades, a exemplo da inexistência de uma sala adequada para alocar o acervo e agregar os demais materiais ligados à produção oral e audiovisual que também são agregadas ao núcleo.

Assim, a ausência de um espaço adequado impede o recebimento de universitários da própria instituição para a realização de atividades das disciplinas de Laboratório, especificamente o I, que discute o uso de fontes arquivísticas na realização de pesquisa e suas abordagens para o ensino de história. Logo, a ideia inicial do levantamento dos documentos e suas condições de preservação tem a pretensão de firmar convênio com o Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC) para possibilidades de intervenção de restauro na documentação. A aquisição de uma sala específica para o acondicionamento da documentação possibilitará o “credenciamento junto ao Sistema Nacional de Arquivos [...], a participação em editais públicos e privados de fomento da cultura” (SILVA et al., 2018, p. 03), como também a digitalização de documentos em grandes formatos, a exemplo dos jornais que não puderam ser digitalizados por meio do uso do telefone celular.

Atualmente, o acervo conta com 70% dos materiais digitalizados, porém ainda se encontra indisponível para o público, pois os arquivos ainda não foram

hospedados em uma plataforma *online*. Os 30% dos materiais restantes incluem as fotografias, jornais, livros de grande porte que estavam danificados e quebradiços e que por isso não foram manuseados durante a realização das atividades. A não digitalização dos documentos imagéticos deveu-se à ausência de técnicas e materiais específicos que não o comprometessem, como poderia ocorrer através do reflexo da tela ou ainda o *flash* da câmera do aparelho celular utilizado.

Portanto, os trabalhos desenvolvidos no âmbito do projeto de extensão durante minha atuação nos anos de 2018-2019 junto com os bolsistas Leonardo Leal e Willian de Almeida foram sendo afunilados a partir de algumas experiências: 1) A disciplina de Laboratório, Métodos e Fontes I, ministrada pela Profa. Dra. Fernanda Pinheiro, que permitiu o contato com a documentação do século XIX e vivenciar no âmbito teórico-prático a transcrição dos mesmos e a interpretação destes de acordo com o período vivenciado; 2) As leituras teórico-metodológicas sobre a organização de arquivos pessoais e 3) O curso de aperfeiçoamento “Organização de acervos documentais e recuperação da informação” realizado pelo Leonardo e ser o multiplicador dentro do projeto.

Destarte, esses elementos foram sendo inseridos e incorporados durante o desenvolvimento das etapas de limpeza, higienização, organização e digitalização do arquivo que embora enfrentando algumas dificuldades, pois não pertencíamos à área arquivística procuramos trazer a teoria aliada à prática dentro deste processo. Com base nesses elementos apresentaremos no próximo capítulo os arquivos que constituem o fundo documental da Sra. Ladeísse, suas tipologias, estado de conservação e preservação, bem como as temáticas chaves que atravessam o acervo.

3. PROBLEMATIZANDO O ACERVO DE LADEÍSSE SILVEIRA

Diferentes elementos subsidiam a trajetória de constituição do acervo de Ladeísse Silveira, bem como os meandros de sua institucionalização por parte da Unilab. A partir dos diálogos estabelecidos com sua família, o que apresentamos no capítulo 1, é perceptível que seu acervo agrega distintos documentos históricos e bibliográficos que demarcam uma determinada época e servem-nos como instrumento de percepção contextual e pesquisa sobre tais aspectos.

Isso aponta também para o fato de que há um conjunto de temáticas transversais que tanto se atrelam ao campo pessoal, tendo em vista que há inúmeros documentos sobre o cenário político municipal onde sua família também estava inserida, bem como seus interesses particulares com a temática do pioneirismo histórico de Redenção. Sobre este aspecto, sublinha José Benito Abellás (2012) que há subjetividades envolvidas no pleito de constituição de um arquivo pessoal, o que garante à posterioridade fatos e visões que através de uma documentação são legitimadas.

Assim, essa intencionalidade é, em boa parte dos casos, o critério principal para guarda e descarte de documentos, desenhando o arquivo segundo a visão particular de seu produtor e/ou daqueles que tiveram tal documentação sob seus cuidados. E é essa manipulação inicial, plena em valores subjetivos, em grande parte a responsável por estabelecer o que “merece” ser lembrado e o que “pode” – ou “deve” – ser esquecido [...]. (ABELLÁS, 2012, p. 76).

Deste modo, conforme o pensamento de Abellás (2012), podemos levantar questões, pois que subjetividades podem ser notadas no acervo de Ladeísse Silveira? Ou melhor, o que através de seu acervo merece ser lembrado? Que temáticas estão presentes e quais são as possibilidades que surgem para compreender Redenção e o Maciço de Baturité? Esse trabalho que pode ser facilmente considerado como moroso só foi possível pela relação direta que foi construída com o acervo, face o pleito de sua organização. Isso, por sua vez, subsidiou a base central para compreender os elementos que estão presentes e como Ladeísse Silveira passou a colecionar inúmeros documentos em seus diferentes tipos, construindo relações entre o público e o privado.

3.1 ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: DESAFIOS DA CLASSIFICAÇÃO E RECONHECIMENTO DAS TIPOLOGIAS DOCUMENTAIS DO ARQUIVO

Ao analisar o texto *“Arquivos privados: abordagens plurais”*, organizado por José Francisco Guelfi Campos (2016), observa-se que ao longo da trajetória histórica da teoria arquivística tradicional, os conceitos de público e privado foram preservados ao longo do tempo, aparecendo assim como duas categorias de análise distintas. No que tange às diferenças existentes entre ambos os segmentos podemos destacar, conforme o autor, que por arquivos públicos compreendem-se os produtos que foram “construídos no curso das atividades dos órgãos ligados à administração pública” (CAMPOS, 2016, p. 06). Já os arquivos privados configuram “tanto os conjuntos de documentos produzidos por instituições de direito privado quanto àqueles acumulados por indivíduos e famílias” (CAMPOS, 2016, p. 06).

Todavia, ainda segundo o autor, existem controvérsias quanto à diferença conceitual de ambas as categorias e que podem ser observadas a partir dos escritos de Madalena Garcia (1998). A autora destaca que em épocas remotas os documentos de procedência privada deram origem a grande parte dos arquivos públicos. Isto, pois, era comum que as pessoas ocupantes de cargos públicos terem sob sua guarda documentos produzidos ao longo do exercício de suas funções (GARCIA, 1998). A rotina e as relações de trabalho existentes se misturavam a vida privada, por isso, a autora sublinha que “não são raros os casos em que os arquivos públicos têm origem nos arquivos privados” (GARCIA, 1998, p. 177) devido essa relação exercida nessa dicotomia.

É pensando tais preceitos que a partir do século XIX as pessoas que chegaram a ocupar cargos públicos tinham que devolver para o Estado os documentos que foram produzidos ao longo de suas atividades (GARCIA, 1998). Ao que parece, era natural o trânsito de documentos que saíam dos locais de trabalho para residências particulares ou vice-versa. A ausência de um lugar físico para a realização dos trabalhos ocasionava esse movimento até a casa das pessoas que ocupavam determinados cargos para que estas pudessem realizar os trabalhos, que inclusive, pode ser acompanhado nas palavras de Garcia (1998):

Nos antigos arquivos privados, pessoais ou de família, existiram

desde sempre **documentos de natureza pública que derivaram de funções, de cargos ou de ofícios públicos, desempenhados muitas vezes em domínios longínquos e em territórios de outras nações**. A conservação privada daqueles documentos que hoje se designam como ‘actos do Estado’ era passado absolutamente normal. Muitas vezes **os ofícios não tinham uma sede própria, e os assuntos eram tratados na residência de quem era proposto para o ocupar**. Por outro lado, os ofícios muitas vezes eram ‘venais’, isto é, eram vendidos aos privados por um determinado período, mais frequentemente por uma vida, mas por vezes podiam mesmo ser hereditários numa família (GARCIA, 1998, p. 178, grifo nosso).

Apesar das observações de Garcia (1998) estarem relacionadas a documentos de cunho político, o que por sua vez, não deixa de se entrelaçar às discussões aqui propostas, é interessante observarmos uma crítica contundente que a autora realiza ao refletir sobre a noção de documentos públicos. A autora destaca que é improvável que os documentos públicos estejam desassociados de influências e/ou de pessoas da política, pois é,

[...] impossível excluir da categoria de arquivo público os arquivos dos mais altos responsáveis políticos – o presidente da República e os membros do governo – embora a maior parte das legislações não imponha aos titulares desses arquivos a obrigatoriedade de os incorporar numa instituição pública (GARCIA, 1998, p. 179).

Uma das hipóteses para que nem todo tipo de documento seja incorporado aos arquivos públicos está relacionada à maneira como as informações serão utilizadas, sendo imprescindível, na maioria dos casos que estas permaneçam sob anonimato (GARCIA, 1998). Não é à toa que ao longo da trajetória histórica preservou-se a unicidade de conjuntos documentais ligados as narrativas e ao cotidiano da vida política. Muito embora, nem todos os documentos produzidos por uma pessoa ou instituição de origem não tenham sido totalmente doados e estejam disponíveis para a pesquisa é nítido o apreço por fragmentos documentais que reverberam a história pública.

Destarte, ao refletir sobre o contexto inicial dos arquivos privados ou particularmente como são conhecidos, “arquivos pessoais”, termo esse que aparece de forma direta ou indiretamente nas produções textuais de Bellotto (1998), Garcia (1998), Campos (2016), Cook (1998) é possível observar que a princípio os arquivos pessoais não eram considerados como arquivos, e menos ainda, instrumento de pesquisa. Sendo assim, estes sempre foram organizados levando em consideração os mesmos procedimentos de guarda aplicados aos

arquivos públicos.

Para Bellotto (1998), a ausência de reconhecimento dos arquivos privados como potenciais de pesquisa seguiram-se a margem por aproximadamente três décadas, pois não lhes foi dado “a devida atenção no que diz respeito à sua existência, rastreamento, organização e divulgação, nem tinham sido objeto de pesquisa como [...] deveriam ser” (BELLOTTO, 1998, p. 202).

Para Campos (2016), a interpretação sobre os arquivos privados e seus atributos é confrontada por diversos teóricos, que por um lado reconhecem as peculiaridades que esta documentação representa, dentre elas, “organicidade, unicidade e instrumentalidade” (CAMPOS, 2016, p. 06) e, de outro, têm-se a percepção individual de quem os produziu ou acumulou enxergando-as “como produtos conscientemente forjados por seus titulares na expectativa de construir uma determinada imagem de si” (CAMPOS, 2016, p. 06).

Todavia, no que tange a temática dos arquivos, Terry Cook (1998), levanta alguns questionamentos acerca da utilização dos mesmos conceitos da arquivística tradicional nos arquivos de natureza privada. Parafraseando as ideias do autor, o mesmo continua seus questionamentos trazendo a seguinte questão: em caso positivo, que impactos a utilização desses mesmos procedimentos de organização refletem nas atividades do arquivista? (COOK, 1998). Destarte, Cook (1998) apresenta uma discussão conceitual para que pesquisadores/leitores não arquivistas possam compreender os motivos dos arquivistas adotarem determinadas técnicas em detrimento de outras no âmbito da organização dos arquivos.

Para isso, o autor traz como exemplo países como os Estados Unidos para explicar a tensão existente entre os arquivos públicos e privados e seus locais de destino. A divisão dessas duas categorias no contexto estadunidense aparece no exercício da profissão do arquivista de duas maneiras distintas: “a tradição dos manuscritos históricos versus a tradição dos arquivos públicos” (COOK, 1998, p. 130). Em relação aos locais de guarda dos arquivos pessoais ou manuscritos, Cook (1998), destaca o seguinte:

Quanto ao destino dos arquivos pessoais ou dos manuscritos privados, na maioria dos países são adquiridos pela biblioteca nacional, pelas bibliotecas regionais, ou pelas principais universidades e até mesmo por museus e por institutos de pesquisa ou documentação temáticos ou especializado (COOK, 1998, p. 130).

Cook (1998), citando Jenkinson, apresenta esta mesma orientação que se tem a respeito dos arquivos pessoais que são considerados segundo ele como documentos “mais artificiais, antinaturais, arbitrários, parciais, algo realmente mais próximo de material de biblioteca, publicado, como as autobiografias e as memórias [...]” (COOK, 1998, p. 132). Por sua vez, é nítida a leitura que é realizada sobre esse tipo de documento a ponto de não serem considerados como “documentos de arquivos oficiais e públicos” (COOK, 1998, p. 132).

Nesta perspectiva, em resposta aos questionamentos levantados por Cook (1998) é possível observar que os princípios da teoria arquivística tradicional ainda aparecem em formato de dúvidas sobre a aplicabilidade de uma estrutura conceitual comum para os arquivos públicos e privados (COOK, 1998). Em face dessa teoria, a assimetria apresentada entre ambas as categorias aparece de forma frequente em textos, artigos, teses e dissertações. Porém, Cook (1998) volta a sua atenção para explicar que os arquivos públicos ou institucionais frente à teoria clássica da arquivística:

são apresentados (e seus defensores sempre afirmam que é isso o que acontece) como acumulações naturais, orgânicas, inocentes, transparentes, que os arquivistas preserva de modo imparcial, neutro e objetivo (COOK, 1998, p. 132).

A eclosão dos arquivos privados segundo Christophe Prochasson (1998) e Angela Gomes (1998) no contexto geral da Europa, mas precisamente, na França, em 1970, desperta nos historiadores da “literatura ou da arte” (PROCHASSON, 1998, p. 105) um olhar para as potencialidades que este tipo de arquivo poderia trazer. Para Gomes (1998) o “boom dos arquivos privados” (GOMES, 1998, p. 122), ou seja, a emergência do trabalho com as fontes de natureza privada tinha como escopo principal ocasionar uma renovação no campo historiográfico e a ampliação de novos campos de pesquisa. Todavia, ainda segundo os autores, o contato com esses arquivos se deram de forma relativamente recente, mas com o intuito de demarcar a “diversidade de

abordagens no fazer história” (GOMES, 1998, p. 122).

Gomes (1998) apresenta em seu texto algumas reflexões sobre a *história cultural*, somadas ao contexto de constituição dos arquivos pessoais para pensar as “transformações sob ótica da experiência dos historiadores brasileiros” (GOMES, 1998, p. 123). A autora ressalta o “florescimento” da história cultural, pois anteriormente existiam conjunturas que não valorizavam “as vivências dos próprios atores históricos, postuladas como sujeitos de ações. [...] essa história cultural também rejeita as oposições entre coletivo e individual” (GOMES, 1998, p. 123).

Com o propósito de ampliar novos campos de pesquisa é notável que dentro desse “florescimento” da história cultural é perceptível a consideração da “experiência dos homens em seu tempo e lugar como crucial para o atendimento dos processos sociais” (GOMES, 1998, p. 123). Ao trazer essas reflexões a autora busca relacionar “o *boom* dos arquivos privados” (Gomes, 1998) como um campo de possibilidades de pesquisa e a as ações desenhadas pelos sujeitos ao longo da história.

Ou seja, estou querendo destacar que, se o *boom* dos arquivos privados se prende a uma revalorização do indivíduo na história e, por isso, a uma revalorização da lógica de suas ações - pautadas em intenções que são escolhas em um campo de possibilidades que tem limites mas oferece alternativas -, não apenas a história cultural está no centro dessa transformação, mas igualmente uma "nova" história política e uma "nova" história social, cujas fronteiras são fluidas e móveis (GOMES, 1998, p. 124).

As contribuições destacadas por Gomes (1998) para pensar o trabalho com os arquivos privados se destacam a partir de sua atuação com uso desse tipo de fonte para a pesquisa como também por apresentar em paralelo a este mesmo período que se discutia as percepções e os usos dos arquivos privados nos países da Europa e da França, em 1970, no Brasil se constituía duas grandes instituições de guarda dos arquivos privados: “o CPDOC, na FGV, e o Arquivo Edgard Leuenroth, na Unicamp” (GOMES, 1998, p. 124). Ambas as instituições tinham sob sua salvaguarda documentações com propósitos e períodos diferentes.

[...] o primeiro destinado a guardar os papéis privados de homens públicos da política brasileira do pós-1930, e o segundo a documentação de expressivas lideranças do movimento sindical (GOMES, 1998, p. 124).

Contudo, diante da experiência apontada pela autora é importante que se tenha cuidado e atenção durante o uso de fontes privadas em nossas pesquisas para não cairmos “nas malhas do feitiço” (GOMES, 1998). Com essa expressão, Gomes (1998) procura elucidar que a escrita desses documentos é sedutora e a depender do gênero analisado o pesquisador é atraído pela sintonia da escrita e se esquece de realizar outras considerações sobre o material, pois estabeleceu uma relação muito próxima com o produtor do arquivo.

Dentro dessa categoria, Prochasson (1998) aponta que o produtor do arquivo privado não possui necessariamente a obrigatoriedade de depositar seus arquivos em uma instituição pública, por isso, a importância de se promover um processo de conscientização para que a doação aconteça de forma amigável. Apesar de que em muitos casos é nítida a forma como acontece a apropriação ilegal desses documentos, Prochasson (1998), explica que esse ato salvaguardou documentações que poderiam ter sido destruídas há bastante tempo, através de desastres naturais, ausência de manutenção, o que por sua vez, nos leva a crer que grande parte dos arquivos públicos na atualidade só existem por conta de uma apropriação privada.

Desse modo, o autor aponta alguns exemplos de documentações que não foram completamente destruídas devido a uma apropriação privada, a exemplo dos arquivos do Ministério das Finanças em 1871, arquivos sobre a Resistência alemã e outros, que podem ser acompanhados a seguir:

Os historiadores da política sabem que a distinção entre ‘arquivos públicos’ e ‘arquivos privados’ com frequência esbarra no amálgama que tanto políticos quanto funcionários às vezes fazem na gestão de seus papéis pessoais. Em alguns casos, a apropriação ilegal de fundos públicos por pessoas privadas foi aliás uma sorte: assim, foi possível remediar a destruição dos arquivos do Ministério das Finanças em 1871 graças a uma parte dos “arquivos privados” dos funcionários do órgão. Problema semelhante se coloca para as associações: os arquivos dos movimentos da Resistência criados durante a ocupação alemã são fundos privados, enquanto os dos Comitês Departamentais de Libertação (CDL) ou das Forças Francesas do Interior (FFI) são em princípio públicos (PROCHASSON, 1998, p. 107).

Apesar dos documentos que foram apropriados de alguma forma e da dinâmica aqui apresentada que se misturam entre o público e o privado, Prochasson (1998) aponta que esses arquivos podem sofrer dispersões e que

arquivos privados dificilmente serão doados em sua totalidade para uma mesma instituição. Por sua vez, os arquivos de um mesmo produtor podem estar salvaguardados em bibliotecas, museus e outros arquivos. Então, novamente reforça-se a importância de estabelecer laços de afetividade com os familiares do produtor de arquivos para que nos casos de haver doação estes arquivos não sejam distribuídos em instituições de guarda diferenciadas, dificultando assim, o acesso a outras fontes.

Nenhuma instituição de arquivo detém todos os arquivos de um político, de um escritor, de um artista ou de um sábio, a despeito da existência de lugares mais ou menos especializados na guarda de arquivos [...] (PROCHASSON, 1998, pp. 107-108).

Podemos observar com maior nitidez na citação acima que nem todos os arquivos de uma pessoa chegam às instituições em sua totalidade. É levando em consideração as ponderações de Prochasson (1998) que podemos destacar que no caso dos arquivos da Sra. Ladeísse Silveira ocorreu uma seletividade que necessariamente precisou do aval dos familiares do que poderia ser doado ou não. Apresentamos como exemplo o caso da apostila sobre História de Redenção em que Ladeísse pesquisou durante anos materiais que pudessem compor o histórico da cidade.

Esse material não foi doado de forma física para o acervo. Somente a partir de uma visita para a realização de uma entrevista a fim de entender a trajetória de vida da produtora é que a equipe do NUDOC teve acesso ao material e realizou uma cópia do formato digital. Entrelaçando as discussões aqui propostas os arquivos de Ladeísse também sofreram perdas por ausência de manutenção adequada, alguns arquivos foram consumidos por pragas – como aparecem ao longo dessa dissertação – e outros de forma abrupta foram descartados por familiares com a justificativa de que não eram importantes ou (hipoteticamente falando) não seria interessante tê-los como material público de pesquisa.

Quando acontece dos arquivos privados não serem doados a alguma instituição de natureza pública isso dificulta os trabalhos com a pesquisa, pois é necessário todo um convencimento que esses materiais são importantes para o desenvolvimento de trabalhos e para a história pública (PROCHASSON, 1998). O acesso aos materiais acontece de forma bastante limitada ou “a conta-gotas”

(PROCHASSON, 1998) com o objetivo de fazer com os pesquisadores ou os historiadores apreciem o material, mas de forma controlada (PROCHASSON, 1998) a fim de não expor as informações mais íntimas como podemos acompanhar abaixo:

As informações muito íntimas são ocultadas. O arquivo privado perde a sua riqueza: tende a se transformar em arquivo público, revelando apenas o mais banal, o mais conveniente ou o mais desculpável. Ele deve sustentar uma mitologia que a família está encarregada de proteger (PROCHASSON, 1998, p. 109).

A utilização das informações ou a visibilidade que estas podem trazer se complementam as vivências no processo de organização dos arquivos de Ladeísse. Durante aproximadamente dois anos foi estabelecido contato com a família para que houvesse a realização de uma entrevista para dar complementaridade à trajetória de constituição dos arquivos de Ladeísse. Todavia, esse processo era sempre adiado e justificado por uma de suas irmãs pela ausência de propriedade para falar sobre esse assunto.

Talvez, por diversas vezes, a palavra “entrevista” se apresentasse como um termo muito forte e com isso a preocupação de manter certo distanciamento, acompanhada de medo e insegurança que esse depoimento poderia trazer. Em alguns momentos isso soou como um processo de manutenção da intimidade que precisava ser preservada, por isso, os cuidados ao se trabalhar com arquivos pessoais para que estes muitas vezes não se apresentem como aquilo de “mais banal ou conveniente” (PROCHASSON, 1998) sobre a trajetória dos sujeitos.

Segundo Luciana Heymann (1997) o encantamento pelos arquivos privados se dão com grande maestria pelos cientistas sociais por revelar a partir do contato com as fontes uma parcela da história que se manteve fora dos padrões. Isto pois, os arquivos pessoais não seguiam os rigores da escrita de um material mais institucional. Sendo assim, o manuseio com fotografias, documentos e outras fontes possibilitavam conhecer as ações que os sujeitos desempenharam em uma parcela da história e que por algum motivo foram invisibilizadas (HEYMANN, 1997).

A sensação que a autora descreve ao se deparar com esse tipo de arquivo é descrito como uma sensação que é “fortalecida” pelo fato da

ausência da padronização de um rigor “burocrático” que requer ou que aparecem nos arquivos institucionais. Assim, o diferencial apontado pela autora ao se tratar dos arquivos pessoais é que eles proporcionam um contato maior com as evidências ou com as “frações [...] íntimas da história e de seus personagens” (HEYMANN, 1997, p. 41).

Os arquivos privados na perspectiva de Heymann (1997) são acumulados e salvaguardados de acordo com o que o produtor julgar pertinente. A começar pela relação que se estabelece com o cotidiano, as funções que exerce no mundo do trabalho ou não, ou seja, cabe o sujeito detentor do arquivo estabelecer a metodologia e os procedimentos de guarda que irá compor o seu acervo (HEYMANN, 1997). Todavia, a autora explica que os arquivos privados não possuem obrigatoriamente apenas documentos que foram produzidos por seus titulares “e que nem todo o material que ele produziu ou recebeu ao longo de sua vida faz parte desse mesmo conjunto documental” (HEYMANN, 1997, p. 43).

Assim, o processo de acumulação dos arquivos privados ressaltados por Heymann (1997) “a produção de documentos não é, assim, o que importa, mas a acumulação que deu origem ao conjunto” (HEYMANN, 1997, p. 43). Neste caso, quando nos deparamos com o processo de doação dos arquivos privados a alguma instituição pública e passa-se a investigar sobre os motivos que levaram a constituição desses arquivos se faz necessária à intervenção do trabalho do arquivista. Este, por sua vez, desenvolverá suas atividades baseadas no princípio de proveniência, conforme elencado por Priscila Fraiz (1998), de “*respeito à ordem original*” dos arquivos, conceito este bastante utilizado na arquivística moderna.

Isso significa que os documentos não podem ser dispersos a outros fundos diferentes do que lhes deu origem. Nesta perspectiva, ao enveredar por tais discussões, Fraiz (1998), apresenta em seu material as dificuldades de manter o mesmo sistema de organização dos arquivos que foram doados por seus titulares. O motivo é que nem sempre a teoria consegue se entrelaçar à prática, pois nos casos em que o produtor dos arquivos realiza a doação ainda em vida, a instituição receptora consegue preservar a ordem original de seus arquivos, embora com muita dificuldade.

Já nos casos em que seus titulares faleceram e os arquivos chegam às

instituições por intermédio de familiares, se faz necessário acionar mecanismos que vão além da arquivística, tendo em vista que dificilmente esses materiais aparecem com algum resquício de “arranjo ou ordenamento prévios, determinados pelo próprio titular [...]” (FRAIZ, 1998, p. 60). Por isso, o impasse de manter o mesmo sistema de organização que o titular dos arquivos utilizava.

Segundo Fraiz (1998) o conceito de proveniência e respeito aos fundos tem suas bases na teoria arquivística que foram desenvolvidas com o objetivo de trabalhar com os arquivos de natureza pública e só posteriormente se estenderam aos arquivos de natureza privada, mas comumente conhecido como arquivos pessoais. Esta teoria foi “desenvolvida entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX” (FRAIZ, 1998, p. 61) e aparece pela “primeira vez na França em 1841” (FRAIZ, 1998, p. 61).

Fraiz (1998), citando Schellenberg (1973), aponta que os documentos arquivados seguindo o princípio da proveniência deveriam ser organizados em fundos, a exemplo de documentos de natureza administrativa, documentos provenientes de pessoa ou família e outras entidades produtoras deveriam ser “agrupados em fundos e considerados o fundo daquela determinada instituição” (SCHELLENBERG, 1973, p. 209, *apud* FRAIZ, 1998, p. 61). Com o passar do tempo tal conceito sofreu uma flexibilização a partir da criação do Arquivo Nacional no ano de 1934. As justificativas para esse processo apontam para as dificuldades enfrentadas para a manutenção de um sistema de organização dos arquivos que eram utilizados por seus titulares. Some-se a isso, o fato do aumento significativo de documentos produzidos pelo “Estado moderno [...] no pós-guerra, tornou-se difícil e às vezes impossível recuperar a ordem original de um determinado fundo” (FRAIZ, 1998, p. 62).

Tal perspectiva se assemelha ao processo de organização dos arquivos de Ladeísse em que a equipe se deparou com a inviabilidade de resgate de todo e quaisquer resquícios que levassem à identificação de algum tipo de ordenamento prévio existente no acervo. Sem o apoio de um profissional da área a equipe seguiu o desenvolvimento de suas atividades sem a devida orientação que atualmente seria crucial para a próxima etapa do arquivo, a publicização de seus materiais. Esse processo de mapeamento, descrição e organização dos arquivos foram sendo afunilados de acordo com a experiência e o manuseio com as fontes cotidianamente.

Assim, com vistas a facilitar o processo de busca dos arquivos e melhor apreciação dos documentos existentes no fundo foi criado o instrumento de pesquisa com a identificação por série, título, data, quantidade, produtor e resumo, dentre outros elementos que podem ser identificados na imagem a seguir.

Quadro 1 – Exemplo da ficha catalográfica para a identificação dos documentos.

**NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO CULTURAL LADEÍSSE SILVEIRA – NUDOC/IHL
FICHA CATELOGRÁFICA DO ACERVO DOCUMENTAL**

1. DADOS GERAIS DE IDENTIFICAÇÃO	
Código de Referência:	
Fundo:	
Série:	Seção:
Título:	
Data da Produção:	Data Incorp. NUDOC
Local da Produção:	
Produtor: (pessoa ou instituição):	
Quantidade:	
Localização:	Digitalizado (X) sim () não
2. DESCRIÇÃO (suporte, medidas, resumo do conteúdo)	
MEDIDAS:	
RESUMO:	
3. CONDIÇÕES DE ACESSO	
() Acesso direto no local () Acesso a Cópia Digital () Sem condição de acesso	

Fonte: Equipe NUDOC/Unilab.

Para Ariane Ducrot (1998) esse processo de organização e classificação dos arquivos junto ao fundo é essencial para a obtenção de um panorama dos materiais, bem como suas divisões e subdivisões. A autora apresenta ainda aspectos importantes do conceito de classificação e a importância de realizar uma boa distinção dos arquivos a fim de facilitar o trabalho com as fontes.

A classificação é o conjunto das operações intelectuais e materiais que permitem organizar um fundo de arquivos de modo a facilitar ao máximo as consultas, quaisquer que sejam os pesquisadores e quaisquer que sejam os temas de suas pesquisas. [...] Seu objetivo é fazer a distinção dos grupos de documentos, que permitirá, de um lado, formar dossiês e arrumá-los em caixas onde a cada um seja dado um código e, de outro, redigir um instrumento de pesquisa, mais ou menos detalhado, que revele com clareza as subdivisões do fundo e que, dentro dessas subdivisões, apresente os títulos e o conteúdo de cada caixa (DUCROT, 1998, p. 151).

Esse procedimento de identificação dos conteúdos, criação de resumos e suas divisões de acordo com suas especificidades se aplicam aos documentos de natureza pública e privada (DUCROT, 1998). Todavia, Ducrot (1998) ressalta que a aplicabilidade desse processo com os arquivos privados sinalizam problemáticas “que não se apresentam no caso dos arquivos públicos – ao menos, não da mesma forma” (DUCROT, 1998, p. 152). Ainda segundo a autora, para que ocorra uma boa classificação dos arquivos se faz necessário atentar-se a três elementos importantes: 1) realizar a classificação de modo a não obter atrasos ou problemas futuros; 2) realizar o processo de classificação dos arquivos respeitando o princípio de proveniência; 3) seguir o conjunto de regras específicas cabíveis para cada categoria específica de arquivos (DUCROT, 1998).

Diante de todo um arcabouço teórico e da inexperiência com o processo de montagem dos arquivos é possível realizar alguns apontamentos que dificultam ou aparecerão como futuros atrasos no processo de publicização dos materiais existentes no fundo. Analisando o quadro de identificação dos arquivos que fora anexado anteriormente é possível constatar vários documentos que foram organizados como uma espécie de bloco em uma única ficha que deveria ser individualizada contendo as informações específicas de um único documento, conforme apresentamos a seguir:

Quadro 2 – Exemplo da ficha catalográfica preenchida.

1. DADOS GERAIS DE IDENTIFICAÇÃO																
Código de Referência:																
Fundo: Ladeísse Silveira																
Série: Documentos Avulsos Públicos	Seção: Prefeitura Municipal de Redenção															
Título: Documentos Soltos Caixa 03 pasta nº01																
Data da Produção: 1991; 1983; ????; ????; ????; ????; 1989; 198?;	Data Incorp. NUDOC															
Local da Produção: Redenção-CE																
Produtor: (pessoa ou instituição): Ladeísse Silveira																
Quantidade: 10																
Localização: Armário 1/ Prateleira 5	Digitalizado () sim (x) não															
2. DESCRIÇÃO (suporte, medidas, resumo do conteúdo)																
<p>MEDIDAS:</p> <table style="width: 100%; border: none;"> <tr> <td style="width: 33%;">1: 21,1x31,5 cm</td> <td style="width: 33%;">6: 31,5x21,5 cm</td> <td style="width: 33%;">11: 31,5x21,5 cm</td> </tr> <tr> <td>2: variados</td> <td>7: 21,6x16 cm</td> <td>12: 31,5x21,5 cm</td> </tr> <tr> <td>3: 31,5x21,5 cm</td> <td>8: 33x21,8</td> <td></td> </tr> <tr> <td>4: 33x21,5 cm</td> <td colspan="2">9: (21,8 x 32,5 cm), (19, 2 x 28,3 cm), (21,4 x 31,2 cm)</td> </tr> <tr> <td>5: 33x21,5 cm</td> <td colspan="2">10: 21,7x22,8 cm</td> </tr> </table> <p>RESUMO:</p> <p>Documento 1: Convite para a 1ª semana franciscana de 16 a 22 de Setembro de 1991 em Redenção/CE;</p> <p>Documento 2: Cronograma de atividades de esportes e educação física;</p> <p>Documento 3: Recorde de jornal pp.5-6;</p> <p>Documento 4: Imagem com título de Redenção Pedaco do meu Brasil;</p> <p>Documento 5: Imagem sobre o Obelisco com título Retalhos de Redenção (2 folhas);</p> <p>Documento 6: Receita de molho de tomate escrita a mão;</p> <p>Documento 7: Roteiro para instalação da legislação (12 folhas);</p> <p>Documento 8: Departamento de assistência técnica aos municípios. Orientação nº10/88 (07 Folhas)</p> <p>Documento 9: Folders diversos da Prefeitura de Maranguape (3 panfletos)</p> <p>Documento 10: Tabela de responsáveis sobre problemas ambientais (1 tabela)</p> <p>Documento 11: Ofício Circular de 25 de janeiro de 1977</p> <p>Documento 12: Quadro da classificação de fonemas e consoantes</p>		1: 21,1x31,5 cm	6: 31,5x21,5 cm	11: 31,5x21,5 cm	2: variados	7: 21,6x16 cm	12: 31,5x21,5 cm	3: 31,5x21,5 cm	8: 33x21,8		4: 33x21,5 cm	9: (21,8 x 32,5 cm), (19, 2 x 28,3 cm), (21,4 x 31,2 cm)		5: 33x21,5 cm	10: 21,7x22,8 cm	
1: 21,1x31,5 cm	6: 31,5x21,5 cm	11: 31,5x21,5 cm														
2: variados	7: 21,6x16 cm	12: 31,5x21,5 cm														
3: 31,5x21,5 cm	8: 33x21,8															
4: 33x21,5 cm	9: (21,8 x 32,5 cm), (19, 2 x 28,3 cm), (21,4 x 31,2 cm)															
5: 33x21,5 cm	10: 21,7x22,8 cm															
3. CONDIÇÕES DE ACESSO																
<p>(X) Acesso direto no local () Acesso a Cópia Digital () Sem condição de acesso</p>																

É interessante frisar que o olhar que está sendo lançado sobre o processo de análise dos trabalhos que foram executados no âmbito do arquivo requer certos cuidados para não deixar a entender ou esvair os esforços que foram realizados para que essas atividades acontecessem. Assim, o objetivo de apresentar possíveis lacunas identificadas com esta pesquisa, parte de um olhar externo e não mais como integrante da equipe, pois algumas problemáticas que podem surgir no trabalho de futuros pesquisadores naquele período entre os anos de 2018-2019 não apareciam de forma nítida.

Percebe-se a partir do quadro acima o reflexo da inexperiência formativa em arquivologia, tendo em vista que todo o trabalho foi realizado por bolsistas e que o professor titular do projeto não possuía larga experiência no processo de transformação dos arquivos pessoais em arquivo público de pesquisa, se revelando na dificuldade de manter uma padronização ao inserir as informações que muitas vezes se misturavam a outros elementos que não possuíam relação alguma e que podem ser observados acima.

Por exemplo, os pontos de interrogação soam como dúvidas ou ausência de identificação das datas que se referem aos períodos de produção desses documentos. Há ausência do resumo do documento, já que ao invés dele evidenciam-se os títulos dos documentos que foram alocados nesse espaço, dentre outros elementos. Durante o mapeamento para a identificação das espécies documentais e tipologias não foi possível precisar a quantidade de itens constantes no arquivo por conta dessa configuração ou mistura documental. Somam-se a isso as observações no processo de revisão dos arquivos, em 2019, que apontavam para a existência de outros documentos dentro de livros que não faziam relação com o material já registrado e identificado nas fichas e estes, por sua vez, precisavam ser desmembrados e assim ganhar uma identificação própria.

Para Bellotto (2014) se faz imprescindível compreendermos a distinção existente entre os conceitos de espécie documental e tipologias documentais. Para a autora, “entende-se por espécie documental a configuração que assume o documento de acordo com a forma e a finalidade dos dados nele contidos” (BELLOTTO, 2014, p. 347). Já o conceito de tipo documental ou tipologia documental “é a configuração que assume uma espécie documental de acordo com as informações nela contidas, determinadas pela atividade que a gerou”

(BELLOTTO, 2014, p. 347-348). Estas informações podem ser simplificadas através de uma fórmula básica que é apresentada por Bellotto (2014), já que para transformar ou identificar tipologias documentais em acervos é só acrescentar “espécie + função” (BELLOTTO, 2014, p. 352).

No acervo de Ladeísse Silveira é possível identificar algumas espécies documentais como atas, cartas, decretos e estes só passam a se configurar enquanto tipologias quando trazem em sua nomenclatura as funções que o gerou. Um exemplo de material existente no arquivo e que representa uma tipologia é o “*Livro de Atas das atividades de comemoração do centenário da abolição em Redenção*”, pois traz em sua configuração os motivos que levaram a sua criação. Para a identificação de algumas tipologias e dos materiais existentes no fundo recorreremos ao modelo de ficha catalográfica – que já fora apresentado anteriormente – mapeando as séries existentes no fundo para identificar os tipos de arquivos e temáticas que compõe o acervo de Ladeísse.

Bellotto (2014) explica que “a análise e o estudo generalizador dos dados de cada série são fundamentais para os estudos tipológicos” (BELLOTTO, 2014, p. 352). Assim, apresentamos a seguir aproximadamente dezenove séries que se apresentam no fundo documental de Ladeísse.

Quadro 3 - Levantamento das séries existentes no fundo.

MAPEAMENTO DAS SÉRIES
1. Documentos Públicos Oficiais
2. Revistas
3. Jornal
4. Documentos Particulares
5. Documentos Particulares Oficiais
6. Livros
7. Eclesiásticos
8. Mapas
9. Documento Pessoal
10. Documento Avulso Particular
11. Documentos Avulsos Públicos
12. Documento Particular
13. Documentos Públicos
14. Documentos Públicos Estaduais
15. Documentos Pessoais
16. Documentos
17. Ladeísse Educadora
18. Poema
19. Poesia

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

Neste bojo, durante o mapeamento das séries me deparei com algumas ocasiões em que a ficha não estava completamente preenchida, existia o título do arquivo, mas a seção do documento encontrava-se em branco. Alguns documentos não indicavam a série e seção ao qual pertenciam, mas possuíam o resumo, título, produtor e demais elementos preenchidos. Em alguns casos o singular e o plural apareciam nas séries como: “Mapas”, “Mapa”, “Documento pessoal”, “Documentos pessoais” o que dificultou, pois não existia uma padronização e os arquivos não ficavam alocados em uma única série.

Outro elemento importante de ser mencionado é em relação ao quantitativo de documentos que não correspondia ao valor final e, por isso, a dificuldade de se obter um total de documentos existentes no fundo. Por exemplo, no campo onde indicava o quantitativo existia 05 documentos, mas logo em seguida havia a indicação de 07 documentos com a identificação de medidas e outras informações. Não se sabe ao certo se houve algum equívoco ou falha no processo de atualização o que pode ter gerando alguns entraves na pesquisa.

Outro ponto diz respeito à forma como as séries e seções apareciam várias vezes destacadas de amarelo sinalizando alguma espécie de dúvida ou incerteza se o documento que foi inserido naquela série correspondia àquela especificidade. O uso do ponto de interrogação aparece de forma constante, conforme supracitado, sinalizando as dificuldades ou a ausência de datações dos documentos, local de produção, produtor, dentre outros. Algumas vezes as fichas apareciam em branco, talvez pelo fato de terem sido duplicadas para compor as informações do próximo documento e acabaram não sendo preenchidas com as devidas informações.

Para a identificação dos materiais existentes no arquivo foi necessário criar uma tabela simples que pudesse revelar um panorama das temáticas, períodos, séries e quantidade de documentos o que resultou na amostra dos documentos existentes no acervo, conforme quadro a seguir.

Quadro 4 – Amostra dos materiais existentes no fundo.

TIPOLOGIAS DOCUMENTAIS			
Título do documento	Período/ano	Série	Quantidade
Atas de Eleições da Villa de Acarape 1881;	1881 a 1889	Documentos Públicos Oficiais	1
Atas das Eleições para Deputados Federais – Redenção;	1905 a 1915	Documentos Públicos Oficiais	1
Atas da Comissão seccional da sessão da povoação de Cala Boca, Município de Redenção;	1896 a 1902	Documentos Públicos	1
Livro de ata da Eleição para Presidente da República, Vice-presidente da República, Deputados e Senadores;	1894 a 1898	Documentos Públicos Oficiais	1
Livro de Atas de Alistamento eleitoral de Redenção;	1895 a 1897	Documentos Públicos Oficiais	1
Conjunto de Livros de atas Século XIX e XX;	Diversos	Documentos Públicos Oficiais	1
Livro de Atas de Revisão do Alistamento Eleitoral;	1912 a 1914	Documentos Públicos Oficiais	1
Livro de Atas de Alistamento Eleitoral;	1905	Documentos Públicos Oficiais	1
Livro de Cópia de Atas da Sessão da Comarca Municipal da Villa de Acarape;	1871 a 1879	Documentos Públicos Oficiais	1
Livro de Ata das atividades de comemoração do centenário da abolição em Redenção;	1983	Documentos Públicos Oficiais	1
Livro de Atas de sessão ordinária da Associação de	1920 a 1924	Eclesiásticos	1

Senhoras da Caridade da Paróquia de Redenção Resumo: Atas de sessão ordinária da Associação de Senhoras da Caridade da Paróquia de Redenção;			
Livro de Atas da Cooperativa dos Plantadores de Cana do Vale do Pacoti – COPLAT;	1981	Documentos Públicos	1
Atas da Comissão seccional da sessão da povoação de Cala Boca, Município de Redenção;	1896 a 1902	Documentos Públicos	1
Livro de Prefeitura com recortes de jornal e revista	S/D	Documentos Públicos Oficiais	1
Livro de Prefeitura com recortes de jornais sobre Redenção da PMR;	1968 a 1969	Documentos Públicos Oficiais	1 (302) páginas
Livro de Prefeitura com recortes de notícias sobre o município de Redenção;	1960-1962	Documentos Públicos Oficiais	1
Livro de Prefeitura com recortes de jornais sobre Redenção pertencentes a Prefeitura Municipal de Redenção;	1971	Documentos Públicos Oficiais	1
Livro com recortes de jornais e fotografias sobre Redenção;	Anos diversos	Documentos Públicos Oficiais	1
Livro de empenhos e despesas da Prefeitura Municipal de Redenção;	1970	Documentos Públicos Oficiais	1 cópia
Livro de lançamentos financeiros da comarca de Acarape;	1883	Documentos Públicos Oficiais	1
Livro de termo de arrematação do dízimo da missa do município de Redenção;	1894 a 1915	Documentos Públicos Oficiais	1
Livro de registro de Título de Qualificação Eleitoral	1878	Documentos Públicos Oficiais	1

de Acarape;			
Livro de termos de aforamentos de terrenos;	1892 a 1903	Documentos Públicos Oficiais	1
Livro de Cópias de correspondência oficial do Conselho de Intendências de Redenção;	1891 a 1899	Documentos Públicos Oficiais	1
Livro de Termos de juramento;	1874 a 1878	Documentos Públicos Oficiais	1
Livro de termos de contratos celebrados entre a Câmara Municipal de Acarape e particulares;	1880 a 1893	Documentos Públicos Oficiais	1
Livro nº 01 de registro de entidades subvencionadas pela Prefeitura no ano de 1944;	1944	Documentos Públicos Oficiais	1
Jornal O Povo;	1996	Jornal	1 (contém 01 Xerox)
Jornal O Libertador nº02;	1883	Jornal	1 (04 folhas)
Jornal O Libertador nº03;	1983	Jornal	1 (07 folhas)
Ceará festeja dia da abolição;	1982	Jornal	8 cópias
Página do jornal integrante da coleção nosso século da Abril Cultura;	1888 a 1902	Jornal	1
A Libertação;	1987	Jornal	1
Os dez erros de Lula;	2006	Jornal	1
Revista Comemorativa do Jubileu Áureo da	1966	Revista	1

Congregação das Filhas do Coração Imaculado de Maria;			
Revista do Ensino ano VI. N°46;	1957	Revista	1 (36 folhas)
Família Cristã nº02;	1965	Revista	1 (08 folhas)
Revista do Ensino;	1965	Revista	1 (21 folhas)
Ações e poderes democratizados através da descentralização;	1996	Revista	1 (21 folhas)
Carta do pesquisador Luiz Felipe Pinheiro Guerra;	1988	Documentos Públicos Oficiais	1
Homenagem à Redenção liberta na abertura do centenário da abolição;	?	Documentos Públicos Oficiais	1 (4 folhas)
Ser professora;	?	Poesia	1
Manual de Avaliação de composição da escrita de estudantes;	1966	Ladeísse Educadora	1
Abolição dos escravos em Redenção;	?	Documentos Públicos Oficiais	1 (2 folhas)
Histórico da abolição em Redenção apresentados por estudantes de Redenção e Acarape;	?	Documentos Públicos	9

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

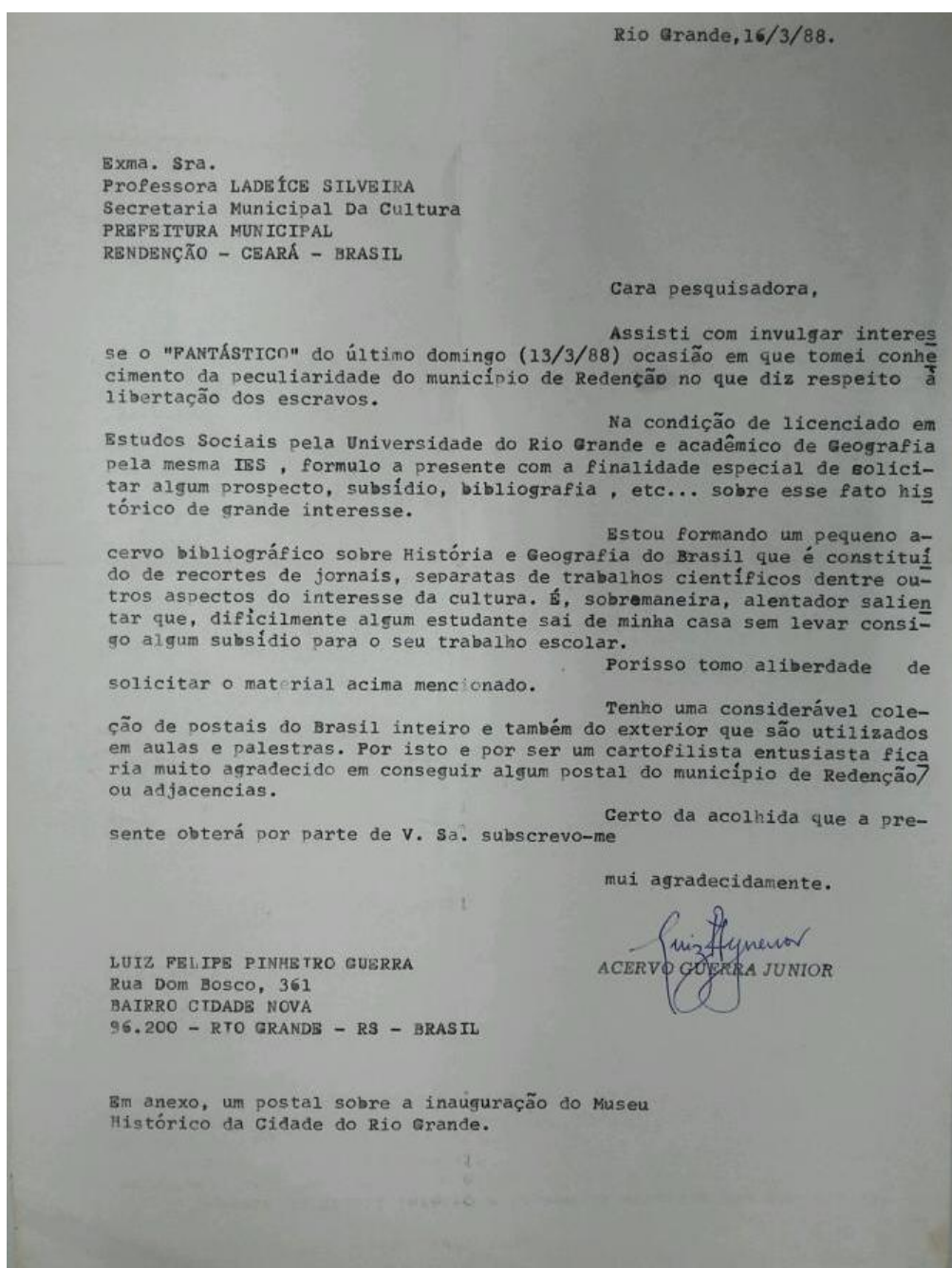
Os arquivos localizados no fundo documental Ladeísse Silveira compreendem os períodos de 1871 a 2006. Essa pequena amostra representa uma base dos arquivos que constituem o acervo e mesmo que não tenham aparecido de forma direta existe uma diversidade de materiais que o constituem como cartas, poemas, manuscritos, panfletos, recibos, correspondências, requerimentos, ofícios, manuais, livros de recortes de jornais, documentos escolares, trabalhos escolares, documentos eleitorais, processo denúncia, documentos iconográficos e mapas. Logo, os documentos que foram organizados através da pesquisa alcançaram 44 páginas, sendo que estas foram condensadas em 04, com o objetivo de apresentar um fragmento diante das inúmeras possibilidades de tipos documentais presentes no acervo.

A redução desse processo se deu também em decorrência das dificuldades de identificação e coerência como foram organizados os arquivos. Por diversas vezes ao mapear o quantitativo de arquivos existentes no fundo, não obtive sucesso, pois ora se apresentava como quantitativo reduzido dos documentos que foram identificados, já em outro apareciam quantitativo de folhas, cópias ou a informação que dizia “várias folhas” e tudo isso é o resultado de um processo que sinaliza, nas condições já enunciadas, os desafios em se transformar um arquivo pessoal em um acervo público de pesquisa documental.

A princípio, ao trazer o panorama dos arquivos, mantivemos os mesmos títulos, os pontos de interrogação que apareciam no documento, os períodos e a sequência que foram distribuídos de acordo com a prioridade de documentos mais históricos e comuns aos arquivos como as atas, livros de atas, jornal, revistas, cartas, poesia. Porém, outro elemento observado é que as cartas não possuem uma série específica para suas especificidades.

Durante a identificação só foi possível perceber que se trata de uma carta ao identificar a palavra no título ou no resumo como é o caso do documento *“Homenagem à Redenção liberta na abertura do centenário da abolição”*. Este, por sua vez, traz elementos da abertura do centenário da abolição que foi escrito por Francisco Antonio Alves Lima. Junto a esse documento está informações sobre a escravidão, a formação de sociedades que apoiavam a abolição e descrições geográficas. Desse modo, apresento a seguir alguns documentos que constituem o fundo documental.

Fotografia 7 – Carta do pesquisador Luiz Felipe Pinheiro Guerra à Ladeísse



Fonte: NUDOC/Unilab.

Tamanha eram a influência e referência de Ladeísse sobre a história de Redenção que o pesquisador Luiz Guerra solicitou contribuições de pesquisa através de algum resquício bibliográfico ou imagético que documentasse o fato histórico acerca do pioneirismo da abolição no município de Redenção, ressaltando que enquanto pesquisador ele também estava montando um acervo de pesquisa, conforme pode ser observado na carta.

Fotografia 8 – Postais colecionados por Ladeísse.



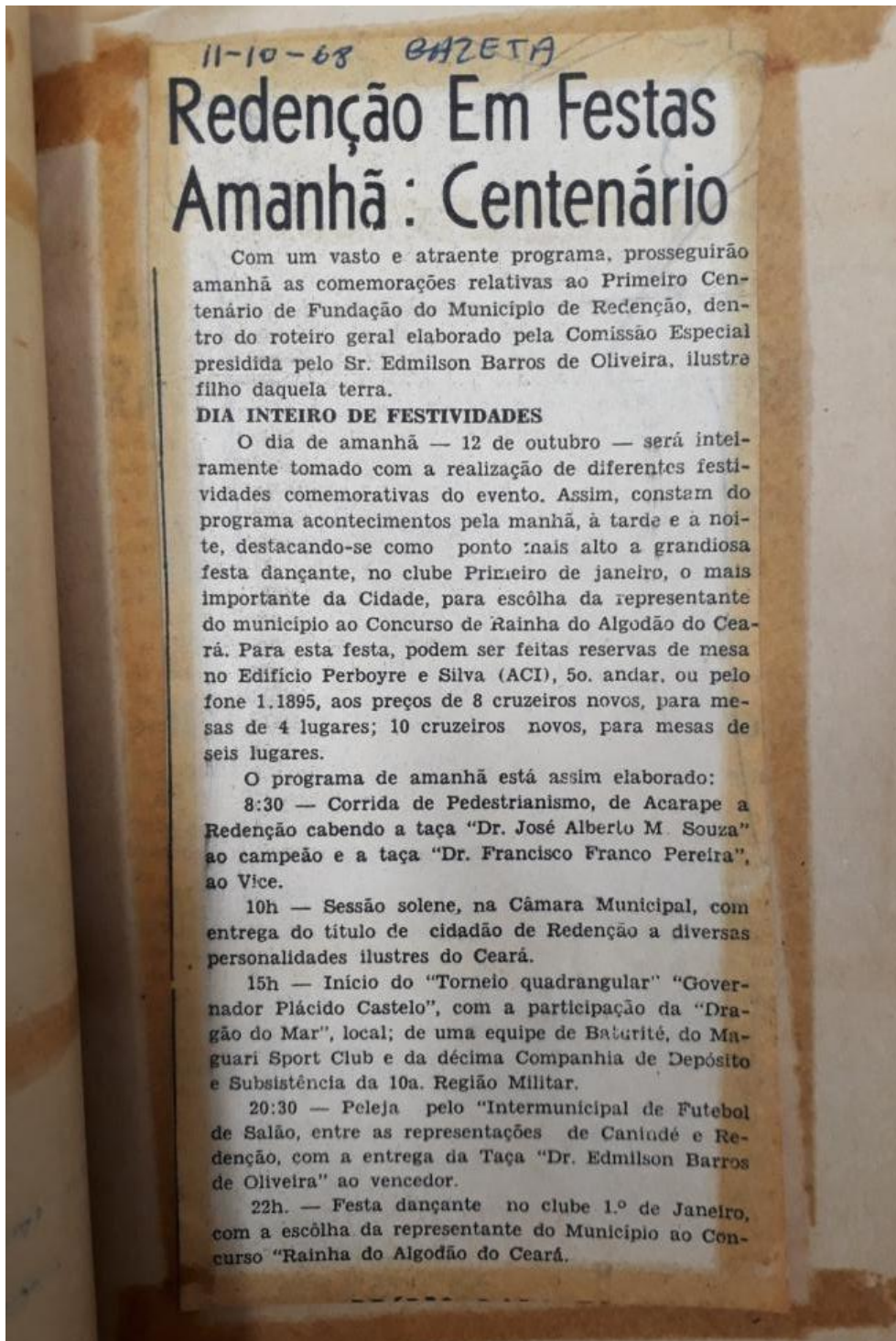
Fonte: NUDOC/Unilab.

Fotografia 9 – Modelo de correspondência



Fonte: NUDOC/Unilab.

Fotografia 10 – Festejos sobre o centenário da abolição.



Fonte: Livro de recortes de jornais. NUDOC/Unilab.

O livro de recortes de jornais expressa em grande quantitativo os aspectos relacionados à abolição e as festas realizadas no sentido de reforçar esse marco histórico, mas como se pode observar, há condições específicas de conversação que merecem destaque no trato documental.

3.2 DAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO

Os arquivos que constituem o Fundo Documental Ladeísse Silveira encontram-se em estado de conservação regular, porém, em alguns casos, é possível constatar que outros materiais precisam urgentemente de uma intervenção de um profissional da área. Em meados de 2018-2019, quando manuseava os documentos e realizava as atividades de digitalização, momento em que já possuía a pretensão de estender a experiência do arquivo como proposta de pesquisa no âmbito do mestrado realizei a identificação junto com os demais bolsistas dos documentos que estavam bastante deteriorados e que não conseguimos realizar a digitalização devido as condições que se encontravam.

Para isso, criamos um documento no formato em Word com a identificação dos materiais contendo especificações como título, ano, localização, estado de conservação e as ações necessárias de intervenção. O presente documento tinha como escopo principal realizar apontamentos sobre os motivos e as causas que estavam ocasionando a deterioração dos documentos a fim de intervir na perda dessas fontes de pesquisa, o que pode ser visto no quadro abaixo.

Quadro 5 – Relatório sobre o estado de conservação dos documentos existentes no acervo.

RELATÓRIO DAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO, PRESERVAÇÃO E INTERVENÇÃO DE RESTAURAÇÃO NO FUNDO LADEÍSSE SILVEIRA.			
	Documento	Localização	Condições de Conservação e Preservação
1	Livro termo de arrecadação do dízimo das missas de Redenção 1894/1915;	Armário 1, prateleira 3;	O documento necessita de uma intervenção URGENTE de restauração. Estado crítico das páginas que estão quebradiças e em parte despedaçadas necessita urgentemente de restauro.
2	Documentos manuscritos diversos do	Armário 1, prateleira 3;	O documento necessita de uma intervenção URGENTE

	século XIX e XX;		de restauração. Após averiguação do documento, foi feita uma intervenção de revestimento da capa com papel ofício e fita dupla face para melhor manuseio. Os documentos necessitam de encadernação, pois estão com a brochura comprometida. As condições das páginas é crítica, pois estão quebradiças, cheias de furos e com manchas.
3	Livro de cópias das atas das sessões da Comarca municipal da Villa de Acarape (1871/1879);	Armário 1, prateleira 3;	Após averiguação do documento, foi feita uma intervenção de revestimento da capa com papel ofício e fita dupla face para melhor manuseio. O documento necessita de encadernação, pois está com a brochura comprometida. As condições das páginas é crítica, pois estão quebradiças, cheias de furos e com manchas. O documento necessita de uma intervenção URGENTE de restauração.
4	Álbum de Recortes de Jornais sobre Redenção (1971);	Armário 1, prateleira 1;	O documento necessita de uma intervenção URGENTE de restauração. Com a necessidade de restauro em algumas páginas amareladas pela ação oxidante das fitas adesivas que prendiam os recortes de jornais.
5	Livro com recortes de jornal e fotografias;	Armário 1, prateleira 1;	O documento necessita de uma intervenção URGENTE de restauração. Com a necessidade de restauro em algumas páginas amareladas pela ação oxidante das fitas adesivas que prendiam os recortes de jornais.

6	Álbum de recortes de jornal da Prefeitura Municipal de Redenção (1968/1969);	Armário 1, prateleira 1;	Com a necessidade de restauro em algumas páginas amareladas pela ação oxidante das fitas adesivas que prendiam os recortes de jornais. O documento necessita de uma intervenção URGENTE de restauração.
7	Álbum de recortes de notícias sobre o município de Redenção (1960/1962);	Armário 1, prateleira 1;	Com a necessidade de restauro em algumas páginas amareladas pela ação oxidante das fitas adesivas que prendiam os recortes de jornais. O documento necessita de uma intervenção URGENTE de restauração.
8	Livro de empenhos e despesas da Prefeitura de Redenção;	Armário 1, prateleira 2;	O documento necessita de uma intervenção URGENTE de restauração. Sua encadernação foi removida, pois estava causando manchas pretas e amareladas e o trincamento das páginas, a mesma era feita com pregos retorcidos em alto estado de oxidação, não possuía brochura e sua capa está comprometida. As condições das páginas é crítica, pois estão quebradiças, cheias de furos e com manchas.
9	Livro de cópias de correspondências do conselho de intendências (1891/1899);	Armário 1, prateleira 3;	O documento necessita de uma intervenção URGENTE de restauração. Sua encadernação está comprometida, sua capa desgastada pelo mofo. As páginas estão trincadas e quebradiças com manchas amareladas.
10	Livro de Termos de Contrato celebrados entre a Câmara	Armário 1, prateleira 3;	O documento necessita de uma intervenção URGENTE de restauração. Sua

	municipal de Acarape e particulares;		encadernação está comprometida, sua capa desgastada pelo mofo. As páginas estão trincadas e quebradiças com manchas amareladas.
11	Livro de Termos de Aforamentos (1892/1903);	Armário 1, prateleira 3;	O documento necessita de uma intervenção URGENTE de restauração. Sua encadernação está comprometida, sua capa desgastada pelo mofo. As páginas estão trincadas e quebradiças com manchas amareladas.
12	Livro de Registro de Títulos de Arrecadação Eleitoral de Acarape 1978;	Armário 1, prateleira 3;	O documento necessita de uma intervenção URGENTE de restauração. Sua encadernação está comprometida, sua capa desgastada pelo mofo. As páginas estão trincadas e quebradiças com manchas amareladas.
13	Manuscrito para cançonetas, monólogos, diálogos etc. Drama;	Armário 1, prateleira 4;	O documento necessita de uma intervenção URGENTE de restauração. Sua encadernação está comprometida, sua capa desgastada e solta. As páginas estão com furos e trincadas, com manchadas e amareladas.
14	Livro de Termo de arrecadação do dízimo das missas de Redenção (1894/1915);	Armário 1, prateleira 3;	O documento necessita de uma intervenção URGENTE de restauração. Sua encadernação está comprometida, sua capa desgastada pelo mofo. As páginas estão trincadas e quebradiças com manchas amareladas.
15	Conjunto de Livros de Atas do século XIX e XX;	Armário 1, prateleira 3;	Após averiguação do documento, foi feita uma intervenção de revestimento

	<p>Composição:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Capa e uma ata referente ao alistamento eleitoral de 1911; 2. Sem capa e se refere a atas de Eleições dos anos de 1882-1900; 3. Sem capa e se refere a atas de alistamento eleitoral do ano de 1909; 		<p>da capa com papel ofício e fita dupla face para melhor manuseio. Os documentos necessitam de encadernação, pois estão com a brochura comprometida se faz necessário ainda à individualização desses documentos por tratarem de uma documentação diferenciada em assunto e período. A condição das páginas é crítica, pois estão quebradiças, trincadas e com manchas. O documento necessita de uma intervenção URGENTE de restauração.</p>
16	<p>Livro de Registro de Títulos de Arrecadação Eleitoral de Acarape 1878;</p>	<p>Armário 1, prateleira 3;</p>	<p>O documento necessita de uma intervenção URGENTE de restauração. O documento necessita de encadernação, pois está com a brochura comprometida. As condições da capa e das páginas é crítica, pois estão quebradiças, cheias de furos, manchas e com ação de mofo.</p>
17	<p>Livro de Atas de Alistamento Eleitoral de Redenção 1895-1897;</p>	<p>Armário 1, prateleira 3;</p>	<p>O documento necessita de uma intervenção URGENTE de restauração com inclusão de uma nova capa, pois sua brochura está comprometida. As condições das páginas são razoáveis, porém, possuem manchas e mofo.</p>
18	<p>Atas da Associação de Senhoras da Caridade da Paróquia de Redenção;</p>	<p>Armário 1, prateleira 3;</p>	<p>O documento necessita de uma intervenção URGENTE de restauração com inclusão de uma nova capa, pois sua brochura está exposta e comprometida. As condições das páginas estão</p>

			razoáveis, com poucas manchas sem furos ou quebras.
19	Livro de Atas de Alistamento Eleitoral de 1905;	Pasta Preta sobre o armário 1;	O documento necessita de uma intervenção URGENTE de restauração. Necessita da inclusão de uma nova capa e brochura, a mesma está exposta e completamente comprometida. As condições das páginas estão críticas, pois estão quebradiças e com partes dispersas dentro do livro, possui furos, manchas e ação de mofo.
20	Atas de Revisão de Alistamento;	Pasta Preta sobre o armário 1;	O documento necessita de uma intervenção URGENTE de restauração. Necessita da inclusão de uma nova capa e brochura, a mesma está exposta e completamente comprometida. As condições das páginas estão críticas, pois estão quebradiças e com partes dispersas dentro do livro, possui fita adesiva juntando partes quebradiças, manchas e ação de mofo.
21	Livro de Termos de Juramento 1874/1878 com uma página de 1905;	Pasta Azul sobre o armário 1;	O documento manuscrito necessita de uma intervenção URGENTE de restauração. Necessita da inclusão de uma nova capa e brochura, a mesma está completamente comprometida. As condições das páginas estão críticas, pois estão quebradiças, manchadas e com ação de mofo.

22	Livro de Juramento de 1880;	Armário 2, prateleira 2;	O documento manuscrito necessita de uma intervenção URGENTE de restauração. Necessita da inclusão de uma nova capa e brochura, a mesma está completamente comprometida. As condições das páginas estão razoáveis, porém, possui manchas e ação de mofo.
23	Atas da Comissão da Povoação de Cala Boca/Redenção (1896-1902);	Armário 2, prateleira 2;	O documento manuscrito necessita de uma intervenção URGENTE de restauração. Necessita da inclusão de uma nova capa e brochura, a mesma está comprometida. As condições das páginas estão críticas, estão quebradiças, manchadas, com furos e ação de mofo.

Fonte: Material elaborado pela autora e demais bolsistas do projeto que está sob a guarda do NUDOC. 2018-2019.

Para Cassares e Moi (2000) a ausência de recursos nas instituições na maioria dos casos corroboram para a não “contratação de profissionais especializados na área, para desenvolver programas de conservação e restauração do acervo” (CASSARES; MOI, 2000, p. 11). Todavia, mesmo diante dessa problemática isso não justifica que no âmbito institucional não se possa realizar “o cuidado preventivo dos documentos – incluindo armazenamento adequado, higienização do ambiente e princípios básicos de intervenção” (CASSARES; MOI, 2000, p. 11).

Assim, ao analisar o quadro acima é possível observar que os documentos apresentam páginas quebradiças, furos, manchas amareladas devido o uso de fita adesiva e cola que já tinha como objetivo fazer pequenos reparos, mas que ao final acabavam acelerando o processo de corrosão dos materiais. É possível se deter ainda as observações realizadas sobre alguns documentos que foram danificados pelo uso de cliques, desgastes de materiais devido a ação do mofo, soltura de páginas, brochuras comprometidas dentre

outros. Torna-se importante frisar que tais constatações se aplicam a uma parcela mínima do arquivo, não necessariamente todo o acervo existente no fundo necessita de ações interventoras de restauro.

Cassares e Moi (2000) explica um elemento importante sobre esse tema que é como essas ações de deterioração por agentes físicos acontecem com o papel-documento e que muitas vezes comprometem a sua existência, conforme destacado abaixo:

O papel, por mais variada que possa ser sua composição, é formado basicamente por fibras de celulose provenientes de diferentes origens. [...] A degradação da celulose ocorre quando agentes nocivos atacam as ligações celulósicas, rompendo-as ou fazendo com que se agreguem a elas novos componentes que, uma vez instalados na molécula, desencadeiam reações químicas que levam ao rompimento das cadeias celulósicas. A acidez e a oxidação são os maiores processos de deterioração química da celulose. Também há os agentes físicos de deterioração, responsáveis pelos danos mecânicos dos documentos. Os mais freqüentes são os insetos, os roedores e o próprio homem (CASSARES; MOI, 2000, p. 13).

Assim, com o objetivo de frear alguns danos e fazer com que os documentos tivessem maior durabilidade a equipe realizou algumas intervenções nos documentos mais danificados, a exemplo do revestimento das capas dos documentos com papel ofício e fita dupla face – por ser menos agressiva para os materiais – e a remoção da encadernação original por estarem causando danos ao material como trincamento nas folhas, manchas pretas e amareladas em suas páginas, conforme apontado no quadro anterior.

Fotografia 11 – Higienização e remoção de fitas dos documentos.



Fonte: Acervo pessoal da autora. 2018.

Segundo Cassares e Moi (2000) os fungos são um dos principais causadores de manchas amareladas nos documentos, pois eles “necessitam de alimento e umidade para sobreviver e proliferar. O alimento provém dos papéis, amidos (colas), couros, pigmentos, tecidos etc.” (CASSARES; MOI, 2000, p. 17), ou seja, além destes fragilizarem o papel, também, “causam manchas de coloração diversas e intensas de difícil remoção” (CASSARES; MOI, 2000, p. 17).

Já na perspectiva de Spinelli, Brandão e França (2011) as manchas nos documentos textuais podem acontecer por diversos motivos seja pelo uso de cola, materiais metálicos como cliques, grampos dentre outros e que afetam a integridade do papel, pois “em determinadas condições de umidade oxidam e geram manchas de ferrugem nos papéis” (SPINELLI; BRANDÃO; FRANÇA, 2011, p. 10). Assim, durante o manuseio com as fontes existentes no arquivo de Ladeísse nos deparamos com diversos motivos que corroboraram para o desgaste dos arquivos que foram mapeados acima.

Outro elemento importante para registrar o estado de conservação dos documentos foi através da criação de um inventário. Conforme os documentos iam sendo manuseados, identificados, organizados e descritos estes eram registrados com a localização dos armários, título, ano, quantidade, acondicionamento, localização de origem e o estado de conservação, conforme a imagem abaixo.

Quadro 6 – Inventário e localização dos documentos do “Armário 1”.

TIPO	Livro de Atas de Eleições da Villa de Acarape
ANO	1881 a 1889
QUANTIDADE	1
ACONDICIONAMENTO	Pasta Vermelha
LOCALIZAÇÃO	Em cima do Armário 1
LOCALIZAÇÃO DE ORIGEM	Pastas
ESTADO DE CONSERVAÇÃO	Bom

TIPO	Álbum de recortes de jornais sobre Redenção da PMR
ANO	1968-69
QUANTIDADE	1 documento com 302 páginas

ACONDICIONAMENTO	Embalagem de papel
LOCALIZAÇÃO	Armário 1/ Prateleira 1
LOCALIZAÇÃO DE ORIGEM	
ESTADO DE CONSERVAÇÃO	Razoável

TIPO	Livro de Prefeitura com recortes de jornais e revistas
ANO	Ano desconhecido
QUANTIDADE	1 com 57 páginas
ACONDICIONAMENTO	Embalagem de papel
LOCALIZAÇÃO	Armário 1/ Prateleira 1
LOCALIZAÇÃO DE ORIGEM	
ESTADO DE CONSERVAÇÃO	Razoável

Fonte: Equipe NUDOC/Unilab.

Desse modo, é possível inferir que diante dos registros dos materiais salvuardados no fundo estes, em sua grande parte, possuem estado de conservação regular e propício para o manuseio de pesquisas.

3.3 O QUE MOSTRAM OS ARQUIVOS? TEMÁTICAS TRANSVERSAIS

No processo de análise dos documentos que constituem o Fundo Documental da Sra. Ladeísse é possível perceber que as temáticas que ganham maior destaque, ou seja, que aparecem de forma mais recorrente, são sobre política e abolição. Percebe-se uma preocupação em salvuardar esses materiais que são fontes de pesquisas importantíssimas acerca dos principais momentos políticos que marcaram a história dos municípios de Acarape e Redenção.

Um exemplo disso é a contratação de “*Serviços de Recortes*” que aparentemente parecia ser algo comum naquele período onde se tinha todo um trabalho em que o profissional desse serviço precisava desenvolver, acompanhar e arquivar as principais notícias que saiam nos jornais da época e que fossem relacionadas ao tema que lhe foi solicitado, como é o caso do

dossiê de recortes da prefeitura de Redenção (1968), que focava nas principais obras e serviços que a gestão do prefeito José Alberto realizava. Dentre estas, destaca-se episódios como a inauguração do serviço telefônico da cidade de Redenção, instalação de energia elétrica no Distrito de Antonio Diogo, inauguração de obras, prestação de contas e demais serviços que eram oferecidos à comunidade. As colagens que formam esse material foram extraídas dos principais jornais da época, entre eles: *O povo*, *Gazeta de Notícias*, *Correio do Ceará* e o *Jornal Unitário*.

Outros livros com recortes foram construídos na mesma perspectiva, a exemplo do “*Álbum de recortes de notícias de Redenção (1960-1962)*” que apresenta informações sobre o município e demais temas como mortalidade infantil, cursos de aperfeiçoamento, condições das estradas de Fortaleza à Redenção e festejos de Santa Rita, sendo esses os materiais que detêm grande parte dos recortes de notícias neste livro.

Um dos elementos interessantes encontrados em um dos livros de recortes, mas precisamente o “*Livro com recortes de jornal e fotografias sobre Redenção*”, faz referência ao fato de Ladeísse ter se destacado no processo de organização dos festejos do centenário da abolição e que pode ser comprovado e consultado através do “*Livro de Atas do centenário da abolição*” – salvaguardados no fundo. Neste último, registra-se que a Ladeísse esteve presente em quatro comissões que foram criadas para que houvesse a realização do evento, quais sejam: a) Comissão de organização, b) Comissão de finanças, c) Comissão de ornamentação e d) Comissão de recepção.

Além disso, é possível constatar nos principais veículos de informação da época noticiários sobre a paralisação das atividades em Redenção para que as pessoas pudessem prestigiar tal festividade do centenário. Logo a seguir, destacamos algumas fotografias sobre a abertura do evento e que foi registrado pelo jornal *O Povo*.

Fotografia 12 – Alunas das redes de ensino de Redenção representavam escravizadas africanas.



Fonte: Jornal *O povo*. 1982. NUDOC/Unilab.

Como pode ser observado, a imagem acima compõe um dos registros que foram extraídos pelo referido jornal e que fazem alusão à comemoração dos festejos do centenário da abolição no município, concomitantemente a isso, procurou-se festejar os 94 anos da abolição da escravatura no Brasil. Na imagem aparecem estudantes da rede de ensino do município, pintadas de preto – conforme é destacado pelo jornal – fazendo referência às populações africanas que foram escravizadas. O desfile aconteceu em 13 de maio de 1982, data histórica que representa o fim da escravatura no Brasil após a assinatura da Lei Áurea de 1888. O jornal *Diário do Nordeste*, também realizou registros fotográficos sobre esse momento que vai desde as origens do município de Redenção às homenagens feita à D. Pedro II e a Princesa Isabel.

Fotografia 13 – A representação do recebimento dos 15 mil réis para a libertação dos escravizados.



Fonte: Jornal *Diário do Nordeste*. 1982. NUDOC/Unilab.

Fotografia 14 – Representação do engenho, moendo cana de açúcar e distribuindo caldo.



Fonte: Jornal Diário do Nordeste. 1982. NUDOC/Unilab.

Torna-se importante frisar que nesse mesmo material tem anexado uma colagem de uma página do jornal *O Povo*, 1982, reportagem de Oswald Barroso, em que aparece uma notícia acompanhada de uma fotografia de Ladeísse exercendo suas atividades diárias enquanto Secretária de Finanças. Naquela ocasião é enfatizado pelo jornal que Ladeísse estava coordenando as comemorações do centenário da abolição da escravatura e durante suas pesquisas sobre a história do município ela ressaltou fatos importantes sobre a trajetória histórica da cidade e que também era de interesse do jornal e, por isso, se fez necessária à realização de uma entrevista com a interlocutora.

Fotografia 15 – Ladeísse Silveira em entrevista ao jornal *O Povo*



Fonte: NUDOC – *O Povo* (1982)

Neste bojo, é possível visualizar no arquivo de Ladeísse vários textos históricos datilografados que enfatizam as origens de constituição do município de Redenção. Outros, por sua vez, reassaltam as datas comemorativas da cidade, recortes e noticiários que apresentam os principais monumentos históricos e a trajetória do abolicionismo no município. Existem também documentos com a criação de leis como é o caso da Lei nº 410 que descreve a criação de um novo quadro de funcionários do município de Redenção e demais províncias.

Esse material constitui a criação e a publicização de uma nova estrutura do quadro de funcionários e suas nomenclaturas, a exemplo da composição de cargos efetivos, sistema de gratificações, cargos para o magistério e auxiliares de ensino, regras para a ocupação de cargos públicos em concursos e a contratação de pessoas a depender do orçamento existente. Todavia, é possível observar na capa do material uma observação escrita à caneta por Ladeísse em que a mesma realizou a identificação do seu nome completo e ressaltou que é um documento de “uso próprio”, talvez por está atrelado a um material de possíveis consultas no âmbito da realização de suas atividades como “Secretária de Finanças”.

No tocante a transversalidade de assuntos existente nos arquivos de Ladeísse, especialmente no que diz respeito à temática política, essa se deve muito aos livros de atas que registram momentos importantes sobre a instalação de mesas eleitorais do município de Acarape. Contudo, exige-se um esforço e dedicação no processo de transcrição desses materiais com vistas a compreender melhor a historicidade e o contexto que deu origem ao documento. Em alguns casos a fragilidade das páginas gerou certa insegurança com o manuseio, conforme fotografia abaixo.

Fotografia16 – Leitura e transcrição do Livro de Atas de 1881.



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.

O documento trata de uma assembleia que foi constituída para a criação da mesa eleitoral e dos protocolos para a eleição a deputado da Assembleia Geral Legislativa. Para isso, entende-se que foi entregue aos eleitores um documento em branco para fins de registro do voto e que aparece na ata com o nome de “cédula” que foi depositada em urna. Após o termino da votação, a urna foi aberta contabilizando 92 votos. Alguns eleitores não compareceram ao local e outros não puderam votar em decorrência da não apresentação do título de sua qualificação. Desse modo, é nítido que ao analisar os arquivos de Ladeísse a temática sobre política e abolição anda em vias de mão dupla, revelando os elementos sobre o qual seu esforço em documentar essa trajetória de constituição do município de Redenção se assenta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento desta dissertação manteve seu foco sobre o processo de constituição, transformação e os desafios diante do tratamento, organização e preservação do Fundo Documental Ladeísse Silveira, salvaguardado no âmbito do Núcleo de Documental Cultural – que a homenageia – da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). Como subsídios para o desencadeamento deste estudo nos debruçamos sobre os aspectos mais centrais que envolvem a discussão teórica acerca dos conceitos-chave abordados na pesquisa, como arquivos pessoais, fundo documental entre outros e que sustentaram a abordagem efetuada no que diz respeito aos arquivos pessoais de Ladeísse Silveira.

Como foi possível observar em sua própria trajetória, Ladeísse manteve um esforço que durou décadas no sentido de assegurar, pelo menos do ponto de vista (para ela) histórico-documental, o reconhecimento do município de Redenção como o pioneiro no Brasil ao abolir a escravidão. Neste sentido, o conjunto de arquivos que neste íterim foram sendo colecionados corrobora para a compreensão desse aspecto, assim como a manutenção da história de Redenção em diferentes ângulos, dentre os quais o político. No entanto, a temática da escravidão aliada à política não são equidistantes da sua trajetória, tendo em vista que seu avô e também seu pai marcaram presença nítida no processo de constituição do cenário legislativo em Redenção, ainda em seus primórdios. Esse fato, concomitantemente a sua atuação profissional na esfera da prefeitura municipal, lhe rendeu acesso a dados pertinentes sobre a esfera pública.

Já a escravidão, também é um ponto perceptível ao analisar sua trajetória familiar, tendo em vista que em entrevista ao *Diário do Nordeste* em 2006, afirmou que um escravizado de nome “Preto Almino” morava com a família e que este era filho de escravizados libertos e que então trabalhava com seu avô, Honorato. Não se evidencia de fato o teor das relações construídas com Preto Almino, tampouco como este veio a fazer parte da sua família. O fato é que escravidão, abolição e política, estão intrinsecamente relacionadas.

A partir da percepção da família de Ladeísse Silveira podemos inferir que ela sempre se manteve focada na preservação dos documentos ligados à

história e política do município, no intuito de reforçar os aspectos históricos que fazem a trajetória de Redenção distinta dos demais municípios da região e do país.

Os vários anos que levaram à constituição dos arquivos pessoais de Ladeísse Silveira revelam as inúmeras possibilidades de classificação e tipologias documentais. Isso mostra, por um lado, os desafios que se mostram no seu processo de organização e absorção pela própria Unilab. Uma questão que se evidencia é que todo o pleito de tratamento, organização e preservação do fundo documental foi realizado por docentes e discentes não formados diretamente na área da arquivística. Isso denota, portanto, o fato de que algumas das lacunas encontradas no tratamento outrora dado e de caráter mais apurado sobre essa questão criou algumas necessidades de revisão e até mesmo de (re)organização, visando atender um de seus objetivos mais básicos, portanto, a disponibilização ao público como ferramenta de pesquisa.

Como já foi dito, esse fundo reverbera as bases que sustentam a construção da própria Unilab em Redenção, especialmente do ponto de vista mais histórico e das motivações que a criaram. No entanto, torna-se nítido que há pouco investimento ou até mesmo colaboração mais direta com a manutenção do fundo documental. Estes arquivos, desde que foram doados pela família e salvaguardados pela Unilab, têm sido mantidos em condições mínimas e até insatisfatórias quanto aos equipamentos disponíveis, já que foram acondicionados no gabinete de trabalho do professor que realiza os projetos de pesquisa e organização. Aquele que se posiciona, portanto, com maior afinco quando a questão é o fundo documental e só recentemente, diga-se, na conclusão dessa pesquisa, ganhou um novo espaço.

Logo, o pleito de constituição dos arquivos particulares e sua transformação em acervo público são permeados por desafios que, em muitas vezes, estão ligados ao fato do seu não reconhecimento e potencial histórico e social para a pesquisa e fortalecimento dos múltiplos aspectos que este aponta no contexto em que se insere. Assim, as impressões mais pontuais quanto a estes aspectos dizem respeito à forma como o fundo documental não estaria intimamente ligado à estrutura da própria Unilab, dando a impressão de estar alheio e vinculado a um número particular de interessados.

Assim, feitas essas considerações, concluímos que há um largo caminho

a ser trilhado no sentido de efetivar as razões da criação do fundo documental. Ao mesmo tempo, é pertinente destacar que sua organização, apesar de todo o empenho já efetivado, ainda está em curso, o que possibilita revisões em pontos já realizados, como as catalogações, de forma a possibilitar mudanças substanciais para a sua efetiva concretização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABELLAS, J. B. Y. Arquivos pessoais, saberes coletivos: a organização da documentação pessoal e pública de cientistas – o caso Hussak. In: MELLO E SILVA, M. C. S. de; SANTOS, P. R. E. dos (orgs.). **Arquivos pessoais: história, preservação e memória da ciência** Rio de Janeiro: AAB, 2012. p.75-88.

ALBERTI, Verena. **“O que documento a história oral? Possibilidades para além da construção do passado”**. Rio de Janeiro: CPDOC, 1996.

ALENCASTRO, L.F. África, números do tráfico atlântico. In: Lilia M. Schwarcz e Flávio Gomes, **Dicionário da Escravidão e Liberdade**, Companhia das Letras, São Paulo, 2018, pp. 57-63.

ARAGÃO, Raimundo Batista. **História do Ceará**. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1987.

ARARIPE, Tristão de Alencar. **Discurso histórico do Conselheiro Tristão de Alencar Araripe na grande festa da Sociedade Cearense Abolicionista no Rio de Janeiro**. Fortaleza: Typ. do Libertador, 1884.

ARTIÈRES, Philippe. **Arquivar a própria vida**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 9-34, 1998.

BARROS, José D.'Assunção. **Fontes históricas: olhares sobre um caminho percorrido e perspectivas sobre os novos tempos**. Albuquerque: revista de história, v. 2, n. 3, 2010.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 320p.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicional: debate com Terry Cook**. Revista Estudos Históricos, v. 11, n. 21, 1998, pp. 201-207.

BEZERRA, Analúcia Sulina. **A confraria de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Quixeramobim (Ceará - Brasil): identidades e sociabilidades**. (2009). 323f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza-CE, 2009.

BHATTACHARYA, Sabyasachi. **Archiving the British Raj: History of the Archival Policy of the Government of India, with Selected Documents, 1858-**

1947. Nova Déli: Oxford University Press, 2019. 227 p.

BITTENCOURT, Julio Cesar. **História, Arquivo e Memória**. Uma reflexão sobre a pesquisa histórica e a prática arquivística na contemporaneidade. Oficina do Historiador, p. 906-918, 2014.

BLOUIN Jr., Francis X.; ROSENBERG, William G. (ed.). **Archives, Documentation, and Institutions of Social Memory: Essays from the Sawyer Seminar**. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2007. 512 p.

BORGES, Vavy Pacheco. **Grandeza e misérias da biografia**. In: PINSKY, Carla Bessanezi (Org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005, p. 203-234.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**. Ensaios de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica**. In: FERREIRA, Marieta M.; AMADO, Janaina. Lisos e abusos da História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 1986.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Nobrade**: norma brasileira de descrição arquivística. Conselho nacional de arquivos, 2006.

_____. **Lei nº. 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, 9 de janeiro de 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L8159.htm>. Acesso em 22 abril de 2020.

BURTON, Antoinette (ed.). **Archive Stories: Facts, Fictions, and the Writing of History**. Durham e Londres: Duke University Press, 2005. 408 p.

CAMARGO, Ana Maria Almeida de. **Arquivos pessoais são arquivos**. Revista do Arquivo Público Mineiro, vol. 45, jul.-dez. 2009, p. 28-39.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. **Arquivos privados** : abordagens plurais / organização José Francisco Guelfi Campos ; Associação de Arquivistas de São Paulo. -- São Paulo: ARQ-SP, 2016. 86p.

CAXILÉ, C.R.V, et al. **Africanos e afrodescendentes**: espaço de cultura, resistência e sociabilidade. Fortaleza: Edições UFC, 2014.

_____. **Abolição na Província do Ceará**: a sociedade cearense libertadora e seus ideais. Espaço Plural [on-line]. 2006, VII(14), 28-31. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=445944357008>

COOK, Terry. **Arquivos pessoais e arquivos institucionais**: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. Revista Estudos Históricos, v. 11, n. 21, 1998, pp. 129-149.

COOK, Terry. **The Archive(s) is a Foreign Country**: Historians, Archivists, and the Changing Archival Landscape. The Canadian Historical Review, volume 90, no. 3, set. 2009, p. 497-534.

DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo**: uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. 130 p.

DIRKS, Nicholas B. **Autobiography of an Archive**: A Scholar's Passage to India. Columbia: Columbia University Press, 2015. 400 p.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. 120 p.

FARIAS, Airton de. **História do Ceará**: dos índios à geração Cambeba. Fortaleza: Tropical, 1997.

FARIAS, Joanna Cavalcante Pinheiro. **Cadê o preto que estava aqui?** presença e alocação de escravizados em vila de Acarape e Baturité (1870-1884). 2018. 99 p. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociobiodiversidade e Tecnologias sustentáveis (MASTS), Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Redenção, 2018.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. 236 p.

FRAIZ, Priscila. **A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais**: o arquivo de Gustavo Capanema. Revista Estudos Históricos, v. 11, n. 21, p. 59-87, 1998.

FUNES, Eurípedes A.; RODRIGUES, Eylo Fagner Silva; RIBARD, Franck (Orgs.). **Histórias de Negros no Ceará** - Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

GABARRA, Larissa. **Monumentos de cativo são circo de horrores para a consciência negra**. Ceará Crioulo. Disponível em: <https://cearacriolo.com.br/monumentos-de-cativo-sao-circo-de-horrores-para->

[a-consciencia-negra/](#) . Acesso 15 abr.2022.

GARCIA, Maria Madalena Arruda de Moura Machado. **Os documentos pessoais no espaço público**. In: Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.11, nº 21, 1998, pp. 175-187.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIRÃO, Raimundo. **A Abolição no Ceará**. 3º Edição, Fortaleza/Ceará: Secretaria de Cultura e Desporto, 1984.

GOMES, Angela de Castro. **Nas malhas do feitiço**: o historiador e os encantos dos arquivos privados. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998, pp. 121-127.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Vértice Editora, São Paulo-SP, 2003.

HEYMANN, Luciana Quillet. **Indivíduo, memória e resíduo histórico**: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. Revista Estudos Históricos, v. 10, n. 19, 1997, pp. 41-66.

IUMATTI, Paulo Teixeira; NICODEMO, Thiago Lima. **Arquivos pessoais e a escrita da história no Brasil**: um balanço crítico. Revista Brasileira de História, São Paulo, vol. 38, no. 78, 2018.

JESUS, Carolina Maria de, 1914-1977 **Quarto de despejo**: diário de uma favelada / Carolina Maria de Jesus ; ilustração Vinicius Rossignol Felipe. – 10. ed. – São Paulo : Ática, 2014.

KETELAAR, Eric. **Muniments and monuments**: the dawn of archives as cultural patrimony. Archival Science, 2007, n. 7, p. 343-357.

LOVISOLO, Hugo. **A memória e a formação dos homens**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 16-28, 1989.

MILES, Tshombe L. **A luta contra a escravatura e o racismo no Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2011.

MURGUIA, Eduardo Ismael; REGISTRO, Tânia Cristina. **O arranjo arquivístico como escrita**: uma reflexão sobre a narrativa em imagens a partir do Fundo Pedro Miranda no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto. Transinformação, vol. 18 no. 1 Campinas Jan./Apr. 2006.

NESMITH, Tom. **Seeing Archives**: Postmodernism and the Changing Intellectual Place of Archives. *The American Archivist*, vol. 65, no. 1, 2002, p. 24-41.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. *Projeto história: História e Cultura*, São Paulo, n. 10, 1993.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. **Descrição e pesquisa**: Reflexões em torno dos arquivos pessoais. – Rio de Janeiro: Móbile, 2012. 171p.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo**: teoria e prática. – 3. Ed. rev. ampl. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. 228p.

PEDRÃO, G. B. **O Arquivo Zeferino Vaz**: Um lugar de construção da memória da Unicamp. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília/SP, 2013.

PERROT, Michele. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: Edusc, 2005.

PROCHASSON, Christophe. **Atenção: verdade!** Arquivos privados e renovação das práticas historiográficas. *Revista Estudos Históricos*, v. 11, n. 21, 1998, p. 105-119.

RATTS, Alex. **Traços étnicos**: espacialidades e culturas negras e indígenas. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2009. v. 1. 140p.

RODRIGUES, Eylo Fagner Silva. **Liberdade ainda que precária**: tornando-se livre nos meandros das leis, Ceará (1868-1884). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

SAMUEL, Raphael. **Theatres of memory**: past and present in contemporary culture. Londres: Verso, 1994. 479 p.

SANTOS, Cibele Araújo Camargo Marques dos; LUZ, Charley dos Santos; AGUIAR, Francisco Lopes. **Introdução à organização de arquivos**: conceitos arquivísticos para bibliotecários. 2016.

SANTOS, P. R. E. **Arquivo pessoal, ciência e saúde pública**: o arquivo Rostan Soares entre o laboratório, o campo e o gabinete. In: SILVA, M. C. S. M.

SANTOS, P. R. E; (Org.) **Arquivos pessoais**: história, preservação e memória da ciência. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivos Brasileiros, 2012. pp. 21-50.

SILVA, Ester Araújo da. et al. **Arquivo, História e Memória**: uma análise documental do acervo público e particular – Ladeísse Silveira. Anais da V Semana Universitária da UNILAB, 2018. Disponível em: < <http://semanauniversitaria.unilab.edu.br/anais-2018/> > Acesso em: 02 jul. 2020.

SILVA, Ester Araújo Lima da; LEAL, Leonardo da Silva; ALMEIDA, Willian Franco de. **História, Memória e Abolição**: a construção histórica do município de Redenção/CE nos arquivos particulares de Ladeísse Silveira. In: XVI Encontro Estadual de História do Ceará História Pública e Democracia. Fortaleza: Anpuh, 2018. p. 177 - 186. Disponível em: http://uece.br/eventos/eehc2018/anais/trabalhos_encontro_estadual_de_historia_do_ceara.pdf. Acesso em: 24 jul. 2018.

SILVA, Ester Araújo Lima da; SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos. Arquivos pessoais e universidades: a experiência de constituição do fundo documental Ladeísse Silveira na Unilab/CE. In: Rosângela de Jesus Silva; Endrica Geraldo. (Org.). **Histórias transnacionais: o Sul global em perspectiva**. 1ed. Naviraí, MS: Aranduká, 2021, v. 1, p. 75-93.

SILVA, Francisco Rodrigues da. **Redenção** - Palco dos primeiros abolicionistas do Brasil, Berço da Educadora dos redencionistas - Maria Helena Russo. 2004. Sobral: Ed. Uva. 138 p.

SILVA, M. C. S. M. E.; SANTOS, P.R.E (Org.). **Arquivos pessoais**: história, preservação e memória da ciência. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2012. 192p.

SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. **História da escravidão no Ceará**: das origens à extinção. 2. Ed. – Fortaleza: Instituto do Ceará, 312 p.

SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da. **Manual de digitalização de acervos**: textos, mapas e imagens fixas / Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva. - Salvador : EDUFBA, 2005. 56 p.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti; ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. **Mulheres, arquivos e memórias**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 71, p. 19-27, dez. 2018.

SOBRINHO, José Hilário Ferreira et al. **Descobrimo e construindo Redenção**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2011.

SOBRINHO, José Hilário Ferreira. **Catirina, minha nêga tão querendo te vende**. Escravidão, tráfico e negócios no Ceará do século XIX. Fortaleza: Secult, 2011.

SOIHET, Rachel. **História das Mulheres**. In: Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas. (Org.). Domínios da História - Ensaios de Teoria e Metodologia. 1a.ed.Rio de Janeiro: Campus, 1997, v. , p. 275-311.

SOUZA, Simone (Org.) **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

STOLER, Ann Laura. **Along the Archival Grain: Epistemic Anxieties and Colonial Common Sense**. Princeton: Princeton University Press, 2009. 314 p.

WALSHAM, Alexandra. **The Social History of the Archive: Record-Keeping in Early Modern Europe**. Past & Present, vol. 230, supl. 11, 2016, p. 9-48.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

YALE, Elizabeth. **The History of the Archives: The State of the Discipline**. Book History, vol. 18, 2015, p. 332-359.

OUTRAS FONTES

PROFESSORA resgata fatos inéditos sobre a abolição na cidade. Diário do Nordeste, Fortaleza, 07 maio 2006. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/professora-resgata-fatos-ineditos-sobre-a-abolicao-na-cidade-1.285640>. Acesso em: 15 mar. 2020.

SILVEIRA, Neísse. Trajetória de vida – Ladeísse Silveira. [set. 2018]. Entrevista. Redenção, 2018. 1 arquivo .mp3 (80 min.)

SOUZA, Robério Américo do Carmo. Doação do acervo de Ladeísse e criação do NUDOC. [out.2020]. Entrevista. Horizonte, 2020. 1 arquivo . mp3 (60 min.)

ANEXOS

ANEXO A - RESOLUÇÃO N° 56/2018/CONSUNI – Dispõe sobre a criação e aprovação do regimento interno do órgão complementar, vinculado ao Instituto de Humanidades, denominado NUDOC – Núcleo de Documentação Cultural Ladeísse Silveira



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA –
UNILAB

RESOLUÇÃO N° 56/2018/CONSUNI, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2018.

Dispõe sobre a criação e aprovação do regimento interno do órgão complementar, vinculado ao Instituto de Humanidades, denominado NUDOC – Núcleo de Documentação Cultural Ladeísse Silveira.

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, em sessão ordinária de 13 de dezembro de 2018, considerando o processo de nº 23282.003702/2018-11,

RESOLVE:

Art. 1° Aprovar, nos termos da documentação apresentada, a criação e o regimento interno do órgão complementar, vinculado ao Instituto de Humanidades, denominado NUDOC – Núcleo de Documentação Cultural Ladeísse Silveira, na forma do anexo, parte integrante desta Resolução.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Profa. Andrea Gomes Linard
Vice-Reitora no exercício da presidência do Conselho Universitário

ANEXO B – Anexo da resolução nº 56-2018 – Regimento Interno NUDOC



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA –
UNILAB

Regimento Interno do Núcleo de Documentação Cultural Ladeísse Silveira NUDOC – IH – UNILAB

CAPÍTULO I DO NÚCLEO E DOS SEUS OBJETIVOS

Art. 1º O Núcleo de Documentação Cultural Ladeísse Silveira (NUDOC) é um órgão complementar interdisciplinar de apoio à pesquisa do Instituto de Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (IH/UNILAB), que tem como objetivos atuar na preservação, investigação e promoção da memória e da cultura, por meio da produção, guarda, conservação e disponibilização de fontes, textuais, iconográficas, auditivas e audiovisuais, para pesquisadores do IH/UNILAB, na forma do que preconizam o Estatuto e do Regimento Geral da UNILAB.

Art. 2º O NUDOC é disciplinado pelo Estatuto e Regimento Geral da UNILAB, pelo presente Regimento Interno e pelas normas complementares que forem baixadas pelos Órgãos Deliberativos da Administração Superior e, na esfera de sua competência, pelas Resoluções do Conselho do Instituto de Humanidades.

Art. 3º Para a realização de seus objetivos, o NUDOC deverá cumprir política de pesquisa, de preservação e promoção da memória e da cultura na forma prevista no Estatuto, no Regimento Geral da UNILAB, no Regimento Interno do IH sob a orientação do Conselho do IH, e sob a supervisão da sua Coordenação.

Parágrafo único: Para a consecução dos seus objetivos o NUDOC promoverá permanente acompanhamento das ações e atividades a ele ligadas e planejamento de políticas para suas promoção e divulgação.

Art.4º O NUDOC possui a seguinte composição:

- I – Conselho Gestor;
- II - Direção;
- III – Setor de História Oral;
- IV - Setor de Audiovisual;
- V - Setor de Documentação;
- VI- Rol de pesquisadores colaboradores.

Art. 5º O NUDOC, em acordo com o que preconizam o Estatuto e o Regimento Geral da UNILAB, poderá propor a celebração de acordos com entidades nacionais e estrangeiras que



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA –
UNILAB

concorram para implementação ou aperfeiçoamento de ações e práticas pertinentes às funções e objetivos estabelecidos neste regimento.

CAPÍTULO II
DOS COMPONENTES DO NÚCLEO
SEÇÃO I
DO CONSELHO GESTOR

Art. 6º Conforme definido no Art. 97 do Estatuto UNILAB, o NUDOC será dirigido por um Conselho Gestor.

Art. 7º O Conselho Gestor do NUDOC será formado composto por 5 docentes dentre aqueles que compõe o seu rol de pesquisadores colaboradores, sendo o Diretor e o Vice-Diretor seus membros natos.

§ 1º Os membros do Conselho Gestor serão designados pelo rol de pesquisadores colaboradores ad núcleo e chancelados pelo Conselho de Unidade Acadêmica do Instituto de Humanidades.

§ 2º Os membros do Conselho Gestor terão mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução.

SEÇÃO II
DA DIREÇÃO DO NÚCLEO

Art. 8º A Direção é a unidade executiva e administrativa do NUDOC, responsável pela coordenação, superintendência e fiscalização das atividades de responsabilidade do núcleo.

Parágrafo único: A Direção do NUDOC é composta de Diretor e Vice-diretor.

Art. 9º Somente poderão ser titulares dos cargos de diretor e vice-diretor aqueles que possuam as seguintes condições e atributos:

- a) ser doutor;
- b) ser professor efetivo com regime de trabalho de dedicação exclusiva;
- c) ser integrante do quadro de pessoal docente do Instituto de Humanidades;
- d) não possuir impedimentos normativos ou legais previstos nos instrumentos normativos da UNILAB, ou na legislação brasileira;
- e) sem membro efetivo do Rol de Pesquisadores Colaboradores do NUDOC.

Art. 10. O tempo de mandato do Diretor e do Vice-Diretor é de 2 (dois) anos.

Parágrafo único: Diretor e Vice-Diretor poderão ser reconduzidos aos cargos apenas uma vez consecutivamente e tantas vezes quantas forem em intervalos de 2 (dois) anos do seu último mandato.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA –
UNILAB

Art. 11. A administração e supervisão do NUDOC caberão ao seu Diretor.

§ 1º em suas faltas e impedimentos o diretor será substituído pelo Vice-Diretor do núcleo.

§ 2º em caso de vacância do cargo por renúncia, destituição, desligamento do quadro de docentes do IH, ou morte do diretor, ele será substituído pelo vice-diretor, que deverá convocar o Conselho Gestor para indicação de um novo diretor no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Art. 12º A escolha do Diretor e do Vice-Diretor caberá à Direção do Instituto de Humanidades, dentre aqueles que comporem a lista tríplice formulada pelo Conselho Gestor do NUDOC.

SEÇÃO III
DO SETOR DE HISTÓRIA ORAL

Art. 13. O Setor de História Oral tem a função de promover e amparar ações de pesquisa que envolvam o recurso à metodologia da história oral, por meio de recursos humanos, técnico e tecnológicos e de capacitação técnica e metodológica.

Art. 14. O Setor de História Oral será dirigido por um servidor técnico-administrativo em educação, preferencialmente com formação superior, com as seguintes atribuições:

- I – executar as atividades pertinentes aos serviços técnico-administrativos do NUDOC;
- II – organizar, conservar e gerenciar os equipamentos do NUDOC postos sobre a responsabilidades do Setor de História Oral;
- III – organizar, conservar e providenciar o arquivamento dos documentos do Setor de História Oral;
- IV – providenciar o encaminhamento de expedientes e adotar medidas urgentes, necessárias à continuidade dos serviços do Setor de História Oral;
- V – apoiar a realização de ações de pesquisa vinculadas ao NUDOC, que envolvam o emprego da metodologia de História Oral;
- VI – promover, conjuntamente com os demais servidores do núcleo, a divulgação de publicações, eventos e calendários de atividades NUDOC;
- VII – conjuntamente com os demais servidores do núcleo encaminhar, acompanhar e informar a tramitação dos documentos e processos do NUDOC;
- VII – proceder, anualmente, conjuntamente com os demais servidores do núcleo, o inventário dos bens patrimoniais no NUDOC;
- IX – auxiliar o Coordenador do NUDOC na elaboração do relatório anual do núcleo para ser submetido à apreciação do Conselho de Unidade Acadêmica;
- X – cumprir outras atividades compatíveis com suas atribuições, que lhe forem cometidas pela Coordenação do NUDOC.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA –
UNILAB

SEÇÃO IV DO AUDIOVISUAL

Art. 15. Setor de Audiovisual tem a função de promover e amparar ações de pesquisa que envolvam o recurso à produção audiovisual, por meio de recursos humanos, técnico e tecnológicos e de capacitação técnica e metodológica.

Art. 16. O Setor de Audiovisual será dirigido por um servidor técnico-administrativo em educação, preferencialmente com formação superior, com as seguintes atribuições:

- I – executar as atividades pertinentes aos serviços técnico-administrativos do NUDOC;
- II – organizar, conservar e gerenciar os equipamentos do NUDOC postos sobre a responsabilidades do Setor de Audiovisual;
- III – organizar, conservar e providenciar o arquivamento dos documentos do Setor de Audiovisual;
- IV – providenciar o encaminhamento de expedientes e adotar medidas urgentes, necessárias à continuidade dos serviços do Setor de Audiovisual;
- V – apoiar a realização de ações de pesquisa vinculadas ao NUDOC, que envolvam o emprego da metodologia de Audiovisual;
- VI – promover, conjuntamente com os demais servidores do núcleo, a divulgação de publicações, eventos e calendários de atividades NUDOC;
- VII – conjuntamente com os demais servidores do núcleo encaminhar, acompanhar e informar a tramitação dos documentos e processos do NUDOC;
- VII – proceder, anualmente, conjuntamente com os demais servidores do núcleo, o inventário dos bens patrimoniais no NUDOC;
- IX – auxiliar o Coordenador do NUDOC na elaboração do relatório anual do núcleo para ser submetido à apreciação do Conselho de Unidade Acadêmica;
- X – cumprir outras atividades compatíveis com suas atribuições, que lhe forem cometidas pela Coordenação do NUDOC.

SEÇÃO V DO SETOR DE DOCUMENTAÇÃO

Art. 17. O Setor de Documentação: objetiva organizar, preservar e conservar o acervo documental doado, adquirido ou produzido pelo NUDOC, constituído por arquivos dos projetos de história oral, acervos áudio-visuais, iconográfico, hemerográfico e bibliográfico.

Art. 18. O Setor de Documentação será dirigido por um servidor técnico-administrativo em educação, preferencialmente com formação superior, com as seguintes atribuições:

- I – executar as atividades pertinentes aos serviços técnico-administrativos do NUDOC;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA –
UNILAB

- II – organizar, conservar e gerenciar os equipamentos do NUDOC postos sobre a responsabilidades do Setor de Documentação;
- III –organizar, conservar e providenciar o arquivamento dos documentos do Setor de Documentação;
- IV – providenciar o encaminhamento de expedientes e adotar medidas urgentes, necessárias à continuidade dos serviços do Setor de Documentação;
- V – apoiar a realização de ações de pesquisa vinculadas ao NUDOC, que envolvam o emprego da metodologia de pesquisa documental;
- VI – promover, conjuntamente com os demais servidores do núcleo, a divulgação de publicações, eventos e calendários de atividades NUDOC;
- VII – conjuntamente com os demais servidores do núcleo encaminhar, acompanhar e informar a tramitação dos documentos e processos do NUDOC;
- VII – proceder, anualmente, conjuntamente com os demais servidores do núcleo, o inventário dos bens patrimoniais no NUDOC;
- IX – auxiliar o Coordenador do NUDOC na elaboração do relatório anual do núcleo para ser submetido à apreciação do Conselho de Unidade Acadêmica;
- X – cumprir outras atividades compatíveis com suas atribuições, que lhe forem cometidas pela Coordenação do NUDOC.

SEÇÃO VI
DO ROL DE PESQUISADORES COLABORADORES

Art. 19. O Rol de Pesquisadores Colaboradores do NUDOC é formado por professores pesquisadores da UNILAB que desenvolvam pesquisas temática e metodologicamente relacionadas às áreas de atuação do núcleo e que a ele voluntariamente se filiem.

§ 1º Os membros do Rol de Pesquisadores Colaboradores terão acesso às instalações e equipamentos do NUDOC com vistas à qualificação e aperfeiçoamento suas ações de pesquisa;

§ 2º Os membros do Rol de Pesquisadores Colaboradores se comprometem a doar, em caráter terminal e definitivo, após a conclusão dos seus estudos, o material auditivo e audiovisual produzido durante suas ações de pesquisa;

§ 1º Os membros dos Rol de Pesquisadores Colaboradores poderão apresentar à Coordenação projetos de aquisição e produção de fontes textuais, auditivas e audiovisuais para comporem o acervo documental do NUDOC;

§ 4º Os membros do Rol de Pesquisadores Colaboradores que forem também docentes lotados no Instituto de Humanidades poderão apresentar candidatura ao cargo de Coordenador do NUDOC, quando da eleição convocada pelo Conselho de Unidade Acadêmica do Instituto de Humanidades.

Art. 20. O Rol de Pesquisadores Colaboradores constitui instância consultiva da Coordenação do NUDOC.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA –
UNILAB

CAPÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 21. O NUDOC fará, anualmente, a efetivação do calendário de suas atividades acadêmicas e administrativas, cuja elaboração deverá obedecer aos parâmetros fixados no calendário geral da Universidade.

Art. 22. O presente Regimento poderá ser modificado por proposta da Coordenação do NUDOC, aprovado em sessão para esse fim especialmente convocada e pelo quórum dois terços (2/3) da totalidade do Conselho de Unidade Acadêmica, com aprovação final pelo Conselho Universitário.

Art. 23. Os casos omissos no presente Regimento serão dirimidos pela Coordenação do NUDOC, ouvido, o Conselho de Unidade Acadêmica.

Art. 24. O presente Regimento entra em vigor após sua aprovação pelo Conselho de Unidade Acadêmica do Instituto de Humanidades e pelo Conselho Universitário da UNILAB.

Art. 25. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

ANEXO C – Notícia veiculada no site oficial da Unilab acerca da oficialização da doação do acervo da Coleção Ladeísse Silveira

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Universidade Brasileira alinhada à integração com os países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)

Acervo Histórico de Redenção e Maciço de Baturité é doado para Unilab



Doação do acervo documental da família da sra. Ladeísse Silveira

O Instituto de Humanidades e Letras (IHL) da Unilab recebeu oficialmente a doação do acervo da Coleção Ladeísse Silveira, com assinatura do Termo de Doação de Acervo entre a senhora Maria Everisse Araújo e o diretor do IHL, Maurílio Machado, oficializando a doação na tarde da última quarta-feira (7) no Cartório do 2º Ofício, Tabelionato e Registro Público da cidade de Redenção/CE.

Após quase três anos de negociação com a família da senhora Ladeísse Silveira, in memoria, a qual, ao longo de sua vida, colecionou um conjunto de documentos públicos e particulares importantes para compreensão da história da cidade de Redenção e da região do Maciço de Baturité foram doados cerca de 327 itens dos 934 itens que fazem parte do acervo histórico.

O projeto de extensão "Tratamento e Catalogação da Coleção Particular de Ladeísse Silveira" para montagem de acervo público de pesquisa documental é uma ação coordenada pelo historiador e professor do Instituto de Humanidades e Letras, Américo Souza com apoio da Pró-Reitoria de Extensão Arte e Cultura (Proex), através do Edital 2016, além de atuação dos estudantes Valdelia Freitas, Geysa Moura e Syrlyane Pelúcio.



Maria Everisse Araújo e Maurílio Machado, diretor do IHL Foto: Geysa Moura

O IHL/Unilab tem a competência de salvaguarda, cuidar e dispor do acervo de documentos, livros, jornais e revistas que compõem o acervo constituído e organizado pela família para propiciar aos estudantes do Curso de Licenciatura em História a prática de preservação, organização e manutenção de acervo documental, além dispor o acesso gratuito e livre a pesquisadores brasileiros e estrangeiros, sob o nome Núcleo de Documentação Histórica e Cultural Ladeísse Silveira, com sede na Unilab do Ceará.

O IHL está articulando parceria com o Arquivo Público do Estado do Ceará para restauração de parte dos documentos que estão em estado de fragilidade.

Para Américo Souza, esta ação é vista como algo positivo, uma atitude de confiança entre a comunidade e a universidade, visto que a "Unilab veio para colaborar com a cidade e com todo o Maciço de Baturité, e neste projeto, vista como guardiã da história documental da região diante do voto de confiança através da doação", declarou.

Como ação social, o projeto propiciará à sociedade redencionista a preservação adequada e a necessária franquia de acesso público a uma coleção que contém peças de grande importância para a compreensão da cultura e da trajetória histórica do município de Redenção.

Na Semana Universitária de 2017 serão apresentados os resultados preliminares das fases de higienização e inventariamento (separação e catalogação do acervo de 934 itens, com base em sua tipologia, idade, quantidade existente, e estado de conservação, em acordo com a Norma Brasileira de Descrição Arquivística – Nobrade), da coleção.

Sobre o Projeto de Extensão

Este projeto consiste na realização do tratamento e da organização, sob forma de acervo documental público, da coleção de documentos e publicações que pertenceram à família da Sr.^a Ladeísse Silveira.

Uma vez o arquivo organizado servirá de base para execução de um curso básico de capacitação de professores de história da rede pública municipal para o uso de documentos como recurso didático em suas aulas.

Procedimentos de conservação em etapas

A higienização da documentação consistiu na limpeza mecânica do material que compõe a coleção, com base nas normas e preceitos estabelecidos pelo Guia de Preservação e Restauro de Acervo Documental do Arquivo Histórico Nacional.

AVALIE NOSSA COMUNICAÇÃO

SECOM. **Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira:** Universidade de Brasileira alinhada à integração com os países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), 2016. Acervo Histórico de Redenção e Maciço de Baturité é doado para Unilab. Disponível em: <<https://unilab.edu.br/2016/12/13/acervo-historico-de-redencao-e-macico-de-baturite-e-doado-para-unilab/>>. Acesso em: 24 de Aug. de 2021.